

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**BÁRBARA CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS**

**PELAS MÃOS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS:  
RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL , EDUCAÇÃO E GERAÇÃO DE  
TRABALHO E RENDA**

Niterói  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**BÁRBARA CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS**

**Pelas mãos das organizações não-governamentais: responsabilidade social empresarial,  
educação e geração de trabalho e renda**

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal Fluminense  
como requisito final para  
obtenção do grau de Mestre em  
Educação.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lia Tiriba**

Niterói  
2009

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

S237 Santos, Bárbara Cristina Felismino dos.

Pelas mãos das organizações não-governamentais: responsabilidade social empresarial, educação e geração de trabalho e renda / Bárbara Cristina Felismino dos Santos. – 2009.

123 f.

Orientador: Lia Tiriba.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2009.

Bibliografia: f. 115-119.

1. Trabalho e educação. 2. ONG. 3. Responsabilidade social da empresa. I. Tiriba, Lia. II. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 378.013



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Programa de Pós-Graduação em Educação

Nº 828

Ata da Defesa de Dissertação  
Mestranda **BÁRBARA CRISTINA FELISMINO  
DOS SANTOS**, na forma que se segue:


Aos nove dias do mês de julho de dois mil e nove, às quinze horas, na sala 514 - do bloco D da Faculdade de Educação do Campus do Gragoatá, instalou-se a banca examinadora da Dissertação de Mestrado em Educação de **BÁRBARA CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS**, formada pelas seguintes professoras doutoras: **LIA VARGAS TIRIBA (Presidente/UFF)**, **SONIA AGUIAR LOPES (UFS)** e **JAQUELINE PEREIRA VENTURA (UFF)**. Abertos os trabalhos, a presidente da banca passou a palavra à mestranda para que expusesse oralmente o seu trabalho intitulado "*Pelas mãos das organizações não-governamentais: responsabilidade social empresarial, educação e geração de trabalho e renda*". Feita a exposição, a presidente da banca passou a palavra aos outros componentes para que argüissem a mestranda, para a seguir também comentar o trabalho e as observações feitas pelas professoras que a antecederam. Feitos os comentários e argüições, a banca se reuniu e emitiu o seguinte parecer:

*A banca examinadora aprova a dissertação. Destaca a atualidade e a relevância do tema de pesquisa e o fato da mesma suscitar questões que merecem ser investigadas. Recomenda que a autora publique extratos da dissertação em formato de artigos científicos e que de continuidade ao seu objeto de pesquisa em nível de doutoramento.*

Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos e eu JUEL SOARES DE SA MANGABEIRA lavrei a ata que vai por mim assinada e pelos membros da banca. Niterói 09 de julho de 2009.

  
LIA VARGAS TIRIBA (Presidente - UFF)

  
JAQUELINE PEREIRA VENTURA (UFF)

  
SONIA AGUIAR LOPES (UFS)

**BÁRBARA CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS**

**Pelas mãos das organizações não-governamentais: geração de trabalho e renda,  
educação e responsabilidade social**

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal Fluminense  
como requisito final para obtenção  
do grau de Mestre em Educação.  
Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lia Tiriba

Aprovada em \_\_\_\_ - \_\_\_\_ - \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lia Tiriba - Orientadora  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sonia Aguiar  
Universidade Federal Sergipe

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Jaqueline Ventura  
Universidade Federal Fluminense

Às pessoas especiais da minha  
vida, sem as quais eu não seria  
o que sou.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Lia tiriba, pela doçura e pelas contribuições, sem as quais este trabalho não se realizaria e à Sonia Aguiar, pela colaboração e gentileza.

Aos meus pais, pessoas importantes nesse árduo percurso de trabalhadora e estudante.

À Isabele e Murilo, pessoas maravilhosas, minha gratidão por compreenderem que o meu trabalho é o estudo e por apoiarem minha escolha por novas conquistas.

Aos meus *amados* amigos, Viviane Gualter Peixoto, amiga desde a graduação, pelo incentivo e colaboração na formulação do projeto de pesquisa e pelo carinho. À Tatiane Coimbra, Cristiana de Paula e Renata Landim, meninas de Minas, muito queridas, sou-lhes grata pelas discussões e contribuições sempre preciosas a respeito do meu texto e a Vicente, digo, Vinícius Costa Pereira, amigo pessoal, sempre disposto a contribuir com minha formação. À vocês, meus amigos, agradeço a *imensa contribuição*.

Aos professores queridos da graduação que muito contribuíram para meu ingresso no mestrado Dagmar Canela e Alexandre Maia do Bonfim. Sou-lhes muito grata pelo incentivo inicial nesta caminhada.

Aos amigos do Monsenhor Raeder que apoiaram e incentivaram meus estudos.

À todos as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse cumprir com meu objetivo de vida.



Se fosse assim mais claro  
Tinha certeza que ia fazer  
Se fosse assim mais breve  
Só a vontade ia resolver

...

Bem longe logo ali  
Tão perto que nem vi  
Sentia um gosto amargo  
Do que não pude descobrir

...

*(Vinícius Costa Pereira)*

SANTOS, Bárbara Cristina Felismino dos (2009). **Pelas mãos das organizações não-governamentais: responsabilidade social empresarial, educação e geração de trabalho e renda.** Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lia Tiriba. Niterói – RJ – UFF. 09-07-2009. Dissertação (Mestrado em Educação), 123 páginas. Campo de confluência: Trabalho e educação.

## RESUMO

Fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, a pesquisa tem como objetivo analisar os projetos educativos de geração de trabalho e renda formulados e/ou executados por organizações não-governamentais (ONGs) que desenvolvem ações de responsabilidade social empresarial. Para isso, procedemos à descrição analítica dos projetos educativos, publicados na Revista Razão Social (suplemento mensal do jornal O Globo), no período de agosto de 2007 a agosto de 2008. Recuperamos a gênese histórica das ONGs, identificando que as mesmas apresentavam-se como forma de resistência à ditadura militar instaurada no Brasil, a partir da década de 1960. Na década de 1990, ressaltamos o fenômeno do crescimento da atuação das ONGs nos processos de formação de trabalhadores, buscando compreendê-lo no cenário do regime de acumulação flexível e do desmonte do Estado do Bem Estar Social. Afirmamos que no contexto da crise do trabalho assalariado e do aumento da pobreza, o tratamento da questão social está diretamente relacionado ao “terceiro setor”, no qual os empresários, em parceria com o Estado, desenvolvem ações de responsabilidade social. Percebemos que os projetos educativos de geração de trabalho e renda formulados e/ou executados por ONGs são desenvolvidos nas chamadas “comunidades carentes”, na tentativa de conformar nos trabalhadores a sociabilidade desejada para o trabalho precário.

Palavras-chave: trabalho e educação; organizações não-governamentais; responsabilidade social empresarial

## RESUMEM

Bajo los fundamentos teórico-metodológicos del materialismo histórico, el objetivo de la investigación es analizar los proyectos educativos de generación de trabajo e ingresos formulados y/o ejecutados por organizaciones no-gubernamentales (ONGs) que desarrollan acciones de responsabilidad social empresarial. Para ello, procedemos a la descripción analítica de proyectos educativos, publicados en la Revista Razão Social (suplemento del periódico O Globo), entre los meses de agosto de 2007 y agosto de 2008. Recuperamos la génesis histórica de las ONGs, identificando que ellas se presentaban como forma de resistencia a la dictadura militar, instaurada en Brasil a partir de la década de 1960. En la década de 1990, enfatizamos el fenómeno del crecimiento de la actuación de las ONGs en los procesos de formación de trabajadores, intentando comprenderlo en el escenario del régimen de acumulación flexible y del derrumbe del Estado del Bien Estar Social. Afirmamos que en el contexto de la crisis del trabajo asalariado y del aumento de la pobreza, el tratamiento de la cuestión social está directamente relacionado al “tercer sector”, en lo cual los empresarios, en contraparte con el Estado, desarrollan acciones de responsabilidad social. Percebimos que los proyectos educativos de generación de trabajo e ingresos formulados y/o ejecutados por ONGs son desarrollados en las llamadas “comunidades carentes”, con el intento de conformar en los trabajadores la deseada sociabilidad para el trabajo precario.

Palabras-claves: trabajo y educación; organizaciones no-gubernamentales; responsabilidad social empresarial.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CRISE DO CAPITAL E CRISE DO TRABALHO ASSALARIADO.....</b>	<b>18</b>
1.1 Mudanças estruturais no mundo do trabalho e reflexos na vida dos trabalhadores.....	19
1.2 Os trabalhadores sem trabalho assalariado: a que classe pertencem?.....	28
1.3 O trabalho como princípio (des)educativo: qual trabalho?.....	37
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS, “TERCEIRO SETOR” E “RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL”: PARA ONDE VAI A EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR?.....</b>	<b>42</b>
2.1 A gênese histórica das organizações não-governamentais.....	43
2.2 As ONGs e a emergência do “terceiro setor”.....	48
2.3 Responsabilidade Social Empresarial e a nova “questão social”.....	58
2.4 Educação de jovens e adultos trabalhadores: quando as ONGs entram em campo.....	64
2.5 Empregabilidade, empreendedorismo e formação integral: concepções de educação em disputa.....	69
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>QUAL A RAZÃO SOCIAL?.....</b>	<b>79</b>
3.1 Revendo as premissas e os procedimentos metodológicos.....	79
3.2 Em nome de uma razão social empresarial.....	83
3.3 Da universalização à focalização: os projetos educativos das ONGs.....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO 1</b> - Listagem de todas as ONGs que foram citadas na <i>Razão Social</i> , com suas respectivas datas de fundação.....	<b>120</b>
<b>ANEXO 2</b> - Listagem de todos os financiadores de projetos educativos citados nas Revistas selecionadas.....	<b>121</b>
<b>ANEXO 3</b> - Listagens das organizações executoras ou formuladoras de projetos educativos. 1) criadas até 1989 e 2) fundadas a partir de 1990. Ambas seguidas do ano de fundação e seus respectivos projetos na área de educação para gerar trabalho e renda.....	<b>122</b>

## APRESENTAÇÃO

A realidade se mostrava confusa: posto de saúde sem médico e pacientes sendo atendidos por médicos na Fundação Aparecida Panisset; escolas sem professores e crianças recebendo educação na Fundação Dr Dílson Drumond; senhoras aprendendo a pintar e bordar em uma fundação criada pela prefeita de São Gonçalo (Rio de Janeiro) e recebendo certificado por isso. Minha percepção era de que os papéis estariam invertidos e que não se tratava apenas de uma questão local; os meios de comunicação me deram a dimensão de que as ações desse tipo podiam ser percebidas também em outras cidades do país. Dessa forma, comecei a questionar: Por que a educação estaria sendo oferecida por uma organização não-governamental ? Por que existia médico na ONG e não tinha nenhum no posto de saúde do município? A partir dessas inquietações, comecei a buscar formas para tentar compreender aquela realidade tão confusa, em outras palavras, para tentar desvelar o “todo caótico” (MARX,1978).

Desde a graduação em Pedagogia tenho sido incentivada a buscar formas para compreender os diversos espaços e tempos da formação humana, assim, inicialmente, meu olhar se voltou para os cursos de formação de artesãos oferecido pela Fundação Aparecida Panisset. Na graduação, elaborei uma monografia de final de curso intitulada *Educação Profissional: um estudo de caso realizado em uma instituição de nível básico na comunidade do Porto Velho* (SANTOS, 2005). A partir da pesquisa, fui percebendo que o fenômeno da atuação das ONGs na educação dos trabalhadores recebia incentivo do Estado assim como dos empresários, o que incomodava não apenas a mim, mas também a outros pesquisadores e militantes dos movimentos sociais. Nesse sentido, a partir de agora, passo a usar o pronome “nós”, pois não se trata mais de um questionamento pessoal e sim de um questionamento

coletivo. Portanto, o presente texto resulta de um processo de estudo, investigação e aprendizagem acerca das relações históricas que constituem o fenômeno contemporâneo da atuação de organizações não-governamentais na educação da classe trabalhadora. A saber: projetos educativos propostos e/ou executados por organizações não-governamentais, vinculados às ações de responsabilidade social empresarial, visando à capacitação de jovens e adultos para geração de trabalho e renda.

O texto dessa dissertação foi estruturado da seguinte forma: inicialmente, buscou-se articular o crescimento da atuação das organizações não-governamentais na educação do trabalhador com a (re)forma do Estado de Bem-Estar Social e a reestruturação produtiva do capital dada a partir de 1990 no Brasil. Buscamos entender porquê Estado e empresários incentivariam os projetos educativos para trabalhadores desenvolvidos por organizações não-governamentais. Tendo em conta os pressupostos teóricos e metodológicos do materialismo histórico, analisamos a atuação das ONGs como manifestação concreta de um processo histórico.

Este texto é a expressão de um processo de aprendizado. E é exatamente assim que deve ser lido (grifo nosso), como resultado de um processo de busca de entendimento de fenômenos percebidos como parte integrante de uma totalidade social. Foi um trabalho movido pela paixão e vontade de entender o porquê das coisas. Paixão que moveu a minha produção enquanto ser humano, “paixão que aqui se torna a atividade de meu ser”. (MARX, 1978, p.132) Afinal, a ciência não está livre das paixões humanas, o que resta é nos apropriar desse sentimento no plano da consciência, em prol de uma luta coletiva pelo restabelecimento de direitos da classe trabalhadora. Por meio de minha práxis, cada vez mais compreendo o sentido da frase: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras, mas o que importa é transformá-lo” (MARX, 2006, p.120).

Em maior ou menor grau todos nós tivemos a influência do pensamento de Paulo Freire em nossa formação como educadores. Assim, nunca é demais lembrar que:

“Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele. Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo? (FREIRE, 1996, p.86).

A citação de Freire nos permite refletir sobre o nosso desafio enquanto pesquisadores do campo Trabalho e Educação. Dada a alienação e desumanização do ser humano no processo de produção capitalista, é preciso lutar pela transformação social, buscando subsídios para que a classe trabalhadora se libere do sentimento de impotência diante da dominação de uma classe sobre a outra e, além disso, consiga perceber que a miséria não é inata e tampouco destinada pela vontade divina. Nesse horizonte, a relevância de nosso trabalho está na verificação da possibilidade de existência de práticas emancipatórias, voltadas para a construção de sujeitos conscientes ou a possibilidade de estarmos diante uma armadilha para reforçar os interesses das classes dominantes.

Como se deu a construção do objeto da pesquisa que ora apresentamos como dissertação de mestrado? Nesse trabalho acadêmico, fomos guiados pelo pressuposto de que os projetos de geração de trabalho e renda desenvolvidos por ONGs têm como base fundamental os projetos educativos. Portanto, buscamos perceber em que medida representavam um movimento de luta coletiva de sobrevivência e/ou um instrumento de conformação social. Em outras palavras, buscamos descobrir em que medida as ONGs se configuram como espaço de formação humana para a emancipação ou conformação da classe trabalhadora.

### **Objetivo geral**

- Analisar as dimensões político-educativas de projetos de geração de trabalho e renda associados às ações de responsabilidade social empresarial, desenvolvidos por organizações não-governamentais.

### **Objetivos específicos**

- Resgatar a gênese histórica das organizações não-governamentais e sua relação com os processos sociais de resistência e adesão ao sistema capital.
- Localizar projetos educativos na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, que visem a geração de trabalho e renda, desenvolvidos por organizações não-governamentais como ação de responsabilidade social empresarial.
- Identificar as concepções de sociedade, trabalho e educação que sustentam a ação educativa dos projetos de geração de trabalho e renda desenvolvidos por ONGs, na perspectiva da responsabilidade social empresarial.

Os objetivos da pesquisa se justificam pois, atualmente, percebemos cada vez mais, o crescente número de organizações não-governamentais, mantidas com verbas públicas e privadas, atuando nas áreas mais diversas das demandas sociais: na promoção de saúde, educação, trabalho, renda e cultura, por exemplo. O número de ONGs varia de acordo com as fontes consultadas; na Abong – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, o número de entidades associadas é de aproximadamente 280 (disponível em: [www.abong.com.br](http://www.abong.com.br), 2009), no entanto, de acordo com fontes de Carlos Montaña (2007, p. 205) o número de ONGs no Brasil chega a 400 mil.



A ação das ONGs é perceptível nos meios de comunicação, que divulgam as ações, ora de coleta de alimentos para fazer sopão para aos moradores de rua, ora ofertando cursos para recolocação de trabalhadores no mercado de trabalho. Como podemos observar na imprensa escrita, falada e televisionada, as práticas desenvolvidas por ONGs acontecem principalmente nos lugares mais pobres das cidades, chegando a ser, em alguns casos, a única forma como o Estado se faz presente nesses locais. Assim, eis algumas questões norteadoras da pesquisa: Teriam as ONGs obrigação de apresentar respostas para os problemas sociais que foram causados no plano da estrutura? Por que as ONGs foram escolhidas como mecanismos para responder/ amenizar as contradições entre capital e trabalho? Essas questões se somam a muitas outras, sobre as quais pretendemos refletir ao longo desta dissertação.

Buscamos, no decorrer da pesquisa, as conexões entre o crescimento da atuação das ONGs, a reestruturação produtiva e o desmonte do pretense Estado do Bem-Estar Social. Entendemos a necessidade de analisar os fenômenos a partir das relações materiais de produção, considerando que é na relação de produção da vida que se expressa a realidade social. Obviamente, estamos falando de uma pesquisa construída a partir dos pressupostos metodológicos e conceituais do materialismo histórico, que busca a revelação das contradições inerentes à divisão do trabalho no processo de produção capitalista.

Em Marx, é na produção da vida, na práxis, na atividade prática que o homem produz sua consciência, é a inserção do homem no mundo que determina seu conhecimento, a consciência não pode ser outra coisa, se não o ser consciente na sua ação social. Em outras palavras:

“O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1978, p.130)

Como visão de mundo, o materialismo histórico dialético permite a utopia, em seu sentido original, de desejos que se direcionam para a “ruptura da ordem estabelecida e que exercem uma função subversiva” (LÖWY, 2007, p.11), não como realidade insuperável, mas como possibilidade de transformar a realidade que foi construída historicamente pela humanidade. É preciso acreditar na transformação social como um processo a ser buscado pela classe trabalhadora e por todos aqueles que acreditam numa vida mais justa e humanitária.

As categorias de análise que privilegiamos vão ao encontro de uma pesquisa que pretende compreender o real em suas múltiplas dimensões. Assim, optamos por categorias que nos ajudam a compreender as contradições entre capital e trabalho, entre elas, “hegemonia” e “sociedade civil”. Também são levadas em consideração as categorias que se referem especificamente às ONGs enquanto fenômeno, a saber: “terceiro setor” e “responsabilidade social empresarial”.

A investigação empírica se deu por meio da análise de reportagens publicadas na revista de circulação nacional denominada *Razão Social*, a qual é comercializada juntamente com o jornal “O Globo”, na primeira segunda-feira de cada mês. Foram analisadas as reportagens publicadas nos anos de 2007 e 2008. Essa revista foi escolhida porque divulga mensalmente o trabalho de ONGs parceiras do Estado e dos empresários “socialmente responsáveis”. No entanto, considerando os limites impostos por uma publicação mensal, sabemos que a *Razão Social* não dá conta do conjunto das ações de “responsabilidade social empresarial”.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa encontram-se descritos no Capítulo III. Desde já, assinalamos que optamos por analisar especificamente os projetos de educação propostos e/ou executados por ONGs, vinculados às ações de “responsabilidade social empresarial”, visando à capacitação de jovens e adultos para geração de trabalho e renda. Na

análise das reportagens, buscamos maior entendimento sobre os projetos desenvolvidos: o local onde as ONGs mantêm sua atuação, o tipo de público atendido e os financiadores dos projetos.

O texto final dessa dissertação é a expressão escrita dos conhecimentos adquiridos por meio da revisão de literatura sobre o tema, assim como das interpretações que fizemos do trabalho de campo. O texto foi dividido em quatro partes que se interconectam. No primeiro capítulo, intitulado **Crise do capital e crise do trabalho assalariado**, discutimos as questões referentes ao modo de produção capitalista, suas crises e processos de superação, assim como as conseqüências para a vida do trabalhador. Identificamos as relações entre a reforma do Estado de Bem-Estar Social e a reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, a partir do período de 1990. Observamos que na atual conjuntura, verifica-se a adequação das práticas educativas, aos pressupostos da empregabilidade e do empreendedorismo. Discutimos a questão da classe a qual pertencem os trabalhadores sem trabalho assalariado, e por fim, buscamos reconhecer o princípio (des)educativo do trabalho sob as condições do modo de produção de capitalista

O segundo capítulo é denominado **Organizações não-governamentais, “terceiro setor” e “responsabilidade social empresarial”: para onde vai a educação do trabalhador?** Nele, analisamos o contexto histórico da criação de organizações que deram apoio ao movimento popular de contestação ao período da ditadura militar e do processo de institucionalização desses espaços como organizações não-governamentais. Tratamos do crescimento da atuação de ONGs na área social, no período de 1990, como reflexo da (re)forma do Estado de Bem-Estar Social; analisamos as ações do Estado como orientadas pelo conceito de “terceiro setor” – conceito este que serve para explicar a retração do Estado na formulação de propostas para solucionar os problemas sociais, delegando às ONGs e instituições do “terceiro setor” a responsabilidade por fazê-lo. Também neste capítulo,

discutimos a questão das ações de “responsabilidade social empresarial” por meio do financiamento de projetos educativos de geração de trabalho e renda, executados por organizações não-governamentais. Por último, refletimos sobre as diferentes concepções de educação do trabalhador, contrapondo os pressupostos do empreendedorismo e da empregabilidade aos pressupostos da formação integral do trabalhador.

No terceiro capítulo, intitulado **Qual a “Razão Social”?** enfocamos o trabalho empírico. Depois de descrever as premissas da pesquisa e os procedimentos metodológicos, tecemos considerações a respeito das diversas ações de “responsabilidade social empresarial” divulgadas na Revista *Razão Social* durante os anos 2007 e 2008. Explicitamos os desafios enfrentados para a realização da pesquisa e a metodologia empregada para nos aproximar dos projetos educativos de geração de trabalho e renda que elegemos para descrever.

Por último, tecemos nossas **Considerações Finais**.

## **CAPÍTULO I**

### **Crise do capital e crise do trabalho assalariado**

Neste capítulo, damos início as nossas discussões a respeito do fenômeno que buscamos desvelar: o crescimento vertiginoso de projetos educativos de “responsabilidade social empresarial” que são desenvolvidos por Organizações não-governamentais (ONGs). Nesse sentido, torna-se necessário que nos dediquemos ao entendimento das questões econômico-sociais contemporâneas que constituem tal fenômeno. No primeiro momento, tecemos breves considerações sobre as crises cíclicas do capitalismo, indicando algumas conseqüências que afetam a vida do trabalhador. Em seguida, discutimos a questão da classe social, perguntando-nos a que classe pertencem aqueles trabalhadores que, na produção capitalista, são considerados “sobrantes”. A terceira e última parte desse capítulo é dedicada à discussão sobre as dimensões ontológicas e sociológicas do trabalho, perguntando-nos em que medida, no contexto da precarização do trabalho e da própria vida da classe trabalhadora, o trabalho constitui-se como princípio (des)educativo. Entendemos que a acumulação flexível tem como pressupostos a reorganização do processo produtivo e por conseguinte a reorganização das relações sociais e é nesse ponto que se insere nossa pesquisa, nas articulações do capital para superar a crise, pois entendemos que a ampliação da atuação das ONGs nas questões sociais fazem parte do novo padrão de resposta às contradições entre capital e trabalho.

## 1.1- Mudanças estruturais no mundo do trabalho e reflexos na vida dos trabalhadores.

Ao fazer referência a Marx, Saviane (2005) afirma que só é possível compreender a história da sociedade contemporânea, entendendo os movimentos das relações entre capital e trabalho. A história nos indica que as crises do capital são inerentes ao próprio sistema, as quais não são suficientes para encerrá-lo de vez, pois o capital sempre busca formas de se reinventar, de usar a seu favor e garantir a sociabilidade dos chamados cidadãos. Saviani (Ibid) considera que, para o pensamento marxista a transformação das condições da produção capitalista era dada como certa, contudo, a cada crise a burguesia se organizava para exercer controle sobre a crise, criando novas formas de produção para manter sua acumulação. Podemos citar a crise de 1929, quando o Estado assumiu a regulação econômica e social para evitar o colapso do capitalismo, por meio do *Welfare estates* que promovia a seguridade social e o pleno emprego. Como nos diz Saviani (2005, p.20) acreditava-se “que, através de adequadas políticas governamentais, seria possível conter as crises cíclicas do capitalismo e garantir o pleno emprego e taxas contínuas de crescimento, se não para sempre, pelo menos por longos períodos”

Qual o movimento provocado pelo sistema capital para superar a crise cíclica do modo de produção no período do fordismo-taylorismo.?

“Com efeito, de modo mais geral, o período 1965-1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao modo capitalista de produção. A rigidez fordista se espalhou muito além das fábricas, tomando o próprio tecido social. Havia problemas de rigidez nos mercados, nos contratos de trabalho, nos compromissos do Estado que aumentavam frente à pressão das demandas sociais”. (RODRIGUES, 1998).

Ou seja, a rigidez do processo de trabalho e a produção em massa caracterizam o modelo adotado até a década de 70, esses eram entendidos como dispendiosos e precisavam ser repensados, assim como as políticas de governo; ambos compunham o sistema de regulação do trabalho fordista-taylorista. (HARVEY, 1992) No fordismo-taylorismo, era necessário um grande número de trabalhadores no processo produtivo; esses trabalhadores contavam com o cumprimento dos compromissos trabalhistas firmados pela regulamentação do Estado de Bem-Estar de corte keynesiano. Ou seja, era um período em que os trabalhadores tiveram asseguradas suas contestações trabalhistas de “ampliação da estabilidade no emprego”, ganhos salariais, políticas sociais de atendimento a saúde, educação, moradia e a seguridade social. Sobre isso, Rodrigues nos dá maiores esclarecimentos:

“Com relação às questões trabalhistas, a era fordista viu nascer novas formas jurídico-legais de contratação da força de trabalho. O velho modelo de contratação individual, de caráter liberal, foi paulatinamente sendo substituído por formas padronizadas de contratação coletiva. Os sindicatos também participaram na definição do perfil da seguridade social, e na elaboração e implementação das nascentes políticas sociais (saúde, educação, habitação)”. RODRIGUES, 1998.

O modelo de produção fordista contava com o modo de regulamentação que a nosso ver, precisava conformar o trabalhador para o processo de produção. Foi necessário todo um complexo societário articulado e integrado à produção em massa (RODRIGUES, 1998), relações sociais que precisaram ser conformadas para que o processo de produção fordista se perpetuasse. O fordismo-taylorismo e o Estado de Bem-Estar foram postos em cheque com a crise de 1973. Nesse período, o pensamento de Hayek e Milton Friedman (ibid.) ganhava destaque. Segundo esses intelectuais, a intervenção do Estado na economia e na questão social era algo a ser repensado, pois representava um entrave para o crescimento econômico e um fator que contribuía para a crise.

Para garantir um novo regime de acumulação, a produção precisava ser flexibilizada; além disso, tornava-se necessário encontrar uma nova forma de regulação do Estado nas questões sociais. Isso significa dizer que houve modificação na forma de produzir e gerir o sistema capitalista, ao mesmo tempo em que se avançou no uso de novas tecnologias na produção, calcada na automação flexível, dispensando em grande parte o trabalhado vivo. O número de trabalhadores no processo de trabalho foi reduzido, não totalmente, mas diminuído, assim como o papel do Estado no atendimento aos benefícios trabalhistas conquistados historicamente. Era preciso novamente conformar os corpos, a educação e a cultura para o novo padrão de acumulação que se estabelecia como saída para a crise do petróleo em 1973; era preciso um conjunto de ações que permitisse o avanço do sistema capitalista. Segundo Saviani (2005), o avanço das tecnologias de produção e gerência e a secundarização do papel do Estado e dos sindicatos consolidam o padrão de acumulação flexível, assim chamado pelas novas formas de regulação do trabalho e da produção.

O exposto acima evidencia que o avanço tecnológico teve fundamental participação para incrementação do modo de acumulação flexível, no entanto, foi reflexo automático do advento da tecnologia. Rodrigues (1998) identifica os dois pilares da acumulação flexível: o primeiro refere-se a uma nova forma de gerir o processo de trabalho, (produz-se apenas o necessário sem excedentes, sem grandes estoques) e o segundo diz respeito ao novo padrão tecnológico (no qual as máquinas operam com base na automação flexível). Em linhas gerais, significa dizer que no processo de produção flexível ou toyotismo, rejeita-se a produção em massa em favor da produção restrita de mercadorias diversificadas. O regime de acumulação flexível pressupõe a ruptura com a rigidez do fordismo, dos contratos e da jornada de trabalho e, ainda, a rigidez da regulação do Estado.

Ainda tratando da reestruturação produtiva, Harvey (1992) nos mostra que assim como no modo de acumulação fordista-tylorista, o modo de acumulação flexível conta com as



ações do Estado para manter-se. No primeiro, o Estado de corte keynesiano mantinha os direitos do trabalhador conquistados historicamente sob a forma de compromissos protegidos por lei. Porém, no período de acumulação flexível, o Estado assume a postura neoliberal tal qual pensada por Hayek e Frieddman (RODRIGUES,1998). É nesse momento que começam a surgir as teses de que o Estado é burocrático e ineficiente, incapaz de conter as contradições do capital e, portanto, precisaria ser desmontado. As primeiras ações do desmonte do Estado de Bem-Estar foram: diluir o poder dos sindicatos , reduzir gastos públicos com direitos sociais e também reduzir a regularização estatal nos contratos de trabalho, assim como a redução da regulação nas relações do mercado. Essas ações em conjunto contribuíram para o aumento da pauperização da classe trabalhadora, por conta do desemprego estrutural, crescimento do setor privado e da oferta de serviços que antes eram públicos, como saúde e educação, e principalmente abertura para as privatizações de empresas estatais. Sem falar na flexibilização das relações de trabalho com a retirada de direitos históricos da classe trabalhadora.

O padrão de acumulação flexível associa reestruturações de produção e novas formas de sociabilidade para manter hegemônico o processo de produção capitalista. É o que Harvey (1992) denomina de modo de regulamentação. O modo de regulamentação se expressa no conjunto de ações que mantém a acumulação do capital por meio da imposição de regras, tendo como expressão principal o controle social do trabalhador por meio da educação, da cultura, da ideologia dominante divulgada nos meios de comunicação de massa e do processo de trabalho.

Com o modelo de produção e acumulação flexível associado a novas formas de regulação estatal vislumbrados por Hayek, o que se presenciou foi o aumento considerável do desemprego, provocado pelo desenvolvimento de novas tecnologias de produção que agregaram às máquinas as operações intelectuais, eliminando “vertiginosamente a força de

trabalho humano do âmbito da produção de riquezas. O ritmo da transformação tecnológica acelera-se, ampliando-se a população excedente em proporções mundiais”. (FONTES, 1997). Isso significa que a produção capitalista, para sair de mais uma crise cíclica, adota novas medidas de superação e estas prejudicam o trabalhador. Mas ao longo dos tempos, a classe trabalhadora ofereceu resistência aos ditames do capital, organizando-se e conquistando melhorias das condições de trabalho por meio de muitas lutas.

No Brasil, não foi diferente. O modelo de acumulação fordista-taylorista associado a um pretense Estado de Bem-Estar foi implementado, porém com as particularidades deste país. Enquanto nos países centrais do capitalismo a reestruturação da produção se consolidava em moldes flexibilizados, o Brasil vivenciava a implementação do fordismo. A reestruturação do processo e o confronto a rigidez do fordismo se deu a partir do governo de Fernando Collor, na primeira década de 1990. Durante esse período, a classe trabalhadora que se formou com o processo de industrialização tardio, conseguiu, por meio de muitas lutas, a construção de direitos que contribuía para a manutenção da vida, na forma de leis trabalhistas. Com a implantação do pretense Estado de Bem-Estar Social, as ações do Estado giravam em torno do pressuposto de que o trabalhador tinha que ter ajuda e “proteção social” do Estado para contribuir com o crescimento da economia. No Brasil, essas ações do Estado se expressaram na forma do ideário do pleno emprego, salários relativamente altos, seguridade social e o cumprimento de direitos trabalhistas acordados em contratos. Podemos dizer que, em última instância, era um tipo de exploração do trabalhador compensada pela “proteção” do Estado.

Com o advento das políticas neoliberais, esse tipo de ação estatal foi posta de lado; o Estado de proteção social foi considerado ineficiente e incapaz de conter as crises do sistema de produção e portanto, precisava ser desmontado. A partir do governo de Fernando Henrique (iniciado no ano de 1994) os trabalhadores vivenciaram as contradições do sistema

de produção associado às contradições do sistema de regulação. Em outras palavras, a exploração do trabalho era compensada pela proteção do Estado e os trabalhadores vivenciaram o desemprego estrutural e o desmonte da estrutura de proteção e manutenção do trabalhador no posto de trabalho. Virgínia Fontes (1997) nos diz que a maioria dos trabalhadores que conseguiu permanecer nos postos de trabalho teve seus contratos expostos a uma nova regra flexível, sem serem submetidas à seguridade social, com salários mais baixos e com horários de trabalho diferenciados para garantir a evolução do sistema capital. Com isso, percebe-se que a classe trabalhadora foi a mais prejudicada, por ter vivenciado as articulações entre o empresariado e Estado que pretendiam consolidar a acumulação flexível no Brasil.

O que há de cruel nesta articulação entre Estado e capital é que toda forma de regulação serve para manter o sistema de acumulação. Além de se eximir da regulação dos contratos de trabalho, o Estado neoliberal também mantém distância dos investimentos em políticas públicas universais, consolidando um padrão de política focalizada. Estamos nos referindo àquelas políticas de governo que visam atender às necessidades imediatas da classe trabalhadora na área da saúde, educação, trabalho, alimentação, entre outros. Na verdade, se tratam de políticas focalizadas de forma a saciar a necessidade momentaneamente e assim ciclicamente. Somente “os mais pobres entre os pobres” (*Razão Social*, julho, 2008) da classe trabalhadora é que têm “direito” de acesso a estes programas. Estamos nos referindo aos programas de governo como Bolsa Família<sup>1</sup> e similares e também ao financiamento de organizações não governamentais para que então assumam o papel de tratar do atendimento de necessidades da classe trabalhadora, como forma de assistencialismo ou filantropia.

---

<sup>1</sup> O Bolsa Família é um programa do governo federal, desenvolvido em 2003 e pode ser entendido como programa de ajuda financeira às famílias pobres e indigentes do país. Ou seja, um programa de combate a pobreza que envia diretamente às famílias cadastradas uma quantia que varia de 15 a 95 reais.. Este programa é a junção dos programas Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação sob uma única administração, O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome.

Segundo Leite (1999), o jeito como os direitos da classe trabalhadora foram atendidos, na reforma do Estado, expressam características de assistencialismo, na forma do atendimento apenas das necessidades mais imediatas. Se a classe trabalhadora tinha seus direitos sociais reconhecidos pelo Estado social, configurando um tipo ainda precário de proteção, esses foram subsumidos no Estado neoliberal.

Quais as conseqüências verificáveis empiricamente e visualizáveis da reconfiguração do capitalismo? Como sabemos, elas se manifestam no aumento do desemprego estrutural e do trabalho informal, no crescimento das estratégias de sobrevivência, na precarização das relações de trabalho e no descumprimento dos acordos trabalhistas conquistados historicamente. Como nos referimos, o modo de produção capitalista passou por reconfigurações expressivas, provocando alterações nas relações sociais contemporâneas. São alterações no mundo do trabalho que por envolverem o trabalho, a educação e a cultura, ou seja, as relações sociais como um todo; causam mudanças que diretamente incidem sobre a vida dos trabalhadores.

Inicialmente, vale dizer que, de acordo com o discurso dominante (SEFOR, 1995), o trabalhador é o único responsável pelo desenvolvimento de suas competências e habilidades individuais e conseqüentemente por manter sua empregabilidade. Nesse sentido, deve depender cada vez menos do oferecimento por parte do Estado. (SENNETT, 2001). Para compreendermos o pensamento pedagógico do capital, é importante considerarmos as contribuições de Mészáros (2005); segundo esse autor, a educação que é destinada à classe trabalhadora, serve para a internalização dos valores necessários à dominação do capital. Assim, não por casualidade, a partir dos anos de 1990, as políticas públicas de educação de jovens e adultos trabalhadores adquiriram um novo perfil. De acordo com esse novo perfil neoliberal, o trabalhador deve assumir para si a responsabilidade de qualificar-se para atender aos requisitos da “inovação tecnológica e organizacional” dos meios de produção (SEFOR,

1995). Para o Ministério do Trabalho (governo de Fernando Henrique Cardoso), a educação do trabalhador tem também caráter compensatório, dado que se reconhece o não atendimento necessário do direito à educação básica da classe trabalhadora; no entanto, nada se menciona em relação ao oferecimento de educação como direito do trabalhador e dever do Estado.

As conseqüências do reordenamento do mundo do trabalho não são só perceptíveis no âmbito educacional, mas também pelo aumento do desemprego, pela precarização do trabalho e pelo aumento do trabalho informal. O trabalho informal caracteriza-se como expressão de um trabalho onde se perdeu a estabilidade legal, onde havia a proteção do Estado e dos sindicatos sobre os contratos de trabalho. Uma forma de trabalho que se percebe crescente onde o trabalhador organiza formas de manter sua vida, são os ambulantes, os catadores de lata, pedreiros, marceneiros, ou seja, diferentes formas de manutenção da vida que não têm nenhum tipo de seguridade na hora em que o trabalhador não mais puder trabalhar por conta de alguma limitação material.

“A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos, garantias sociais e mesmo democracia. Tudo se converte em precariedade...” (VASAPOLLO, 2005). Ou seja, a classe trabalhadora desde os anos de 1990, no Brasil, está diante de uma forma diferenciada de ter seus direitos públicos subjetivos atendidos. Os direitos subjetivos não são atendidos pela construção de políticas públicas universais efetivas, e sim pela via dos programas focalizados de governo, atendendo as necessidades imediatas da classe trabalhadora. Em se tratando ao atendimento do direito à educação da classe trabalhadora, podemos comentar sobre o crescimento das organizações não-governamentais que atuam na área da educação e a relação com os projetos de redução do Estado e focalização dos programas de governo. Ou seja, cresce o número de ONGs que recebem financiamento público e privado para atuar na questão do atendimento aos direitos da classe trabalhadora. Fica evidente a questão da focalização do atendimento quando verificamos que, na maioria

das vezes, as ONGs escolhidas para receberem verbas públicas e/ou privadas estão inseridas nas frações mais pauperizadas dos centros urbanos, seja na forma da presença com suas instalações ou na forma dos projetos implementados. De acordo com as contribuições de Mastins (2007), as ONGs são consideradas como um novo lugar para atendimento social das necessidades mais latentes da classe trabalhadora.

Outra consequência das mudanças no mundo do trabalho que mencionamos anteriormente e que analisaremos mais de perto é a crise do trabalho assalariado, tendo sua expressão no desemprego, entendido como uma situação que evidencia as contradições entre capital e trabalho no quadro do novo reordenamento do mundo do trabalho. O desemprego está diante dos nossos olhos, anunciados nos meios de comunicação todos os dias, nos dando a dimensão da desigualdade provocada pelo capitalismo: “devastação ecológica; permanência de velhas epidemias e surgimento de novas doenças endêmicas; persistência da fome dizimando populações e atingindo continentes inteiros...” (FONTES, 1997).

O desemprego é uma realidade mundial, assim nos alerta Mészáros (2007) e provoca nos trabalhadores privações e sofrimentos em toda parte, mas não o desemprego puro e simples e sim sua estrutura material, o modo de produção capitalista. Mas porquê tantos trabalhadores desempregados nos tempos atuais? A primeira resposta dada por Mészáros e outros autores faz referência à estrutura da produção modernizada que em grande parte dispensa o trabalho vivo. Como desemprego, entendemos a situação do trabalhador que não tem lugar para exercer um trabalho assalariado e com ele manter sua subsistência; esse fato que se agravou com a acumulação flexível. Na verdade, estamos falando de trabalho na configuração de emprego, da necessidade de ocupar um posto de trabalho, seguindo as condições do trabalho capitalista que, apesar das contradições, permite que a classe trabalhadora se mantenha viva.

Como lembra Tiriba (2003), de acordo com o senso comum, os especialistas em “tecnologias de sobrevivência” são considerados, indiscriminadamente, trabalhadores *informais*. Assim, vale perguntar a que classe social pertencem os trabalhadores, chamados por Castels (1998) de “sobrantes” que, tendo perdido seus postos de trabalho assalariado, fazem da rua seu local de trabalho? Referenciando-se em Marx, a autora pergunta a que classe pertencem esses trabalhadores que não compõem o “exército ativo” e tampouco o “peso morto do exército industrial de reserva”, mas proporcionam ao capital “um reservatório inesgotável de força de trabalho”.

## **1.2- Trabalhadores sem trabalho assalariado: a que classe social pertencem?**

“A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987)

A frase acima citada refere-se a formação da classe operária como resultado histórico das relações humanas vivenciadas no processo de produção da vida. A vivência das contradições do modo de produção capitalista e os interesses em comum formam nos trabalhadores um sentimento de identificação com o outro ao mesmo tempo em que suscita o sentimento de revolta com o que lhes colocou nesta condição. Sobre o sentimento que une os pares, Hobsbawm (1987) assinala que o trabalhador:

“(…) não gosta de admitir para si mesmo que não está sendo treinado para ser um mecânico ou construtor de navios ou um construtor de casas e sim para ser um operador de máquinas, mas logo chega a desilusão para a maioria; e, uma vez o homem desiludido, uma consequência muito natural é o rancor e o antagonismo ao sistema que ele considera ser a causa de tudo”.

Segundo Thompson (1987) e Hobsbawm (1987), a união de uma classe é o resultado da exclusão que os pares vivenciam. Ao analisarmos a formação da classe trabalhadora, devemos considerar que se trata de uma separação entre os que têm a força de trabalho possuída (esses vendem sua força de trabalho para sobreviverem em troca de um salário) e os que possuem os meios de produção (esses se apropriam do produto do trabalho do trabalhador). Assim, formam-se duas classes antagônicas, divididas pela contradição entre capital e trabalho.

Entendendo a formação da classe trabalhadora como resultado de um processo histórico, marcado por contradições vividas na produção da vida, consideramos ser necessário enfatizar algumas questões a respeito da seriedade das conseqüências de uma sociedade dividida em classes por conta do processo capitalista de produção. Os integrantes da classe dominada são obrigados a vender sua força de trabalho para o capitalista, representante da classe dominante, pois detém a propriedade privada dos meios de produção. Diante desta contradição, resta ao trabalhador produzir sua subsistência e lutar por melhores condições de trabalho.

A exploração do ser humano pelo ser humano, configurada na produção capitalista, é o que existe de mais perverso na divisão das classes, pois está posto que uma maioria trabalhará muito em condições desumanizantes, enquanto uma minoria se refestelará com o lucro do trabalho excedente obtido com a venda da mercadoria, alienando o produto do real produtor. Outra perplexidade percebida está na dimensão expropriadora do trabalho no modo de produção capitalista, desta forma, o trabalho perde sua dimensão criadora e educativa no sentido emancipatório necessário aos seres humanos.

Referindo-se à passagem do feudalismo ao processo fabril, Thompson (1987) nos alerta para a divisão dos grupos sociais em classes antagônicas como resultado do processo de industrialização, como marco histórico e “catastrófico”, caracterizando o surgimento de uma



classe inteiramente nova nas formas de proceder diante da produção e manifestação da vida. Como consequência da intensificação da exploração vivenciada pela classe trabalhadora, formaram-se organizações que reivindicavam pelos trabalhadores, por melhores condições de trabalho, “instituições conscientes e de base forte, sindicatos, sociedades cooperativas, movimentos religiosos e educacionais, organizações políticas, jornais.” (THOMPSON *apud* WOOD 2002)

Segundo Villar (1985), a divisão em classes não se verifica somente na forma do trabalho, mas também nas formas usadas para regular o trabalhador fora do trabalho. A educação, a religião, as leis e contratos e o lazer servem para preparar a classe trabalhadora para a aceitação da dominação, como algo determinado e insuperável. Estes são os mecanismos usados para conformar a massa, para retificar, ao longo dos anos, a sociedade cindida, compondo um sistema de manutenção da ordem que avança e retrocede em maior ou menor grau de acordo com os períodos históricos e com as lutas da classe trabalhadora. Ainda em Villar (1985), a legalização dos contratos de trabalho e da propriedade privada é mantida por meio da ação do Estado; ambos contribuem para o enriquecimento da minoria e a pauperização da classe trabalhadora, mantendo os privilégios da classe dominante por meio de um acordo de exploração de uma classe sobre a outra, constituindo-se em elementos do aparelho de produção.

Para Marx, é na produção da vida, na práxis, na atividade prática que o homem produz sua consciência. É a inserção do homem no mundo que determina seu conhecimento, assim, a consciência não pode ser outra coisa, se não o ser consciente na sua ação social. Neste sentido,

“O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1978, p.130)

A partir de Marx e de acordo com ele, podemos considerar que a consciência de classe ocorre conforme a situação objetiva e contém o que os trabalhadores sentem e pensam a respeito de sua condição. Porém, refere-se principalmente ao que a classe trabalhadora faz a partir deste sentimento, tendo total importância a práxis revolucionária, para articular dialeticamente o que é sentido e o que é pensado. Para superar essa condição. Sobre este tema, consideramos ser necessário também contar com as contribuições de Luckács (1960), que é sabidamente um dos autores que deram continuidade aos estudos sobre classes e consciência de classe:

“Pois a consciência de classe é a reação racional adequada que deve, dessa maneira, ser adjudicada a uma determinada situação típica no processo de produção. Essa consciência não é nem a soma nem a média do que os indivíduos que formam a classe, tomados separadamente, pensam, sentem, etc. Entretanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade está determinada, em última instância, por essa consciência e não pelo pensamento etc.; do indivíduo. E essa ação não pode ser conhecida a não ser a partir dessa consciência”.(LUCKÁCS, 1960)

O que entendemos a partir do exposto, diz respeito a consciência de classe como percepção, entendimento, conhecimento construído coletivamente, não sendo considerado portanto o que o ser individual pensa e sente no decorrer de sua história, mas sim o que vivenciam enquanto semelhantes. Thompson (1987) e Hobsbawm (1987) também elucidam nossas reflexões a respeito da consciência de classe. Segundo esses autores, o pertencimento a uma classe é anterior a consciência desse pertencimento. No caso da classe trabalhadora, a consciência é construída quando os integrantes da classe percebem a partir da vivência em comum das contradições do sistema de produção e quando a partir disso começam a buscar sua superação. Assim como a formação da classe trabalhadora, a consciência de classe é uma construção das relações sociais vividas.

O resultado do processo histórico da construção da consciência de classe é a luta entre as classes por seus interesses antagônicos e revela, por parte da classe trabalhadora o

desejo de mudança e melhoria das condições de vida , haja vista a criação de organizações que representam os interesses dessa classe fundamental, apresentando a articulação entre os pares. Ao mesmo tempo, a luta de classes também demonstra os interesses da classe dominante de manter o *status quo*, principalmente porque conta com o apoio de instituições como a escola e a igreja, que junto ao modo de produção, atuam como modo de regulação do trabalhador. A consciência do trabalhador é submetida a uma concepção de história, determinada por leis naturais e insuperáveis e que ao homem comum cabe apenas aceitá-la. Assim, muitos trabalhadores, sob a concepção dominante não sabem que “assim como o tecido, a história é construída pelo homem” (MARX apud LUCKÁCS, 1960),

Trata-se então de uma luta constante para elucidar toda uma classe da necessidade de cumprir seu papel de construtora de sua própria história, de buscar por meio do trabalho e reflexão a retomada da consciência como capacidade de perceber a realidade apesar de toda fetichização. Não estamos desconsiderando o senso comum como instância possibilitadora do conhecimento de mundo. Como afirma Kosik (1995), “não se quer dizer que a consciência ingênua não tenha contato com a filosofia ou que demonstre completa indiferença quanto a seus resultados”. Ou seja, percebemos então que a classe trabalhadora não é de todo alienada, ela consegue perceber, no seu dia-a-dia, algumas contradições, mas pelo fato de a realidade ser velada e pelo fato de o trabalhador viver em constante luta pela vida em condições de preocupação, como trabalha Kosik (1995), não lhe sobra tempo para refletir filosoficamente sobre as percepções contraditórias.

As considerações expostas acima nos provocam questionamentos a respeito da classe trabalhadora dos tempos atuais que vivencia a falta de emprego por conta da acumulação flexível. Assim, a partir deste momento, passaremos a tratar de algumas especificidades da classe trabalhadora que vive sem um posto de trabalho assalariado. Partimos do desemprego por considerar que as privações e o sofrimento constituem uma

unidade entre aqueles que pertencem à classe trabalhadora. Aqui, vale considerar as contribuições de Hobsbawm (1987), que afirma que a união de uma classe está no sentimento de exclusão vivenciado. Como isto se verifica?

Andando pelas ruas dos centros urbanos, percebemos um grande número de pessoas, tentando de alguma forma manter a vida. Quando o sinal de trânsito fecha ou quando o trânsito está congestionado, eles aparecem como em um passo de mágica - um grupo de trabalhadores em busca de subsistência - vendendo de tudo, desde biscoitos doces e salgados até um mata mosquito elétrico, qualquer tipo de mercadoria que lhes garantam algum dinheiro ou algo mais precioso, a própria vida. Na maioria das vezes, são trabalhadores desempregados que se organizam em pequenos grupos, para juntos poderem comprar as mercadorias por um preço menor, compondo uma rede de manutenção do trabalho. Esse grupo é mantido, principalmente, pela solidariedade que existe entre os que vivenciam a mesma condição e, principalmente, pela necessidade de obter deste trabalho a existência.

Esta não é a realidade somente dos centros urbanos, no interior das cidades também encontramos outras estratégias de sobrevivência dos trabalhadores que vivem de “bico”, os assim chamados prestadores de serviços temporários, que em geral, são serviços de construção civil e reparos, são carpinteiros, marceneiros, pedreiros, ajudantes, entre outros. São trabalhadores que estão a disposição do contratante e que competem entre si pelo serviço, que nem sempre aparece.

De acordo com Acácia Kuenzer (2005), no modo de acumulação flexível, a classe trabalhadora vivencia os processos de “exclusão includente” e “inclusão excludente”. A produção automatizada dispensa, em parte, o trabalho vivo, excluindo o trabalhador do processo formal de trabalho, com direitos trabalhistas assegurados para incluí-lo no processo de trabalho informal e precarizado (exclusão includente). Já a inclusão excludente, como movimento contrário à exclusão includente pode ser percebido, por exemplo, como resultado

de políticas públicas que promovem o acesso do trabalhador aos processos educativos. A questão que a autora levanta a respeito desta inclusão está nas formas precarizadas em que elas ocorrem, por resultarem “em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão, nem permanência”. (2006).

Portanto, os processos de exclusão includente e exclusão includente são entendidos como processos contrários, porém interligados que articulam a educação aos interesses do mercado de trabalho. Virgínia Fontes (1997) também entende que com a acumulação flexível, a classe trabalhadora vivencia as novas formas como se materializam as contradições entre capital e trabalho. Segundo autora, os trabalhadores que compõem o exército de reserva, aqueles que não estão incluídos diretamente no processo de trabalho, vivenciam a exclusão e inclusão forçada ao sistema capitalista. A inclusão forçada é própria de um modo de produção dominante que permanece em nossa história e consegue manter a inclusão dos trabalhadores por meio de diversos modos de regulação social, na forma da educação, da cultura, do sistema de trabalho e do desemprego estrutural.

A exclusão é entendida como sendo uma situação vivenciada pela classe trabalhadora na forma de desemprego e subemprego. Esses trabalhadores são vistos no senso comum como desocupados ou desinteressados, porque segundo a lógica posta pelo capital, o indivíduo é responsável pelo demérito de não conseguir se adequar às novas exigências e se incluir no mercado formal de trabalho. Nos tempos atuais, a insígnia de desempregado desagrada a muitos pelo sofrimento de não conseguir se manter no mercado de trabalho e por não ter se esforçado o suficiente para acompanhar as transformações no mundo do trabalho. Dessa interpretação ocorre um erro e uma perversidade no capitalismo contemporâneo: considerar o trabalhador inapto e justificar a não necessidade do trabalhador no atual processo de produção modernizado. No entanto, sabemos que o desemprego é intrínseco ao processo capitalista, tendo sido agudizado com a reestruturação produtiva. Ao mesmo tempo,

é extremamente necessário para fragmentar as lutas da classe trabalhadora, garantir que determinados sujeitos aceitem serem submetidos a um processo extremamente precarizado.

A classe trabalhadora sentiu na carne as amarguras de viver à deriva, muitos sem qualquer expectativa de trabalho e alguns, aceitando as condições do empregador. Mas a luta pela vida se mantém mesmo sem um emprego formal. A classe trabalhadora sem um emprego formal organiza formas de vencer a morte. Estes trabalhadores aumentaram as estatísticas do trabalho conhecido como informal por não contar com nenhum vínculo empregatício. Esse tipo de trabalho cresceu com a reestruturação produtiva, na qual dispensou muitos trabalhadores dos seus postos de trabalho, Isso porque a estrutura de produção já não comportava mais o número de trabalhadores que comportava antes.

Diante de tantas contradições, os indivíduos desnecessários para a produção capitalista acabam por buscar maneiras de manter sua sobrevivência. Olhando com mais atenção os centros urbanos, esbarramos com centenas desses trabalhadores: homens placas, distribuidores de panfletos, camelôs, vendedores de refrigerantes, biscoitos e doces; trabalhadores que mantêm a vida dia-a-dia, que não podem precisar o quanto receberão no fim de um dia de trabalho, que levam a vida “por um fio” . Direta ou indiretamente, esses trabalhadores se incluem na lógica mercantilista, pois geralmente comercializam produtos feitos na indústria capitalista, embora esses tipos de trabalho representem uma forma de resistência ao desemprego. É o que nos diz Tiriba (2001) a respeito da estratégia de manter a vida, de continuar existindo:

“Hoje, entendo a pobreza como uma pobreza ativa na qual os sujeitos desenvolvem capacidades, energias e forças reais para satisfazer às suas necessidades básicas, é preciso perguntar: frente à crise do emprego, como se organizam os excluídos do mercado formal de trabalho?” (TIRIBA,2001)

Diante dessa manifestação, é impossível que questões a respeito desta situação não nos incomodem. Que direitos sociais trabalhistas têm esses trabalhadores? Como é viver tentando se incluir numa lógica de produção da vida onde a própria lógica lhes exclui? Estamos diante de uma nova condição de trabalho? A que classe pertencem os trabalhadores sem trabalho?

Na maioria das vezes, as estratégias de sobrevivência se dão de forma associada, porque os trabalhadores percebem que juntos conseguem melhores resultados. Ao parar no sinal, um grupo de trabalhadores corre em direção aos carros e penduram nos vidros retrovisores dos carros os sacos de balas previamente organizados com a seguinte frase grampeada: “Ajude um trabalhador”. O mesmo cartão aparece também em outro sinal, com outro trabalhador; depois de recolher os sacos dos retrovisores e o dinheiro das balas vendidas, o grupo se reúne, confere e divide o dinheiro. A nosso ver, este é um claro exemplo de organização dos trabalhadores sem emprego, que lutam pela sobrevivência nas condições que lhes são postas.

Quando um grupo se percebe semelhante pelas contradições que vivencia, forma-se um grupo para si, que organiza as formas pelas quais se manterá vivo. Essa é a grande contribuição que estes trabalhadores nos deixam, a possibilidade de resgatar as bases solidárias que foram expropriadas ao longo da história pela produção capitalista. Os trabalhadores sem emprego sobrevivem e se mantêm pelo poder da solidariedade e da coletividade e nos apresentam uma luta de classes com novas formas, mas com continuidades de tantas lutas anteriores, a luta pela sobrevivência. Os trabalhadores sem emprego ainda continuam pertencendo a classe trabalhadora, muitas são as similitudes. Mesmo existindo frações entre a classe trabalhadora. uns expropriados e outros ainda mais, todos aqueles que não vivem da exploração da força de trabalho alheio pertencem à classe trabalhadora.

Vale perguntar o que a “classe trabalhadora sem emprego” inventa e aprende com o trabalho? Será o trabalho um princípio educativo também para os chamados “sobrantes”, ou melhor, também para aqueles que estão precariamente incluídos na economia capitalista? Estas questões nos encaminham para a análise das dimensões ontológicas e sociológicas do trabalho, bem como caráter educativo.

### **1.3- O trabalho como princípio (des)educativo: qual trabalho?**

Reconhecer no trabalho sua essência educativa é fundamental para o campo de pesquisa Trabalho e Educação e queremos nós que seja também para além do próprio campo, haja vista que o trabalho, tal qual pensado por Marx e Engels (2006), enquanto atividade criativa humana, é capaz de desenvolver no ser humano a sua humanização. O trabalho não é qualquer atividade, é uma ação que depende de planejamento e o ser humano é o único ser capaz de refletir sobre as estratégias necessárias para transformar a natureza em algum objeto que lhe seja útil. Porém, o trabalho não é somente a criação de um objeto necessário; a medida que tem a oportunidade e a necessidade de criar esse objeto, o homem cria também seu conhecimento sobre a natureza e sobre as formas de transformá-la. É assim que se dá a produção do conhecimento, na interação criativa do homem com o objeto e consigo mesmo.

As produções acadêmicas dedicadas a pensar sobre o princípio educativo do trabalho (FRIGOTTO, 1985, TITTON, 2008) , nos informam que foi uma questão muito pensada no Brasil a partir de 1980 e início dos anos de 1990, fazendo parte dos pressupostos organizadores de práticas educativas inovadoras e progressistas de movimentos sociais, como o MST- Movimento dos Sem Terra.

Nos limites de uma dissertação de mestrado, nos propomos a pensar sobre algumas questões sobre as dimensões (des)educativa do trabalho. A partir do referencial do



materialismo histórico e dialético, o trabalho é entendido como atividade humana em seu sentido mais original, contendo uma dimensão ontológica e sociológica. Ontológica, pois se refere à criação dos meios de existência, onde na relação com a natureza, por meio do seu trabalho, os seres humanos produzem a sua vida ao mesmo tempo em que são produzidos enquanto indivíduos. A dimensão sociológica do trabalho se dá a partir das relações sociais de produção, estabelecidas ao longo da história, entre grupos e classes sociais. Podemos falar em trabalho escravo, trabalho servil, trabalho assalariado, entre outros.

No modo de produção capitalista, quando a força de trabalho torna-se uma mercadoria, o trabalho torna-se estranho aos homens e mulheres, pois o produto do trabalho não é para si e sim para o capitalista. Então, o estranhamento do homem ao trabalho se dá em três dimensões, em relação à propriedade dos meios de produção, ao processo de trabalho e ao próprio produto do trabalho.

No capítulo XIII, Marx verifica que, no processo de produção capitalista o homem tornou-se um apêndice da máquina, não sendo mais o homem que domina o processo de trabalho e sim o processo de trabalho que domina o homem. Desta forma, é que se diz que o trabalho vivo foi subsumido em parte pelo trabalho morto, que é o trabalho de operar um mecanismo.

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo. (MARX, 1984, p. 43)

Desta forma, reafirmamos ser o trabalho princípio educativo, porém, sob o controle capitalista, o mesmo torna-se elemento educativo para a submissão do trabalho ao capital; torna-se um mecanismo para ensinar ao trabalhador a se submeter a um tipo de trabalho alheio e estranho, porque precisa manter sua existência vendendo sua força de trabalho. Nesse

contexto, é que consideramos o trabalho um princípio (des)educativo porque, subordinado ao sistema capitalista, acaba por expropriar a característica fundamental do trabalho que é a criação.

Ainda em Marx (1979), nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos produzido em 1844, encontramos mais explicações sobre a dimensão (des)educativa do trabalho. Em Marx, a alienação é gerada no trabalho de produzir mercadorias, a medida em que o trabalhador atua sobre um objeto que não serve como satisfator de suas necessidades, que não possui valor de uso para o trabalhador e sim valor de troca para o proprietário dos meios de produção (o capitalista). Portanto, podemos dizer que a alienação do trabalho é de base econômica e, ao mesmo tempo, é fruto da expropriação do trabalho enquanto elemento criativo, expropriação que se dá na produção de mercadorias.

Mas por que o trabalhador aceita se submeter a um processo de trabalho de servidão a um objeto? A resposta não é simples, pois está relacionada a histórias de vidas particulares, mas todas se assemelham em uma única questão: manter a subsistência de si próprio e dos seus, pois o homem que não mais transforma a natureza para produzir coisas para si e vende sua força de trabalho, o faz por não ter outra forma de não passar fome. Neste sentido, “trabalho, atividade vital humana, vida produtiva, agora aparecem ao homem apenas como meios para a satisfação de uma necessidade, a de manter sua existência” (MARX, 1979).

O trabalho no modo de produção capitalista está voltado para a produção de mercadorias e extração de mais-valia, um processo desvelado por Marx em *O Capital*. Neste processo, o capitalista fica com o valor excedente do trabalho, enquanto o trabalhador produz em excedente, mas só recebe o suficiente para manter-se vivo. A mais-valia é o resultado da equação trabalho necessário para o trabalhador receber o que manterá sua sobrevivência mais o tempo de trabalho excedente que será apropriado pelo capitalista na venda da mercadoria.

Quando organizadas ao modo capitalista, as forças produtivas devem atender aos interesses da ampliação da produção e reprodução, nesse sentido, devemos analisar as formas como as forças produtivas são desenvolvidas. Como forças produtivas, elencamos a educação e o conhecimento destinados à classe trabalhadora para analisar mais criticamente.

Uma questão a ser pensada a respeito do trabalho como princípio educativo está relacionada à formação-educação da classe trabalhadora. Se o princípio educativo foi apropriado pelo capital ao seu bel prazer, só é possível conceber o trabalho como princípio educativo com a superação da sociedade capitalista? Gramsci (*apud* FRIGOTTO, 1985) indica que a politecnicidade é um conceito central nas propostas pedagógicas marxianas que contemplam o trabalho princípio educativo. Na perspectiva da politecnicidade, os processos educativos se propõem a explicitar as contradições das relações sociais capitalistas ao mesmo tempo em que se combina com os ensinamentos necessários ao trabalho. O trabalho é reconhecido como categoria essencial na construção do homem, ao mesmo tempo se coloca como central na formulação de propostas e nas práticas de formação da classe trabalhadora em um horizonte emancipatório.

Gramsci e outros autores afirmam a necessidade de restaurar o trabalho enquanto princípio educativo e a emancipação do trabalho ao sistema capitalista e apontam que a emancipação só é possível a partir do enfrentamento do capital e da forma de organizar as relações sociais. Frigotto (1985), por exemplo, nos dá elementos para compreender a necessidade de uma prática educativa que contemple o trabalho enquanto princípio educativo; a educação politécnica representaria a unidade entre a dimensão técnica e política da prática educativa, entre teoria e prática, ou seja, entre ensino e trabalho produtivo. Explica que

“...a união ensino e trabalho produtivo, e a defesa da formação politécnica, decorrem, no âmbito teórico, político e prático, da própria luta de reconquista, pela classe trabalhadora, das condições objetivas de sua produção, isto é, da reconquista de algo que é a própria possibilidade de a classe ser redimida da sua degradação.” (FRIGOTTO, 1985)

Desta forma, torna-se uma questão que depende do nível de consciência da classe trabalhadora e dos seus intelectuais. Restaurar o princípio educativo do trabalho depende em grande medida da organização da classe trabalhadora em entrar em contradição ao processo de produção capitalista. Mas para isso é importante que se vá construindo mecanismos de mediação da consciência. A educação é, segundo Gramsci (*apud* FRIGOTTO, 1985), uma possibilidade.

Como vimos no primeiro capítulo, a crise do fordismo é acompanhada da crise do Bem-Estar Social e, também, que o regime de acumulação flexível pressupõe um modo de regulação social fundados em postulados neoliberais. Neste cenário, o grande desafio para o capital é o que fazer com os chamados “sobrantes”, que indiretamente se tornam úteis à atividade do capital, na medida em que são inseridos no final da cadeia produtiva, como é o caso dos catadores de latinhas e de outros trabalhadores inclusos forçosamente (Virgínia Fontes, 1997).

Como as ONGS contribuem para assegurar o novo modo de regulação social? Se o Estado retira sua responsabilidade em relação à educação do trabalhador, o que e com quem os “sobrantes” aprendem? Qual o papel das ONGS na educação do trabalhador? Antes de qualquer coisa, precisamos entender a gênese histórica das ONGs, destacando-as no atual cenário da acumulação flexível.

## **CAPÍTULO II**

### **Organizações não-governamentais, terceiro setor e responsabilidade social empresarial: para onde vai a educação do trabalhador?**

Neste capítulo, nos dedicamos às questões referentes a criação das organizações não-governamentais (ONGs), inicialmente conhecidas como Centros de Educação Popular. Situiremos os contextos sócio-econômicos em que se dão as ações dessas organizações no campo da educação. Discutiremos também os significados do chamado “terceiro setor” o qual setoriza a totalidade social em três partes: o Estado, o mercado e a sociedade civil, sendo esta última identificada como o setor responsável pelo trato das questões sociais. Em seguida, apresentamos o conceito de “responsabilidade social, destacando sua relação com o “terceiro setor” e o trabalho educativo de geração de trabalho e renda desenvolvido por algumas ONGs. Sobre esse tripé – ONGs, terceiro setor e responsabilidade social empresarial – fundamenta-se nosso objeto de pesquisa.

Enfatizamos que o fenômeno das ONGs é percebido amplamente na atualidade, contendo rupturas e continuidades que são melhores compreendidas a partir da análise das mudanças no mundo do trabalho. Especificamente, vamos nos referir à atuação de organizações não-governamentais no âmbito educacional, sob a perspectiva da Responsabilidade Social Empresarial. Assim, neste momento, nos aproximamos do nosso objeto de pesquisa: os projetos educativos propostos e/ou executados por ONGs, vinculados

às ações de “Responsabilidade Social Empresarial”, visando a formação de jovens e adultos para a geração de trabalho e renda.

## **2.1- A gênese histórica das organizações não-governamentais**

Inicialmente, as organizações denominadas “não-governamentais” atendiam pela alcunha de Centros de Educação Popular (CEPs). A partir dos anos de 1990, essas organizações passaram a ser conhecidas popularmente pela sua sigla ONG, embora o termo organização não-governamental ou ONG já existisse nos documentos da ONU desde 1940 (LANDIM, 1993). Essas organizações (CEPs ou ONGs) desenvolviam um trabalho especificamente relacionado à educação da classe trabalhadora (geralmente denominada de classe popular), contando com a participação de grupos de pessoas advindas de universidades, sindicatos, igrejas e partidos políticos. Eram pessoas que atuavam “a serviço de setores dominados da população” (LANDIM, 1993), atuando sob os pressupostos da emancipação.

No período da ditadura militar em 1964, os CEPs atuaram na articulação e assessoria aos movimentos sociais em oposição ao Estado ditatorial. Os Centros de Educação Popular ou de assessoria contavam com o financiamento de organismos internacionais europeus, canadenses e norte-americanos, além de doações da igreja e de indivíduos isolados, compondo uma estrutura de relações políticas e econômicas para atender aos “grupos-alvo”, ou seja, aos “mais pobres” .

Por ter um trabalho de oposição ao Estado ditatorial, os Centros de Educação Popular e de assessoria aos movimentos populares eram considerados subversivos pelo regime militar. Muitos deles foram abrigados em espaços cedidos por setores progressistas da igreja católica. Era um trabalho baseado nos preceitos religiosos de caridade e solidariedade aos mais necessitados contidos na Teologia da Libertação. Segundo Joana Coutinho (2005), nos CEPs, o trabalho educativo tinha por base as contribuições de Paulo Freire sobre a

necessidade de conscientização e transformação social. Era um trabalho de denunciar internamente a violação dos direitos humanos por parte do Estado ditatorial e também uma denúncia da pauperização da classe trabalhadora, para que essa, enquanto classe, se conscientizasse a ponto de lutar contra toda forma de opressão.

Como afirma Landim (1993), os anos de 1970 e 80 foram decisivos para a ampliação dos Centros de Educação Popular. Em parte, isso se deu pelo aumento dos recursos advindos de organismos internacionais e nacionais para trabalhos sociais no “terceiro mundo” e também pelo aumento dos movimentos sociais e sindicais pela redemocratização do Estado. Vale reconhecer a importância dos CEPs nesse período, embora, segundo a autora, seus agentes não tivessem essa dimensão. Era um trabalho que tinha como maior objetivo o benefício de “setores dominados da população”, o que legitimava o trabalho dos CEPs e das entidades que se multiplicavam, muitas delas baseadas nos preceitos da caridade cristã. Segundo Landim (1993), os agentes dos CEPs acreditavam que esta seria uma organização que superaria a si mesma enquanto organização, devido a crescente conscientização que ajudava a promover. Sobre isso nos diz:

“A ausência de discussão sobre o caráter institucional dos “Centros” vinha de par com uma vaga e implícita idéia de seu caráter conjuntural, enquanto ferramenta a ser possivelmente abandonada e superada pela dinâmica dos “movimentos” a que se ligavam, ou do futuro que se esperava.” (Landim, 1993, p.4)

É possível evidenciar que, de fato, a superação dessas organizações não se deu, pelo contrário, o movimento de redemocratização possibilitou a multiplicação dessas organizações, assim como dos públicos alvos. Portanto, no período de 70 e 80, ampliou-se o número de organizações interessadas em resolver os problemas dos “mais pobres”, assim como também ampliaram as suas áreas de atuação. As organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que se formaram nesse período passaram a trabalhar também com movimentos de apoio aos

negros, mulheres, crianças, doentes, ou seja, um ampliado leque de necessitados da ajuda advinda de toda parte.

Interessante observar que, já nos fins da década de 80 do séc. XX, o trabalho dos CPEs ou ONGs já era baseado no que Landim (1993, p.9) denomina “moldura enquadadora dos projetos”. A autora não explicita como se dava esse trabalho, mas comparando com o que se tem nos tempos atuais, podemos inferir que poderia se tratar de uma ação com objetivos pedagógicos, pensados a partir dos interesses das próprias ONGs e de suas agências financiadoras internacionais. Em outras palavras, diferente dos anos de 1960, não seria um trabalho com e a partir dos interesses da classe trabalhadora. Outro fato importante a comentarmos, sobre o período de 1980, é a concorrência gerada pela busca por financiamento e por aqueles que seriam atendidos, por isso, a diversificação dos projetos para jovens, crianças, idosos, mulheres, negros.

Com o processo de redemocratização nos anos 80, as ONGs são chamadas a cooperar com o Estado na formulação da educação pública, passando a lutar também pela escola pública para todos. De acordo com alguns autores,

A partir do processo de redemocratização da sociedade civil houve mudanças na forma de atuação das ONGs, que passam a se envolver na luta em defesa da escola pública de qualidade para todos. Isso ocorre porque os movimentos populares passam a correlacionar a aquisição de conhecimentos escolares ao fortalecimento dos grupos populares. Paralelamente a esse aspecto, observa-se a atuação de muitos educadores populares no sistema público de ensino. É nesse contexto de redemocratização da sociedade civil e emergência de novos referenciais teóricos que as ONGs iniciam as parcerias com os setores públicos através de ações de assessoria. (DELUIZ, GONZALEZ e PINHEIRO, 2003)

Com a redemocratização, estabeleceu-se uma relação de parceria e assessoria com o Estado, principalmente nas áreas da educação de adultos e da educação infantil, áreas que não eram priorizadas no sistema público de ensino, o que futuramente contribuiria para que as ONGs assumissem papéis do Estado.



Nos anos de 1990, as organizações não-governamentais ganham evidência com o “Fórum Brasileiro de ONGs Preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, mais conhecido como ECO-92. Foi um encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro com mais de mil entidades civis representadas. A partir desse evento, o termo ONG passa a ser usado, com mais frequência pela mídia e refere-se às entidades civis sem fins lucrativos, com trabalho de caráter público e voluntário. Importante observar que a atuação das ONGs na década de 1990 é marcada pela redefinição dos papéis do Estado diante da crise de acumulação capitalista, no qual, a principal característica é a retração dos gastos públicos com as políticas sociais. Como nos referimos no capítulo anterior, a reforma do Estado afetou ainda mais as relações vivenciadas pela classe trabalhadora no que se refere ao aumento da precarização das relações de trabalho. Neste período, as ONGs recém criadas e as já existentes intensificam sua parceria com o Estado no tratamento da questão social.

De acordo com Herbert de Souza (1992), a partir dos anos 1990, os agentes do Banco Mundial descobriram as ONGs pioneiras e começaram a buscar alianças, “como também a apresentá-las, de alguma forma, como substitutas do Estado” (ibid, p.140). Souza reconhece neste fato uma estratégia do grande capital para implementar suas políticas neoliberais e, desta forma, promover o crescimento do mercado a redução do Estado. A partir de incentivos de toda forma, o número de ONGs cresce nos anos 90 do séc. XX. Montaño (2007) explica que o boom das ONGs dos anos 1990 é consequência do financiamento de empresas e organismos internacionais. Referindo-se a uma pesquisa da Abong de 2001, o autor chama a atenção para a quantidade de dinheiro que foi destinada às ONGs no ano de 1999. Setores do empresariado e organismos internacionais Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial<sup>2</sup> (BM), Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BIRD)

---

<sup>2</sup> Sobre Banco Mundial, consultar SIQUEIRA, A. C. de. *The New Economic Global Order and Its Effects on Higher Education Policies*, 2001.

destinaram milhões de dólares às ONGs, diretamente ou repassados a elas por meio do Estado. As verbas do Banco Mundial para ações de ONGs chegam por meio do FAP - Fundo de Apoio a Parcerias, um fundo que visa promover um “diálogo” entre as esferas da sociedade. O modelo de parcerias entre ONGs e Estado foi institucionalizada no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso pelo então ministro da Administração e Reforma do Estado Luiz Carlos Bresser Pereira. No final da década de 1990, a parceria foi regulamentada pela Lei das OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, mais conhecida como a Lei do “terceiro setor” de nº 9.790, promulgada em 23 de março de 1999. Essa lei dispõe sobre os deveres e benefícios de se tornar uma organização parceira, mas para tal é preciso cumprir pelo menos um dos requisitos abaixo:

- a) promoção da assistência social;
  - b) promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
  - c) promoção gratuita da educação;
  - d) promoção gratuita da saúde;
  - e) promoção da segurança alimentar e nutricional;
  - f) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
  - g) promoção do voluntariado;
  - h) promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
  - i) experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos produção, comércio, emprego e crédito;
  - j) promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de caráter suplementar;
  - l) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
  - m) estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.
- Disponível em: ([www.paranafundacoes.com.br/como\\_criar\\_ong.pdf](http://www.paranafundacoes.com.br/como_criar_ong.pdf) 2000)

Além desses requisitos, as OSCIPs têm que apresentar, anualmente, “prestação de contas dos gastos de dinheiro público, balanço patrimonial assinado por contador, declaração de isenção de imposto de renda e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica” (O Estado de São Paulo, 08-08-2004, p.1). As vantagens para que as ONGs se tornem OSCIPs se referem a isenção de imposto de renda, remuneração de diretores, firmar contratos com o

Estado sem licitações, além de poderem receber doações e bens apreendidos pela Receita Federal. Segundo a reportagem do mencionado jornal, das 200 mil ONGs registradas no Ministério Público em 2004, apenas 1.326 se tornaram OSCIPS. Apesar desse número representar menos de 1% do total de organizações registradas na época, isso não significa que não haja relações de parceria de ONGs com o Estado.

Pelo exposto, podemos considerar que o histórico das organizações não governamentais é permeado de ambigüidades, porém não podemos incorrer no erro de generalização. Existem diferenciações entre as organizações: algumas atuam segundo a demanda do local onde estão inseridas, tendo como proposta a emancipação do trabalhador; outras atuam segundo interesses externos do Estado e dos empresários, atuando na lógica da responsabilidade social empresarial ou corporativa, de forma a aliviar as contradições e executar serviços de natureza compensatória, antes sob responsabilidade do poder público. Como sugere o título do texto de Marcos Arruda (PACS, 1995): *ONGs e Banco Mundial: é possível colaborar criticamente?* É possível que as ONGs sobrevivam sem o financiamento (e os ditames) dos organismos internacionais?

## **2. 2 – As ONGs e a emergência do “terceiro setor”**

Depois de apresentar um breve histórico da atuação político-educativa das ONGs, direcionamos nossas reflexões e críticas para uma questão fundamental em nossa pesquisa: a emergência e multiplicação do número de ONGs identificadas como integrantes do “terceiro setor”. Primeiramente, torna-se fundamental a explicação do que vem a ser o “terceiro setor”; para isso, usamos a definição divulgada pelas próprias organizações que se identificam com esse conceito: o “terceiro setor” “é constituído por organizações privadas sem fins lucrativos que geram bens, serviços públicos e privados. Todas elas têm como objetivo o

desenvolvimento político, econômico, social e cultural no meio em que atuam.” (Disponível em [www.setor3.com.br](http://www.setor3.com.br). Acesso em 12/03/2008).

Segundo Montañó (2007), o debate sobre o “terceiro setor”, embasa-se nos pressupostos defendidos por Hayeck e Rosanvallon. O primeiro critica severamente a intervenção do Estado e, junto com outros pensadores criou as bases do neoliberalismo, um tipo de política interessada “nos direitos individuais do cidadão” (BOITO JR, 1999). O segundo sustenta a focalização ou diminuição dos serviços públicos e propõe um novo contrato social, no qual as contradições sociais e conflitos são naturalizados.

De acordo com a concepção neoliberal, o Estado é “deseconomizado” e o mercado “despolitizado”; cada um cuida de seus próprios interesses. O “terceiro setor” com suas organizações “não-lucrativas”, “não-governamentais”, de “caridade”, “ações solidárias” e “voluntárias” serviria para cuidar da questão social e dos interesses dos trabalhadores. Com Herbert de Souza (1992), Deluiz (2006) e Montañó (2007), no contexto de acumulação flexível e reestruturação do Estado, parte das ONGs que surgiram apoiando os movimentos populares, sem acesso aos meios de comunicação, nem recursos governamentais e/ou mercadológicos, vem se transformando em organizações que atuam no “welfare”, para “amenizar os impactos negativos das políticas de ajuste estrutural” (DELUIZ, 2006), na dimensão social do avanço do capitalismo, principalmente as criadas a partir de 1990. Desde então, ações em parceria entre ONGs, governos e empresários têm se tornado frequentes.

Para Soczek (2007), as práticas das organizações não-governamentais seriam uma possibilidade de restabelecer ordem dentro do sistema capitalista. Esse autor entende que as ações das organizações não-governamentais teriam o papel de fortalecer as lutas sociais. Soczek e os autores do “terceiro setor” entendem este fenômeno não como resultado de um processo histórico de reestruturação do capitalismo, mas como resposta da sociedade civil ao afastamento do Estado, considerado ineficiente. O problema não está em considerar o Estado

ineficiente, ele de fato o é quando o assunto é atender aos interesses da maioria expropriada, já que suas políticas se inserem na lógica e na ordem do capital. O problema está em fazer disso uma justificativa em si.

Na verdade, a justificativa de um Estado ineficiente e incapaz de atender aos interesses da classe trabalhadora está de acordo com os pressupostos neoliberais, que pretendem ampliar o poder e a atuação das empresas privadas, ou seja, do mercado. A título de exemplo, reproduzimos a fala do economista Prescott, um dos sete ganhadores do prêmio Nobel de economia, em entrevista à revista *Veja* (agosto, 2006). Para ele, “é fundamental que o Brasil estimule a criação de uma sociedade privada. Esse é o motor de qualquer ciclo de expansão sustentável”. Esse tipo de discurso, evidencia o ideário neoliberal para ampliar e manter a acumulação do capital, de forma que os direitos subjetivos da classe trabalhadora sejam oferecidos pelo setor privado como mercadoria. Como Boito Jr (1999), pensamos que “O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal”, contribuindo para minimizar as políticas públicas necessárias para o bem social dos trabalhadores.

Para justificar as ações das organizações não-governamentais como necessárias para o bem dos expropriados pelo sistema, os teóricos do “terceiro setor” trabalham com o discurso possibilista e o determinismo capitalista: “Não se imagina, nessa perspectiva, a possibilidade real da superação do capitalismo, da constituição de uma sociedade socialista, aceitando-se, portanto, o sistema do capital e procurando apenas melhorá-lo” (MONTAÑO, 2007, p.140). Se aceita, assim, conviver com o que é possível, e diante do número de desempregados, as ações das organizações não-governamentais são vistas como essenciais para a subsistência do trabalhador: qual é o problema de uma ONG, por exemplo, desenvolver projetos educativos para gerar trabalho e renda? É uma atividade útil na medida em que mantém a subsistência do trabalhador. O problema é que essa prática contribui para que frações da classe trabalhadora

considerem que a emancipação é algo inatingível e que por isso deve aceitar de bom grado as ações de organizações “bem intencionadas”.

Segundo Lúcia Neves (2005, p.33), são ações que contribuem para que a hegemonia do capital se perpetue por meio do incentivo à solidariedade da classe dominante para com a classe dominada, de toda forma, manteria a ordem e evitaria contestações, “produzindo a convicção de que, efetivamente, não haveria excluído, e sim aquele ainda não incluído”. É desta forma que os intelectuais do “terceiro setor” reafirmam a importância de organizações que atendam as necessidades da classe trabalhadora. E apresentam o “terceiro setor” como representante da sociedade civil, numa apropriação metamorfoseada do conceito de Gramsci (1999), o qual trataremos mais a frente. O termo sociedade civil é amplamente divulgado nos meios de comunicação para legitimar o poder de atuação das organizações que supostamente representariam os interesses da classe trabalhadora. Na verdade as ações das organizações do “terceiro setor” são planejadas no sentido de minimizar as contradições entre capital e trabalho como substitutivo das políticas públicas.

Para tentarmos desconstruir o conceito de “terceiro setor”, analisaremos as concepções que orientam as suas práticas. A primeira análise gira em torno da concepção de sociedade civil na visão neoliberal, baseada nos escritos de Tocqueville (*apud* MONTAÑO, 2007), ainda que este autor não tenha mencionado o termo em si. Para os intelectuais que defendem as organizações não-governamentais que se identificam com o conceito de “terceiro setor” (Bresser Pereira *apud* Montañó, 2007; Ruth Cardoso *apud* O Estado de São Paulo, 2004; e Fernandes, 1994), a “sociedade civil” é um campo pacífico, onde as organizações integrantes são institucionalizadas como parceiras do mercado e do Estado, oferecendo ações substitutivas do Estado. São ações geralmente no intuito de aliviar as contradições postas pelo capital, como a pobreza, contribuindo para tornar a classe trabalhadora refém da assistência promovida por estas organizações.

Analisando a coleção de revistas “*Razão Social*”, podemos afirmar que estas organizações do terceiro setor localizam-se principalmente em comunidades onde o Estado não está presente (porque não tem interesse), atuando na promoção da saúde, educação e, principalmente, trabalho. Essas organizações divulgam nos meios de comunicação suas intenções solidárias e filantrópicas para obterem adesão dos trabalhadores e de uma fração maior dos empresários e, dessa forma, concorrer ao financiamento de seus projetos. Recebendo financiamento de empresários, do Estado e de organismos internacionais como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas e Banco Interamericano para o Desenvolvimento, podemos considerar que as ações das organizações do “terceiro setor” estão ligadas aos interesses da burguesia que destina milhões para que ONGs cuidem da questão social.

O “terceiro setor” pode ser entendido, principalmente, como estratégia da política neoliberal para garantir sua sustentabilidade. Por neoliberalismo entendemos o conjunto de ações que valoriza o mercado, assim como, a crítica ao padrão protecionista e universalizador das instituições estatais. Segundo Boito Jr. (1999), o neoliberalismo significou a soberania do consumidor sob o cidadão. Isso significa dizer que o neoliberalismo propõe o Estado “mínimo” para os investimentos em políticas públicas e regulação da questão dos direitos sociais e “máximo”, quando visa atender às necessidades de manutenção do sistema capitalista.

A grande questão que se coloca com os preceitos neoliberais é a forma como este tipo de política se propõe a “resolver” as contradições da relação capital-trabalho, de forma focalizada, atuando na esfera do “terceiro setor”, apresentando uma possível saída para a crise que a classe trabalhadora enfrenta e que foi criada no plano da reestruturação produtiva e reforma do Estado. A focalização pode ser entendida como um tipo de ação pensada

especificamente para um público alvo que se beneficia dessa ação, não sendo uma ação universal, ou seja, para todos, e sim para um determinado grupo de pessoas.

No contexto da acumulação flexível, as ONGs tornaram-se “nichos de mercado” (BIANCHI, 2005), nos quais trabalhadores se refugiam e procuram manter sua sobrevivência. A facilidade de montar uma ONG também permite que qualquer pessoa tenha acesso à verbas públicas ou de organismos internacionais, principalmente se for na via do “terceiro setor”, como afirma Marco Aurélio Nogueira em O Estado de São Paulo (08-08-2004). Como lembra Montañó (2007), o trato da questão social na via das organizações não-governamentais é fragmentado, pois se reduzem a ações locais e focalizadas. Dessa forma, as ONGs viriam “dar respostas que supostamente o Estado já não pode (ou não quer) dar e que o mercado não procura dar”, compondo um quadro onde as ONGs atuam como “mediadoras da assistência social”, como diz Leite (1999 *apud* Montañó 2007).

Com base na análise de Montañó (2007), concordamos que o trabalho das organizações não-governamentais que caminham na perspectiva do “terceiro setor” é contribuir para facilitar a hegemonia do capital na sociedade, como uma forma substitutiva das políticas públicas sociais, que não conseguiram por fim às contradições inerentes ao sistema capitalista, como a pobreza, o desemprego e a exploração do trabalhador.

A crítica que fazemos ao conceito de “terceiro setor” acima comentado, diz respeito à setorialização da totalidade social, a uma criação ideológica que pretende diluir, atomizar os conflitos, para manter a ordem tal como ela é posta. Os teóricos do “terceiro setor” defendem a idéia de que o “primeiro setor” é o Estado, responsável por criar condições materiais e legais para a atuação das empresas, no qual o investimento na questão social é reduzido. O “segundo setor” é o mercado, baseado na liberdade individual da classe trabalhadora de se submeter a lógica do capital e responsável pela produção de bens e serviços que serão consumidos pela parcela da população que puder pagar. O “terceiro setor”, identificado como “sociedade civil”



é o responsável pelas ações de assistência e atendimento das necessidades das classes mais pauperizadas e que servem como paliativo ou “compensação” das mazelas provocadas pelas contradições entre trabalho e capital.

A sociedade civil, de acordo com esta concepção, é um lugar onde os atores principais são as organizações não-governamentais, fundações ou outras instituições que pretendem promover o “bem comum”, suprimindo uma evidente e crescente falta de políticas públicas que garantam os direitos da classe trabalhadora e diluindo o conflito de interesses e necessidades entre capital e trabalho. Essa concepção é a que paira nos meios de comunicação e nos documentos oficiais de governos e organismos internacionais que pretendem fortalecer a sociedade civil, não como possibilidade de promover as lutas sociais, mas como campo privilegiado, autônomo e apaziguador.

Na análise de Montañó (2007), a sociedade civil identificada como “terceiro setor” serve ao capital para camuflar os conflitos. Na verdade, o conceito de Gramsci nada tem a ver com setorialização social, pois se refere à existência da “sociedade política” e “sociedade civil” como esferas de um sistema indissociável e nada autônomo, diferentemente do que pregam os autores do “terceiro setor”. De acordo com Portelli (1990), em Gramsci, a sociedade civil (consentimento) é a base da sociedade política (Estado-coerção) – instâncias que compõem a concepção ampliada de Estado. Os elementos constitutivos da sociedade civil servem, em Gramsci, para a manutenção da hegemonia por meio do consenso, enquanto na sociedade política, procura-se manter a dominação e a coerção. Sobre isso Gramsci nos diz que,

“pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de privados) e a “sociedade política ou Estado” que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comendo, que se expressa no Estado e no governo jurídico”. (GRAMSCI, 1982, p.10-11)

Montaño (2007) nos indica que a emergência do “terceiro setor” nos obriga a rever o conceito de sociedade civil. No Brasil, o termo sociedade civil adquiriu caráter positivo no período da ditadura militar nos anos de 1970. Muitas organizações, como as associações de moradores e religiosas, que não fossem ligadas ao Estado, no período de domínio militar, encontrava adesão social. Porém, se desconsiderarmos a História, cairemos na generalização neoliberal de positividade da sociedade civil. Não foi em vão que tanto Gramsci quanto Marx desconsideraram a luta de classes antagônicas no seio da sociedade civil, entendida como espaço contraditório na busca do poder.

“Na sociedade civil estão presentes organizações tanto dos trabalhadores, de “excluídos”, das chamadas “minorias”, dos defensores de direitos humanos, da mulher, da criança e do adolescente, do meio ambiente, mas também comparecem organizações representantes do capital (Sesc, Sesi, Fundação Bradesco) e ainda mais, organizações fascistóides (Tradição Família e Prosperidade, grupos neonazistas, por exemplo) instituições fanático-religiosas...” (MONTAÑO, 2007, p.274).

Na concepção neoliberal embasada em Tocqueville (*apud* MONTAÑO, 2007) a sociedade civil é o campo das organizações de bases solidárias, identificadas como representantes dos movimentos sociais, que se colocam em oposição ao Estado. Essas organizações são consideradas próprias para atender às necessidades da classe trabalhadora, como estratégia para justificar o afastamento do Estado nos investimentos em políticas públicas e na regulação do mercado, contribuindo para conformar a classe trabalhadora e manter o sistema capitalista.

De acordo com Portelli (1990), tanto Marx e Engels quanto Gramsci partiu da análise hegeliana de sociedade civil, porém cada qual a seu tempo, de acordo com as determinações históricas particulares. Em a Ideologia Alemã (2006), Marx e Engels definem com mais precisão o que para eles seria a sociedade civil:

“A sociedade civil abrange toda troca material dos indivíduos dentro de uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange todo comércio e indústria de uma determinada fase e, por isso, é mais ampla que o Estado e a nação...” (2006, p.63)

A concepção de sociedade civil de Marx e Engels está inteiramente ligada ao modo de produção da vida, que ao se tornar capitalista separou os possuidores dos não possuidores da propriedade dos meios de produção. Nessa concepção, a sociedade civil é identificada como o campo onde as organizações privadas mantêm seus interesses, o campo de relações econômicas, definidas pela separação de duas classes antagônicas: burguesia e proletariado. A sociedade civil, para Marx e Engels, é a sociedade burguesa.

Em Gramsci (Portelli, 1990), a sociedade civil diz respeito aos organismos privados com a função de manter a hegemonia. São organizações como igrejas, sistema escolar, meios de comunicação, enfim, os aparelhos de hegemonia. Embora consideremos as contradições inerentes a esses espaços, são organizações que estão em face com a sociedade política, construindo um sentido ampliado de Estado. Ambas servem para conservar a base econômica por meio da direção cultural (sociedade civil) e por meio da coerção (sociedade política). Assim com Marx e Engels, na descrição da sociedade civil, Gramsci não desconsidera a estrutura, a sociedade civil e a política, estabelecendo entre elas uma relação intrínseca e indissociável.

De acordo com Montañó (2007, p.54), dizer que o “terceiro setor” é materializado pela sociedade civil é uma “debilidade conceitual”, já que foi a sociedade civil que historicamente construiu suas instituições e organizações. Para ele, há clara primazia histórica da sociedade civil sobre as demais esferas, o “terceiro setor” seria na verdade o “primeiro” .

Segundo Tenório (2006), o termo ONG, atualmente, é utilizado para designar organizações não-governamentais sem fins lucrativos, de interesse público, que são financiadas por governos e agências de cooperação internacional. Tomando por base os escritos de Gramsci (1999), podemos considerar as ONGs do “terceiro setor” como aparelhos

privados de hegemonia, que foram apropriados pela classe dominante para promover a direção cultural por meio do convencimento, principalmente, as criadas a partir dos anos de 1990, por atuarem no âmbito da conformação da classe trabalhadora. Os aparelhos de hegemonia referem-se, essencialmente, a promoção da direção cultural e intelectual que as classes imprimem e englobam todas as ações de fundo educativo com o objetivo de manter a supremacia de uma classe.

“Uma classe, no permanente processo de construção e manutenção da hegemonia, deverá difundir e sustentar sua concepção de mundo, influenciando em todos os aspectos da vida e do pensamento da sociedade, por meio do processo de difusão da ideologia, que virá imprimir características específicas à sua ação” (RUMMERT, 2008, p.26).

Quando Gramsci pensou hegemonia, pensou a partir de uma sociedade de antagonismo entre classes, na qual o poder da burguesia sobre a classe trabalhadora dependia de todas as formas de dominação, desde a expropriação do trabalho até a promoção da internalização de valores necessários para desmobilizar as lutas dos trabalhadores. Portanto, se as ONGs recebem incentivos do Estado e dos empresários para atuarem como mediadoras da assistência para a classe trabalhadora, então entendemos que agem no sentido de manter a hegemonia, principalmente porque os projetos desenvolvidos por ONGs são de cunho pedagógico. Como diz Gramsci, as relações pedagógicas não se limitam especificamente às relações escolásticas; para ele, “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais “(GRAMSCI, 1978, p.37)”.

Talvez a ação social de ONGs seja a única que muitas pessoas recebam onde o Estado não se faz presente, no entanto, uma coisa é considerar a necessidade de assistência social, outra coisa totalmente diferente é institucionalizar ONGs como espaço próprio para

fazê-lo, como paliativo ou “compensação” da ausência de políticas públicas sociais. Consideramos que, no Brasil, o crescimento da atuação das ONGs na questão social se ampliou a partir da institucionalização da categoria “parceria”, iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, quando com a primeira dama Ruth Cardoso criou o Programa Comunidade Solidária. Esse programa passou a financiar e desenvolver projetos de alfabetização, capacitação profissional e extensão universitária, que se mantiveram no governo de Lula da Silva (ano de 2002 até o presente momento), com a justificativa de focalizar os esforços e verbas do governo nos considerados mais pobres e, dessa forma, compensá-los dos efeitos do ajuste estrutural.

Exemplo de focalização são as negociações do governo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) que estão reproduzidos no jornal Folha de São Paulo (2003, p. 6). No texto da reportagem, explicita-se o conceito de focalização adotado pelo governo Lula: “as verbas públicas devem privilegiar os mais pobres, em vez de terem distribuição universal”. Segundo a reportagem, esse é o princípio dos documentos oficiais de negociações entre o governo e o FMI. Interessante observar que os empresários caminharam ao encontro dos princípios da focalização adotada pelo governo Lula, ajudando a consolidar a focalização a partir das ações de “Responsabilidade Social Empresarial” . Mas qual a razão das ações sociais dos empresários? Será que poderemos encontrar as ONGs comprometidas com os interesses da classe trabalhadora na Revista *Razão Social*, a qual veicula os interesses dos empresários quanto a “Responsabilidade Social Empresarial”?

### **2.3 - Responsabilidade Social Empresarial e a nova “questão social”**

No terceiro tópico desse capítulo, refletiremos sobre as estratégias do empresariado para consolidar um padrão de assistência à classe trabalhadora, na perspectiva

da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou Responsabilidade Social Corporativa (RSC) (TIRIBA e AGUIAR, 2008). O conceito de Responsabilidade Social Empresarial (denominação que vamos utilizar nessa dissertação) diz respeito às ações empresariais frente às mudanças estruturais no modo de produção capitalista, ocorridas no final do século XX. As ações de RSE referem-se ao financiamento dos empresários para que ONGs, fundações, institutos, etc, atuem para amenizar os problemas sociais enfrentados pela fração da classe trabalhadora mais empobrecida. Os pressupostos da RSE levam os empresários a investirem em projetos na área da educação, da saúde, moradia, geração de emprego, esporte, lazer, meio ambiente, entre outros. Dentro desta perspectiva, as empresas promovem e incentivam ações de amenização dos impactos sociais e ambientais provocados pela exploração maciça da natureza e pelas relações de produção predatórias do capitalismo.

De acordo com Tiriba e Aguiar (2008), as empresas que atuam na lógica da Responsabilidade Social Empresarial têm o objetivo de promover o “bem social” e a boa imagem da empresa perante a sociedade. Assim, entendem que, na perspectiva empresarial, a RSE é:

“o resultado de um conjunto de ações estratégicas das empresas para tornar suas atividades lucrativas compatíveis com o padrão de desenvolvimento social sustentável cujos indicadores dizem respeito à qualidade de vida e das relações humanas no ambiente de trabalho; ao impacto da produção e ou prestação de serviço sobre o meio ambiente, às relações institucionais com a comunidade; ao respeito aos consumidores, clientes e fornecedores; e a uma gestão sustentável e transparente.” (2008. p. 71)

O exposto acima evidencia o leque de opções das ações de RSE. De acordo com Beghin (2005, p.57) seria um novo tipo de *marketing*, o *marketing* social, que se entende por um conjunto de ações que pretendem fortalecer a boa reputação da empresa, ou seja, as ações de RSE constituem-se em uma nova forma de negociar e obter lucro; incentivando-se o consumo consciente; um tipo de “consumo onde as pessoas selecionam produtos e serviços

que engendram uma economia mais justa e sustentável” (ibid, p.58). É um movimento que também pretende demonstrar a importância da empresa para a comunidade onde ela se localiza e/ou atua. Para que o financiamento aconteça, é preciso que os projetos tenham grande visibilidade, que sejam sobre algum aspecto latente da sociedade. Assim, o movimento cresce no Brasil, no período dos anos de 1990 (BEGHIN, 2005), quando houve aumento da pobreza em consequência ao aumento do desemprego e da precarização das relações de trabalho. Dessa forma, as empresas passaram a institucionalizar espaços específicos para o desenvolvimento de ações de RSE em diferentes frentes de atuação.

Importante comentar a adesão dos distintos ramos empresariais; de acordo com a Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil (IPEA, 2006), houve o crescimento da participação dos diferentes setores econômicos: comércio 53%, agricultura, silvicultura e pesca 1%, construção civil 4 %, indústria 18% e serviços 24%. Uma demonstração da importância das ações de RSE para o mundo empresarial é que, de acordo com a mencionada pesquisa, a intervenção empresarial em atividades voltadas aos mais pobres aumentou para 69% em 2006. Essa porcentagem representa 870.953 empresas, com mais de um funcionário em todo Brasil, atuando na esfera social; sendo que a maior parte das empresas é considerada de pequeno porte. Na tabela a seguir teremos noção das áreas privilegiadas para receber financiamento empresarial; segundo a pesquisa do IPEA (2006), os projetos sociais são distintos e têm visibilidade, em sua maioria são projetos que direta ou indiretamente pretendem amenizar a pobreza. (ver tabela 1).

**Tabela 1-** Áreas de principal interesse para atuação social empresarial e porcentagem equivalente

Alimentação e abastecimento	52%
Assistência social	41%
Saúde	24%

Educação – Alfabetização	23%
Lazer e recreação	19%
Desen. comunitário e mobilidade social	18%
Esporte	15%
Qualificação profissional	14%
Cultura	13%
Segurança	7%
Meio ambiente	7%

Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil. IPEA-DISOC -2006. Total: 870.953 empresas.

Também gostaríamos de comentar a adesão de organizações representativas do empresariado, como é o caso da FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro que representa 9. 201 empresas, ([www.firjan.org.br/main](http://www.firjan.org.br/main), 2009) assim como a criação de organizações específicas para gerenciar e manter as ações de RSE como é o caso do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, com 112 empresas até 2008, ([www.gife.org.br/](http://www.gife.org.br/), 2009) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, criado em 1998.

A Revista *Razão Social* (ago-2007 a ago-2008) nos dá elementos para perceber a materialidade da ação empresarial, pois nela encontramos os projetos do empresariado em parceria com o Estado. Na Revista, encontramos projetos de troca de garrafas *pet* por pães, doação de fraldas descartáveis a bebês e à clínicas de repouso de idosos, reforço escolar para jovens de comunidades mais pobres, doação de cestas básicas e até formação de atletas que sejam moradores de “áreas de risco social”. Esses são alguns exemplos dos projetos divulgados na *Razão Social*, com claro objetivo de anunciar a empresa benfeitora, pois seu nome aparece em negrito, mas as informações referentes aos projetos não estão devidamente divulgadas. Percebemos que algumas empresas têm um departamento interno específico para pensar e/ou selecionar bons projetos para financiar, outras atuam por meio de suas próprias fundações ou institutos. Além do reconhecimento público, as empresas que atuam sob a ótica



da RSE também contam com isenção fiscal, ou seja, segundo Beghin (2005) trata-se de mais uma estratégia de negócios.

Dentro desse filão, as empresas se promovem ao incentivar, de toda forma, as ações socialmente bem vistas, recebendo assim um selo de “empresa socialmente responsável”, conferido por institutos criados especificamente para esse fim, como é o caso Instituto Ethos de Responsabilidade Social, desde sua fundação em 1998 formula indicadores de RSE para as empresas interessadas, realiza um balanço, para verificar se as empresas estão cumprindo com os indicativos propostos e lhes concede um selo de certificação por ter cumprido com os preceitos da RSE. As empresas que recebem selos de responsabilidade social têm suas ações valorizadas em até 30% a mais em bolsas de valores como a Dow Jones. Por esse motivo também, as ações de responsabilidade social empresarial assumiram lugar de destaque nas grandes empresas que atuam no Brasil. Ou seja, o Instituto Ethos é considerado como grande articulador e promotor da responsabilidade social empresarial, no Brasil, com conexões internacionais com outros institutos, como o *Business for Social Responsibility*. De acordo com Andréa Fontes,

Internacionalmente, o Instituto Ethos está ligado ao *Business for Social Responsibility* (BSR), a principal entidade mundial no setor de responsabilidade social, uma associação que reúne 1.400 empresas americanas que assumem ter compromissos sociais. A maioria é de multinacionais do porte da Ford, Johnson & Johnson e AT&T. Juntas, as associadas da BSR somam um faturamento anual acima de 1 trilhão de dólares. (FONTES, 2005)

Importante comentar que a questão da certificação das empresas “socialmente responsáveis” é pauta de discussão entre 72 países. De acordo com a *Razão Social* (agosto 2007, p. 21), 335 representantes de 72 países e de 35 organizações internacionais estão em discussão para elaborar normas internacionais de certificação pela *International Organization for Standardization* (ISO). A discussão é para a construção dos indicativos a serem cumpridos para a obtenção do selo de RSE, o ISO 26000.

Analisando as intervenções dos empresários na área social, e em acordo com Demo (2001), Beghin (2005) e Montañó (2007), ponderamos sobre as ações realizadas e não podemos desconsiderar que os investimentos dos empresários na RSE são destinados às intervenções pontuais e não estruturais. Para Landim (1999), essas ações com apoio do Estado e dos empresários seriam uma “refilantropização” da questão social, servindo como mais um espaço para inculcar e internalizar ideários baseados no individualismo e na meritocracia. Percebemos que as ações sociais empresariais voltam-se para questões de comunidades “vulneráveis”, atendimento às crianças, idosos, portadores de deficiência ou de doenças graves, mulheres, família e jovens.

O fato é que a RSE tornou-se elemento de grande investimento dos empresários, modelo de intervenção social a ser seguido; uma ação culturalmente estruturada que se mantém forte e crescente e demonstração do ativismo social empresarial. Sendo ações realizadas em distintos espaços, como fundações e institutos, com objetivo de amenizar as condições ruins de vida dos “beneficiados”. São ações que pretendem contribuir para o fortalecimento da acumulação capitalista, sem prejudicá-la com os conflitos gerados pela demanda subjetiva dos direitos sociais. Contribuindo, dessa forma, para que os “beneficiados” se conformem com o atendimento da saúde, educação e outros serviços sociais subjetivos advindos do setor privado, no qual se torna um “processo que bloqueia a possibilidade de a resistência se transformar em alternativa política”. (Telles, 1998 *apud* Beghin,2005) Dessa forma, são ações que contribuem para dar centralidade às ações sociais empresariais focalizadas, em detrimento das formulações de políticas públicas universais, dentre elas, as políticas públicas educativas. Sendo assim, nos questionamos sobre a ação educativa de ONGs em acordo com os preceitos da RSE. Que tipo de educação recebe o jovem e adulto trabalhador no espaço das ONGs? Quais os pressupostos dos projetos educativos?

## 2.4 – Educação de jovens e adultos trabalhadores: quando as ONGs entram em campo

Percebidos em muitas regiões do país, os projetos de organizações não-governamentais para geração de trabalho e renda visam a inserção dos trabalhadores sem trabalho assalariado na economia . Nesse sentido, cabem-nos algumas considerações a respeito das práticas educativas inseridas no contexto do desemprego estrutural; diante de tantos desempregados -1,89 milhão- (AGÊNCIA BRASIL, 2009), cabe-nos pensar uma questão: como as diferentes organizações não-governamentais estarão educando os sujeitos para o mundo do trabalho? Para analisar mais de perto as práticas educativas das organizações não-governamentais que atuam sob a égide da Responsabilidade Social Empresarial, é preciso observar que são muitas as formas de conferir algum tipo de saber, que permita ao jovem ou adulto trabalhador o ingresso ou regresso no mercado de trabalho. Podemos dizer que, de uma maneira geral, os projetos educativos têm em vista as necessidades imediatas do próprio mercado e, por parte do trabalhador, pela necessidade de obter renda. Partimos da hipótese de que se tratam de práticas educativas pontuais, específicas para cada público alvo e que servem direta ou indiretamente para consolidar um padrão de resposta à questão das contradições entre capital e trabalho, delegando à educação/qualificação o poder de amenizar as amarguras de viver sem condições materiais humanizantes.

Em relação a atuação das ONGs no campo da educação do trabalhador, é preciso considerar algumas questões. Ora, as primeiras organizações não-governamentais iniciaram seus trabalhos tratando principalmente da educação popular. O que pode haver de diferente é o caráter da educação oferecida. Enquanto os objetivos iniciais das primeiras ONGs caminhavam no sentido de promover a emancipação do trabalhador e oferecer resistência à ditadura militar, as ONGs contemporâneas têm a preocupação de realizarem projetos que gerem trabalho e renda, devido ao aumento do desemprego no país. Uma segunda questão

refere-se ao fato das ONGs passarem a assumir as funções do Estado no decorrer dos anos de 1990, sendo identificadas e institucionalizadas como parceiras. Também merece comentário, o fato de as ONGs terem sido eleitas pelos empresários, como espaço em potencial, para promoverem sua responsabilidade social, contribuindo para a consolidação de um padrão de resolução empresarial dos problemas sociais, dessa forma, contribui sobremaneira para causar boa impressão perante os consumidores. (SOCZEK, 2007)

O autor acima mencionado, entende o trabalho das ONGs como uma forma de luta contra as desigualdades sociais; entende assim a partir dos pressupostos do empoderamento social, Esses consideram que as ONGs são um caminho para a construção de uma possível intervenção no jogo político e considera importante a ampliação da atuação das mesmas nos serviços sociais básicos. (SOCZEK, 2007). Ainda, segundo este autor, as ONGs abriram a oportunidade para uma grande quantidade de pessoas terem acesso aos direitos sociais assegurados por lei: direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. O que simboliza, para o autor, o fortalecimento da representação dos interesses populares por parte das ONGs, principalmente se elas atuarem de forma associada, em rede, o que já acontece com o auxílio da Internet; as ONGs trocam informações sobre a implementação dos projetos na área social.

Mesmo depois dos anos de 1990 com a institucionalização de ONGs como parceiras de empresários e do Estado e da redefinição de seu espaço institucional, Soczek (2007) afirma serem as ONGs representativas de possibilidades do fortalecimento da negociação entre Estado, mercado e sociedade civil. O que aqui explicitamos, nos serve para a compreensão da ampliação da atuação das ONGs no campo social. Percebemos a naturalização da retração do Estado na formulação de políticas públicas, a partir dos pressupostos do empoderamento das ONGs; como se as mesmas fossem responsáveis por resolver as questões sociais, explicitando uma crescente redefinição de papéis do Estado e das ONGs.

Importante considerar a contraposição de concepções sobre o papel que desempenham as ONGs. De um lado, existe a tendência apresentada por Soczek (2007), que considera a ampliação da atuação das ONGs na esfera social uma possibilidade de participação democrática, tendo na parceria com o Estado um grande elemento. Existem também aqueles (NEVES, PRONKO e MENDONÇA, 2006, MARTINS 2007) que entendem que, a ampliação do trabalho das ONGs na área social faz parte das estratégias de sociabilidade do capital, a partir do entendimento de que os investimentos em educação são “como aposta potencial de ‘capital social’ e cultural”. Esses autores entendem que são ações colaborativas, propostas pelas políticas da nova social democracia que ganhou fôlego no Brasil a partir de 1990. Essas práticas, representam um conjunto de propostas com intuito de promover a colaboração entre Estado, mercado e sociedade civil. Segundo Deluiz, (2006) são ações para “amenizar os impactos negativos das políticas de ajuste estrutural – desemprego, pobreza e exclusão social –, e as políticas educacionais estão orientadas para adequar a formação humana às necessidades do processo de racionalização do sistema produtivo”.

Em Martins (2007), encontramos outra explicação para o incentivo ao trabalho das ONGs; segundo ele, o Estado e também os empresários se apóiam no conceito de “capital social” - que entende as relações sociais como possibilidade de “assegurar ganhos materiais ou simbólicos”. É um conceito formulado por Bourdieu, apropriado e reformulado por James Coleman e Robert Putnam e retomado por Antony Giddens (NEVES, PRONKO e MENDONÇA, 2006) Portanto, a ampliação das ações educativas das ONGs pode ser entendida a partir do conceito de capital social

Cabe-nos agora, aprofundar as questões mais específicas das organizações não-governamentais no âmbito educacional. Como já explicitamos nesse capítulo, o trabalho das ONGs passou por reconfigurações a partir dos anos de 1990, como consequência da reforma do Estado de Bem-Estar social e acumulação flexível. Dessa forma, as ONGs recebem

incentivos para assumir as funções do Estado no atendimento aos direitos sociais dos trabalhadores mais pobres. Assim como, recebem incentivos dos empresários para contribuir com o apaziguamento das contradições do capital. Atuando na via da parceria tanto do Estado, quanto do mercado, as organizações não-governamentais oferecem práticas pedagógicas aos jovens e adultos trabalhadores. Essas práticas se inserem tanto como iniciação ao mundo letrado, como para geração de trabalho e renda. Segundo Deluiz, (2006) “As ações educativas voltam-se para a qualificação profissional de jovens e adultos de baixa renda e escolaridade, tendo em vista a adequação desta força de trabalho às exigências empresariais, na ótica da empregabilidade”. A autora nos chama atenção para o seguinte fato: ao assumirem o papel de oferecer educação, as ONGs estão contribuindo para a não formulação de políticas públicas de universalização da educação e também para o aumento de “práticas compensatórias”. Como exemplo podemos citar o programa do governo de Fernando Henrique- (1995 – 1998 e 1999 – 2002), Comunidade Solidária, presidida pela então primeira dama a sr<sup>a</sup> Ruth Cardoso desenvolve projetos de “enfrentamento da pobreza”, promovendo ações na área da alfabetização e formação profissional:

“No programa , não há qualquer menção à Assistência Social ou à direitos. Com este programa começam a ganhar visibilidade o discurso, a política e a sociabilidade engendrados no pensamento neoliberal que, reconhecendo o dever moral de prestar socorro aos pobres e “inadaptados” à vida social, não reconhece seus direitos sociais”. (YASBEK, 2001).

O projeto da Comunidade solidária é criticado, por desenvolver programas que tornam os mais pobres reféns do assistencialismo, outra crítica apresentada é pela consolidação da categoria de parceria entre organizações não-governamentais e o governo, implementada pelo então ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira. A parceria foi regulamentada pela Lei das OSCIPS (Organizações da sociedade civil de interesse público), essa lei dispõe sobre os deveres e benefícios de se tornar

uma organização parceira. De acordo com essa regulamentação, as organizações não-governamentais estariam habilitadas para receber verbas e desenvolver a educação das pessoas, nas comunidades carentes. Ou seja, a questão do acesso universal à educação não era uma questão de formulação de políticas públicas, mas uma questão de implantação de ações assistencialistas, focalizadas e fragmentadoras do direito do trabalhador, porque os analfabetos ou pouco escolarizados adultos são “pessoas com pouco significado para o mercado, às quais, portanto, não compensa, em termos econômicos, agregar o valor da educação”. (RUMMERT, 2002). Fica claro que, a lógica do governo não é, de forma alguma, garantir a universalização da educação dos jovens e adultos, como reconhecimento de um direito negado historicamente neste país pelas condições materiais.

A mesma análise pode ser feita também a partir dos programas do governo Lula (anos 2002-2009), mesmo havendo continuidades e descontinuidades em relação ao governo anterior. Inicialmente reconhecemos que no governo Lula houve ampliação das discussões a respeito da educação dos jovens e adultos trabalhadores. Contudo, não se configuraram como formulações de políticas públicas de universalização da educação. Podemos citar o Brasil Alfabetizado como um dos programas de enfrentamento da pobreza, nos moldes daqueles que haviam sido produzidos no governo anterior. O Brasil Alfabetizado destinou recursos públicos para que organizações não-governamentais desenvolvessem projetos na área da educação de jovens e adultos, num acordo de parceria entre ONGs e Estado. Mais uma vez vemos a formulação de propostas de governo que entendem a EJA como uma questão de assistência e não de direito, pois não se formula uma política pública de universalização da Educação Básica e, além disso ainda mantém o afastamento do Estado da resolução dos problemas sociais<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Para análise crítica dos programas de educação de jovens e adultos no governo Lula, ver Rummert (2007). Sobre a relação entre Economia Solidária e EJA, ver Kruppa (2005).

O grande problema dessas práticas de parceria se relaciona com a concepção que as sustenta. A parceria é uma característica dada às organizações não-governamentais que aceitam resolver os problemas sociais causados no plano estrutural. Acreditamos que a parceria é representativa das exigências econômicas neoliberais para o crescimento econômico do país, pois, de acordo com as exigências das políticas neoliberais, é preciso que o Estado interfira cada vez menos no bem estar da classe trabalhadora e dessa forma, contribua para aumentar a privatização.

A seguir, nos dedicamos a pensar os pressupostos de educação do trabalhador que estão em disputa, no sentido de observar em qual concepção de educação os projetos educativos de organizações não-governamentais se adequam. Dessa forma, refletimos sobre os pressupostos da empregabilidade e empreendedorismo e da educação integral. A grande questão que se coloca, ao observar ações educativas de geração de trabalho e renda, gira em torno das distintas formas que essas assumem; quer como projetos que pretendem instrumentalizar o jovem e o adulto para o mercado de trabalho, quer como projetos que de alguma forma pretendem contribuir para que o trabalhador reflita sobre sua condição de vida. Trataremos especificamente destas questões no subtítulo a seguir.

## **2.5 Empregabilidade, empreendedorismo e formação integral: concepções de educação em disputa.**

Refletiremos sobre os conceitos que nos servem de subtítulo, assim como, sobre as conseqüências para a educação do trabalhador. Abordaremos, os conceitos de empregabilidade e empreendedorismo em contraposição ao conceito de formação integral, ambos os conceitos norteiam a educação do trabalhador que é oferecida em diferentes espaços. O termo empregabilidade apareceu em um documento da Secretaria de Formação e



Desenvolvimento Profissional (SEFOR -1995) no período do governo de Fernando Henrique, neste documento se expressa a concepção de educação neoliberal, baseada nos pressupostos do individualismo e redução do investimento estatal nas questões sociais, em especial, na educação. De acordo com o texto da SEFOR, empregabilidade é a capacidade que o trabalhador precisa desenvolver para estar apto ao trabalho. Esta capacidade deve estar em constante construção devido as transformações que ocorrem no processo produtivo. Como ilustração, vale a pena citar um dos objetivos para a educação do trabalhador presente no texto em questão:

“definir com precisão seu *foco*, de modo a caracterizar-se como atividade com início, meio e fim, sob a premissa da “*empregabilidade*”, por sua vez entendida não como simples capacidade de obter um emprego mas de manter-se em um mercado em constante mutação.” (SEFOR, 1995)

Trata-se, portanto, de pressupostos teóricos para adequar a educação ao processo de reestruturação do capitalismo, iniciado na década de 90 do séc. XX. De acordo com esses pressupostos, o trabalhador deve estar em constante requalificação profissional, com foco no mercado de trabalho. Deve ser interesse do trabalhador manter a sua empregabilidade, “especialmente para trabalhadores precariamente escolarizados”, o texto apresenta a empresa como uma das responsáveis e a mais interessada por garantir a formação dos empregados. Segundo a SEFOR (1995), o trabalhador terá compensado as deficiências da escolaridade básica que prejudicam o processo de produção na acumulação flexível. De certa forma, é o mesmo que dizer que já não é mais papel do Estado garantir o acesso à educação, isso deve ser feito pelo capitalista, já que o incentivo e financiamento da educação fazem parte dos gastos com a manutenção da força de trabalho. Este tipo de educação, voltada para a produção capitalista foi e continua sendo muito criticada pelo seu caráter estritamente pragmático, pelo fato da educação ser vista apenas como instância potenciadora da produção. Além disso,

contribui para que a classe trabalhadora tenha a ilusão de que os empregadores contribuem para a melhoria das condições de trabalho. A citação a seguir nos dá a dimensão do discurso empregado:

“O resgate da qualificação, entendido como recuperação e valorização da competência profissional do trabalhador, não é, contudo, apenas uma questão de desempenho técnico. Envolve também uma dimensão da cidadania, que extrapola os muros da empresa.”  
(SEFOR, 1995)

Portanto, mais que uma necessidade da empresa e interesse do trabalhador, a empregabilidade é a garantia dos saberes necessários ao trabalho daqueles que estão inseridos no mercado. Então, concluímos que as palavras de ordem para o conceito de empregabilidade são instrumentalização e certificação.

Para que os trabalhadores busquem a certificação por conta própria, a ponto de manterem sua empregabilidade, o capital e o Estado apresentam, nos meios de comunicação, as conseqüências positivas da certificação e qualificação: um trabalho bem melhor remunerado. De certo é a necessidade de estar qualificado para produzir, Marx já assumia isto, mas o que os capitalistas estão fazendo é tornar a qualificação uma estratégia para si, pois é o próprio capitalista que lucra, de muitas formas, com a qualificação do trabalhador. O capitalista incentiva o Estado a oferecer educação, dessa forma, reduz os gastos com a manutenção da força de trabalho e por conseqüência aumenta a extração de mais-valia. Quando o capitalista promove a educação é por interesses materiais, pois julgam necessário para o desenvolvimento da produção. Então, dentro da perspectiva empresarial, a qualificação oferecida pelo Estado, buscada individualmente em cursos privados ou promovida pela organização privada, deve ser uma busca constante do trabalhador.

Além de exigirem que os trabalhadores procurem qualificar-se por conta própria, também recai sobre os trabalhadores a necessidade de adequarem-se às constantes mudanças no modo de produção, para manterem sua empregabilidade. É uma estratégia que, de certa forma, garante que um dado número de trabalhadores aceite vender sua força de trabalho nas condições impostas pelo empregador. Ou seja, quando o trabalhador mantém a sua empregabilidade, ele tem chances de concorrer por um posto de trabalho. Por esse motivo, gera competitividade e os trabalhadores acabam por aceitar as condições precárias de trabalho, para manterem sua sobrevivência.

Como estratégia para diminuir o desemprego estrutural, o Ministério do Trabalho passou a incentivar também o empreendedorismo, por meio das orientações da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR, 1995). De acordo com a SEFOR, existe a necessidade de atender também aos desempregados e “excluídos” do mercado de trabalho, “especialmente grupos críticos de jovens e mulheres”. Para que estes desenvolvam alguma habilidade que lhes mantenham vivos. Trata-se do empreendedorismo, um termo altamente difundido pelos meios de comunicação e refere-se a habilidade para o indivíduo encontrar uma forma para gerar trabalho e renda e depender cada vez menos da ação do Estado. O que pode vir a acontecer e tem acontecido, muito fortemente é o fato de trabalhadores produzirem sua subsistência autonomamente, sendo empreendedores, promovendo estratégias individuais para manterem-se vivos, atuando no que Lisboa (2003) denomina de economia informal: “em geral atividades individuais e mercantis de subsistência, desarticuladas duma base social”. Ou seja, o trabalhador desempregado pode tentar, de posse de um certificado, geralmente conseguido em cursos ligeiros de organizações não-governamentais, pleitear uma vaga nos nichos do mercado ou vender balas no sinal; ou então, fazer unha de casa em casa, se preferir também pode comprar artigos falsificados e montar uma barraquinha de camelô, vale tudo quando o assunto é a manutenção da vida.

O conhecimento foi transformado em mercadoria volátil, flexível às necessidades da produção, os saberes socialmente produzidos não são mais oferecidos como direito público. Os intelectuais do capital (Walter, 1998, SEFOR, 1995) defendem a concepção de aprendizagem ao longo da vida, onde o saber precisa estar em constante renovação, pois perde a validade devido ao acelerado ritmo de produção da informação da comunicação. Ou seja, o trabalhador deve estar em constante renovação de suas habilidades.

“O desenvolvimento rápido dos conhecimentos e habilidades é o melhor antídoto contra o desemprego e a precarização das relações de trabalho (...) só sobreviverão as empresas mais ágeis e que sejam capazes de se antecipar no processo de mudanças e que ponham a seu favor o fator surpresa. (...) A consequência desse esforço é a maior competitividade da empresa e, para seus funcionários, maior empregabilidade”. (WALTER, 1998).

Na verdade, estamos enfrentando um momento em que o processo de expropriação capitalista está voltado para o conhecimento, onde o saber é usado em favor dos interesses do capital e o trabalhador não tem o controle do conhecimento que produz. O problema é fazer da qualificação, com função imediata ao trabalho, o único contato do trabalhador com o estudo, como é o caso dos cursos ligeiros, de nível básico, oferecidos em organizações governamentais e não-governamentais e que não se importam com o fato dos trabalhadores ingressarem e se formarem nos cursos ligeiros sem saber ler ou assinar o próprio nome.

Indo ao encontro dos pressupostos dos programas de governo para educação da classe trabalhadora, outras organizações se incumbem de promover o empreendedorismo; ao andarmos pelas ruas, nossa percepção sensível nos direciona para a quantidade de cursos que pretendem incentivar no trabalhador a iniciativa por buscar oportunidades e promover a independência, mas é a independência em relação ao outro, à solidariedade do outro; são cursos que pretendem ensinar algo por meio da leitura de revistas, apostilas e vídeos. São oferecidos por entidades cristãs, filantrópicas, empresariais ou não governamentais, para que o trabalhador conheça novas possibilidades para se recolocar no mercado de trabalho.

Percebemos que, um novo tipo de trabalhador (expressão gramsciana) precisa ser construído, por meio de práticas que se adequem aos pressupostos adotados pelo capital. Os pressupostos para adequar a educação às novas exigências do mundo do trabalho são entendidas por nós como base hegemônica, para consolidar o avanço do modo de produção capitalista.

“Qualquer que seja a natureza do compromisso entre a classe dirigente e os grupos aliados, esse compromisso tem por objetivo ampliar a base social da hegemonia exercida pela classe fundamental ao nível da estrutura econômica”. (PORTELLI, p. 80, 1990)

Sobre as relações hegemônicas, tomamos por base, os escritos de Gramsci, principalmente, quando consideramos o conceito de “homem-massa”, que é aquele que não possui consciência da importância de sua atuação na construção da história, devido a expropriação do saber e do sabor da produção do trabalho no capitalismo. De acordo com Rummert (2008) o “homem-massa” assume como sua a concepção de mundo dominante divulgada na forma da educação escolar, nas igrejas e nos meios de comunicação de massa. O “homem-massa” não se torna alienado intencionalmente, ele é fruto das relações pedagógicas hegemônicas, e mesmo sendo mascaradas as reais intenções do capitalista, o trabalhador não está imune de perceber as manifestações das contradições da produção. O interessante no pensamento de Gramsci é a possibilidade de superação do estado de consciência fragmentado. Superação que pode se dar a partir do momento em que o homem, enquanto trabalhador ativo, perceber a dualidade nas suas relações sociais e identificá-las nos seus semelhantes, podendo indignar-se e reagir em favor dos seus semelhantes.

Um claro exemplo de relação de base hegemônica está no incentivo, por meio dos meios de comunicação de massa, para os trabalhadores criarem seus próprios negócios, serem empreendedores e criarem suas próprias estratégias de sobrevivência; o que contribui, cada

vez mais, para que os trabalhadores dependam cada vez menos do poder coletivo organizado e que não exijam seus direitos subjetivos que deveriam ser oferecidos pelo Estado.

As práticas educativas do empreendedorismo e da empregabilidade se contrapõem ao tipo de educação que buscamos, entendida por nós como educação única, integral, que pense o ser humano por inteiro em todas as suas dimensões, que promova tanto o desenvolvimento intelectual, quanto físico, científico e tecnológico. Que considere as necessidades educativas da classe trabalhadora e que lhe garanta a aquisição dos saberes acumulados historicamente. Que seja uma educação que desenvolva a capacidade humana de perceber a realidade que lhe é apresentada e que ao mesmo tempo, contribua com saberes técnicos para o trabalho manual ou intelectual em igual valor.

Como nos propõe Mészáros (2006), uma educação que se coloque para além do capital, que ajude a romper com a lógica de expropriação do trabalho humano e produção da alienação, que ajude a restabelecer a solidariedade perdida no processo de produção capitalista. Uma possibilidade a ser construída por todos nós, como ação criativa e emancipatória. “Para ser outra coisa, para produzir insubordinação, rebeldia, precisa redescobrir suas relações com o trabalho e com o mundo do trabalho, com o qual compartilha, entre outras coisas, a alienação.” (MÈSZÀROS,2006).

Em outras palavras, significa dizer que, somente quando a classe trabalhadora houver percebido o processo de alienação do trabalho e da educação sob o modo de produção capitalista, é que teremos verdadeiramente emancipada essa classe fundamental. Embora, não desconsideramos o papel fundamental da educação no processo de construção da “efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho” O que significa dizer que acreditamos na existência de espaços para formulação e aplicação de propostas contra hegemônicas, que

podem ser as próprias escolas, por meio da ação de pessoas comprometidas com a emancipação. Não descartamos, de forma alguma, a contradição inerente às relações sociais.

“Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.” MÉSZÁROS, 2006.

O texto do Mézszáros (ibid.) explicita que é preciso atuar em duas frentes indissolutas, a universalização da educação e o restabelecimento da relação humanizadora do trabalho, em outras palavras, reestabelecer a relação altamente produtiva entre trabalho e educação como duas instâncias ontológicas. Não só Mézszáros, mas principalmente e fundamentalmente Marx e Gramsci.

Em Gramsci, a possibilidade de restaurar a unidade ontológica tanto da educação quanto do trabalho, perpassa pela contradição que é vivenciada nos espaços educativos sob o modo de produção capitalista. Ou seja, Gramsci entende que, mesmo sob as condições impostas pelo modo de produção é possível construir uma contra-hegemonia, justamente pelo fato de a educação ser pensada a partir de duas dimensões indissociáveis, a política e a técnica. A dimensão política, segundo Gramsci, refere-se a possibilidade de propiciar o conhecimento da realidade a ponto de entendê-la e modificá-la, a dimensão técnica se relaciona com os saberes específicos necessários ao homem para produzir, por meio do trabalho, a sua existência. Porém, é na dimensão política da educação que se põe a importância para vislumbrar “um campo de ação ainda que não determinante, mas fundamental para articular os interesses hegemônicos da classe trabalhadora”. (FRIGOTTO, 1985). Ou seja, nos cabe a alternativa de, por meio da educação, descortinar o véu das contradições e dualidades do modo de produção capitalista.

“Educar, neste contexto, é explicitar criticamente as relações sociais de produção da sociedade burguesa, para por-se a caminho de sua desarticulação e criar as condições objetivas para que se instaure um novo bloco histórico onde não haja exploradores e explorados, proprietários e não-proprietários, e que, pelo trabalho, mediatizados pela técnica, os homens produzam sua existência de forma cada vez mais completa.” (FRIGOTTO, 1985)

É na união das duas dimensões que se encontra o que Gramsci chama de educação unitária, pelo trabalho, no trabalho e não somente para o trabalho, considerando o trabalho como princípio educativo. Sendo uma educação que leve em consideração a “*societas hominuns* – consciência dos direitos e dos deveres para introduzi-lo na sociedade política e civil e a *societas rerum* – conhecimento científico para dominar e transformar a natureza”. (GRAMSCI, 1979 *apud* FRIGOTTO, 1993, p.182). Trata-se da especificidade da educação única, que atenda também aos interesses da classe trabalhadora, uma educação que pode ser construída através da prática dos educadores. É preciso buscar a qualidade das práticas educativas destinadas à classe trabalhadora e possibilitar o conhecimento das relações sociais. Qualquer educador, por mais que reconheça nas práticas educativas as concepções dominantes irá incentivar o maior número de pessoas a participar dessas práticas, pelo fato de reconhecer nas práticas pedagógicas a possibilidade de tomada de consciência e principalmente, por saber que nenhum ser humano é imune à percepção das manifestações das contradições entre capital e trabalho.

Frigotto (1985), em referência a Gramsci, explicita que a educação tem suma importância como elemento que pode ser usado a favor da classe trabalhadora, no sentido de elucidar os trabalhadores das condições históricas que lhes são postas pelo modo de produção capitalista. Essa educação buscada por nós evidencia-se também como educação politécnica, que é justamente aquela que une o desenvolvimento intelectual, físico, técnico e científico, onde haja a superação da divisão entre trabalho manual e intelectual. Porém este não é um movimento linear é como Gramsci mesmo apresenta (1958, *apud* RUMMERT, 2008, p.44), uma possibilidade, por isso é que não podemos descartar o papel fundamental dos sindicatos e



das escolas como espaço de práticas pedagógicas potenciadoras da superação das contradições entre capital e trabalho.

## CAPÍTULO III

### Qual a “Razão Social”?

Este capítulo trata especificamente das questões apreendidas na investigação empírica, analisadas à luz dos capítulos anteriores. Obtivemos informações importantes, as quais acreditamos que contribuirão para futuras pesquisas sobre o complexo universo das organizações não-governamentais que atuam na perspectiva da Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Depois de apresentarmos as premissas e os procedimentos metodológicos, faremos uma descrição analítica do conteúdo da revista *Razão Social*, indicando seu compromisso com a Responsabilidade Social Empresarial, bem como as formas como esse suplemento e os empresários encontram para consolidar o movimento denominado “movimento de Responsabilidade Social Empresarial”. Referimo-nos aos projetos educativos de RSE, os quais têm as ONGs como protagonistas. Por último, tecemos considerações sobre esses projetos educativos de geração de trabalho e renda, formulados e/ou executados pelas ONGs.

#### **3.1- Revendo as premissas e os procedimentos metodológicos**

Explicitamos aqui a pesquisa empírica, a começar pelas premissas da pesquisa, seguidos pela definição dos procedimentos metodológicos. Começamos por lembrar nosso objeto de estudo: os projetos educativos propostos e ou executados por organizações não-governamentais, vinculados às ações de Responsabilidade Social Empresarial, visando à

formação de jovens e adultos para a geração de trabalho de renda. As **quatro premissas da pesquisa empírica** podem ser assim sintetizadas:

1) Os projetos de educação propostos e/ou executados por ONGs visando à capacitação de jovens e adultos para geração de trabalho e renda, vêm sendo cada vez mais associados às ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), geralmente operadas por grandes grupos econômicos, sejam estatais, privados nacionais ou corporações transnacionais;

2) As ONGs que costumam propor e/ou executar esses projetos podem ter duas origens bem diferentes: a) terem sido criadas até os anos 1980, no contexto dos processos de resistência à ditadura militar e/ou de redemocratização do país, herdando as práticas políticas emancipadoras dos Centros de Educação Popular (conforme Landim, 1993); b) terem sido fundadas a partir de 1990, no esteio da “crise de financiamento” dessas organizações (Nerfin, 1992; Souza, 1992), estando associadas ao projeto de “terceiro setor” (Montaño, 2007; Tenório, 2006)

3) Considerando a mudança de perfil das ONGs, o projeto emancipador de educação popular foi sendo progressivamente substituído pela idéia de “capacitação”, no sentido da aquisição de habilidades e competências instrumentais, necessárias às transformações no mundo do trabalho.

4) Em função da “crise de financiamento” e da emergência de ONGs alinhadas ao “terceiro setor” e (geralmente não filiadas à Abong), há projetos que: a) são propostos por ONGs e submetidos a financiadores em potencial, para a aprovação; b) e outros que são propostos por financiadores (como parte de ações de RSE) para serem executados por ONGs, que assim se transformam em meras prestadoras de serviços.

Qual o problema da pesquisa empírica? Queremos verificar se os projetos educativos de geração de trabalho e renda para jovens e adultos propostos e/ou executados pelas ONGs

selecionadas atendem apenas a determinações econômicas ou comportam alguma possibilidade emancipadora que vá além do discurso da Responsabilidade Social Empresarial.

Descreveremos agora os **procedimentos metodológicos**: a pesquisa teve como base os projetos de educação e capacitação de jovens e adultos para geração de trabalho e renda, propostos e/ou executados por ONGs, divulgados na *Razão Social* no período de agosto de 2007 a agosto de 2008. Além das informações contidas na Revista, também contamos com aquelas disponíveis nos sites das ONGs, mantivemos contato com os responsáveis pelo setor pedagógico das organizações não-governamentais por meio de telefonemas, mensagens eletrônicas e entrevistas informais.

Mas, o que poderíamos considerar como uma ONG? Uma questão importante a ser comentada, refere-se à diversidade de nomenclaturas encontradas na Revista *Razão Social*. Para conferir, recorreremos então, à listagem de associadas à Abong – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, na qual constam as distintas denominações utilizadas pelas organizações sem fins lucrativos que desenvolvem trabalhos sociais (institutos, fundação, centro de estudo, movimento, ação cristã, sociedade, associação, etc.).

Para sistematizar as informações obtidas na Revista *Razão Social* e, além disso, selecionar aqueles projetos educativos que seriam objeto de análise descritiva, os passos foram os seguintes :

a) Listagem de todos os projetos educativos que visam a geração de trabalho e renda, divulgados nos 12 exemplares da Revista *Razão Social*. Os projetos foram organizados em um quadro contendo os seguintes itens: nome do projeto, nome da ONG responsável, financiador(es) e data do exemplar em que foi publicado; ( Ver quadro 1, p.91)

b) Listagem de todas as organizações não-governamentais executoras ou formuladoras de projetos educativos que foram citadas nas Revistas *Razão Social* selecionadas, com suas respectivas datas de fundação (Ver anexo).

c) Listagem de todos os financiadores de projetos educativos citados nas Revistas selecionadas. (Ver anexo)

d) Elaboração de duas listagens das organizações executoras e/ou formuladoras de projetos educativos. 1) criadas até 1989 e 2) fundadas a partir de 1990. Ambas seguidas do ano de fundação e seus respectivos projetos na área de educação para gerar trabalho e renda (Ver anexo)

Quanto ao item (d) acima descrito, registramos a existência de um segundo critério de seleção de projetos, o qual não foi possível cumprir. Este critério dizia respeito ao ano de fundação das ONGs, o que nos ajudaria a considerar a gênese e o processo histórico das ONGs. Como nos referimos no capítulo II, até meados da década de 1980, as ONGs até então criadas podem ser entendidas como espaço de resistência à ditadura militar; a partir dos anos de 1990, quando passaram a receber incentivos do Estado e dos empresários, podem ser entendidas como parte integrante do “terceiro setor”. Por esse motivo, o ano de fundação seria um critério relevante nesta pesquisa, no entanto, as ONGs selecionadas sob este critério não atenderam ao nosso pedido. Isto nos ajudaria a perceber em que medida os processos históricos seriam definidores de projetos educativos em uma perspectiva emancipatória ou conservadora.

Em relação a exposição das descobertas desta pesquisa, iniciamos com comentários a respeito a Revista *Razão Social*, referindo-nos não apenas aos projetos desenvolvidos no Rio de Janeiro, mas em outros estados do Brasil. Em seguida, apresentamos os projetos educativos encontrados na Revista que são realizados no Rio de Janeiro e comentamos as questões significativas dos projetos.

Seguindo os critérios (1) e (2) de seleção dos projetos educativos que visam a geração de trabalho e renda, encontramos 47 projetos, os quais organizamos em num quadro. (ver quadro 1, p.91). Sobre os projetos, traremos mais informações e teceremos comentários.

### 3.2- Em nome de uma razão social empresarial...

Os projetos de geração de trabalho e renda publicados na *Razão Social* são projetos sociais realizados em todo território brasileiro e também estrangeiro, selecionados por Amélia Gonzalez, a editora da Revista. A *Razão Social* é assumidamente um canal de divulgação das ações de Responsabilidade Social Empresarial. Segundo a revista, a RSE refere-se às ações de empresas cidadãs que atendem as “necessidades imediatas” da população de baixa renda.

A publicação da *Razão Social* foi idealizada por Agostinho Vieira (atual diretor de negócios da Infoglobo). Fundada em junho de 2003, contou com a participação desde o início de Amélia Gonzalez, a editora. A *Razão Social* é pensada como uma forma de tornar público o pensamento pedagógico dos financiadores dos projetos sociais desenvolvidos por ONGs. Segundo Amélia Gonzalez, em mensagem eletrônica, a intenção é “replicar bons exemplos” e “publicar conteúdo para reflexão”. A Revista participa do movimento de incentivo à responsabilidade social. Conforme é anunciado na própria Revista, uma parte do dinheiro arrecadado com anúncios publicitários é doada para a Ação da Cidadania Contra a Miséria e a Fome. Também os jornalistas que participam de cada edição doam parte de sua remuneração para a mesma organização, o que demonstra ser a Revista “um espaço da empresa cidadã”. Assim, a Revista apresenta os projetos sociais realizados por organizações não-governamentais de todo Brasil e do exterior. São projetos que, segundo a editora, pretendem “contribuir para que haja mais conforto e igualdade social”. No entanto, nos perguntamos: que tipo de igualdade pretende um projeto de formação de boleiros da quadra de tênis do Hotel Sheraton Rio? Formar tenistas ou catadores de bolinhas de tênis? O exemplo usado nos dá a dimensão do que os empresários e Estado entendem por igualdade. Percebe-se na Revista a intenção de alguma forma, conferir saberes a serem usados imediatamente, de forma a contribuir para diminuir o pauperismo das pessoas atendidas. Alguns projetos chegam a

mencionar que o objetivo é reduzir a possibilidade dos jovens de “comunidades carentes” ingressarem na criminalidade.

A *Razão Social* atua sob o apoio do Instituto Ethos. Este instituto é uma das principais organizações responsáveis pela consolidação da Responsabilidade Social Empresarial no país, mantendo relações estreitas com a principal organização mundial de RSE, a *Business for Social Responsibility* (BSR), “uma associação que reúne 1.400 empresas americanas que assumem ter compromissos sociais” (FONTES, 2005) Ou seja, os preceitos da Responsabilidade Social Empresarial fazem parte de uma realidade internacional. No próprio site da Revista existem *links* para outras publicações de RS da América Latina. Isso significa que existem ações de RSE espalhadas pelo mundo e que se propagam cada vez mais.

O campo empírico se mostrou complexo e de difícil acesso, pois a própria Revista às vezes confunde o leitor. Muitos foram os projetos divulgados sem a indicação da organização responsável pelo projeto, sem informar a localidade onde o mesmo se realizaria. De qualquer maneira, parece mesmo uma vitrine da boa ação dos financiadores. A idéia que se tem é de que os financiadores ficam procurando um problema para daí então criar um projeto e contam com a Razão Social para divulgar sua benfeitoria ao mercado. Como é possível se observar na fala de Celina Capri, em reportagem de Amélia Gonzalez: “As empresas fazem pesquisa para saber como os consumidores vêem suas ações.” (RAZÃO SOCIAL, 2007, p. 21). Ou seja, existe a preocupação em transmitir a boa imagem e o compromisso da empresa com o mercado consumidor.

É importante tornar público também que o Ibase- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas foi uma das grandes organizações responsáveis pela divulgação e incentivo para as ações de RSE no Brasil, servindo como respaldo para a adesão de outras organizações e empresas. O Ibase aparece freqüentemente na Razão Social, tendo seu nome ligado a distintas ações de fomento a RSE; “Em grupo, empresas, ONGs e governo se

reuniram no Ibase para discutir a questão do emprego de deficientes nas empresas” (RAZÃO SOCIAL, dez. 2007, p. 20) Sobre esta questão, voltaremos a nos referir nas “considerações finais” dessa dissertação.

A revista é impressa em papel jornal e cada página inteira contém a matéria que divulga o trabalho das ONG. Junto com o texto da reportagem vem uma imagem que apresenta o local de atuação do projeto com as pessoas “beneficiadas”. É importante observar que nas fotos, as pessoas aparecem sempre sorrindo, nos demonstrando que há satisfação provocada pela ação da ONG. Ao final de cada matéria, a revista disponibiliza uma forma de contatar a ONG, empresa ou órgão mencionado.

Existe uma página com o título: “Resenhas”, a qual apresenta uma resenha feita por algum convidado ou pela própria Amélia González (editora). Na maioria das vezes, são resenhas de livros que tratam de Responsabilidade Social Empresarial. Podemos citar como exemplo o livro *“Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente”* de Fernando de Almeida, ed. Campus, ou ainda o livro *“A empresa sustentável”* de Andrew Savitz, ed. Elsevier. Outras páginas da Revista são dedicadas à divulgação de cursos e seminários sobre RSE, à comunicação com o leitor, os quais têm suas questões respondidas e publicadas.

A Revista possui também uma sessão de nome “Atitudes que dão certo”. Nesta sessão, são apresentados os projetos realizados por ONGs ou ações de RSE de empresas privadas ou públicas na forma de “classificados”, com um pequeno texto bem simples sobre o projeto ou ação. Encontramos também os anúncios dos patrocinadores da revista, como Coca-cola, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro- Firjan, Instituto Ethos, Petrobrás, Eletrobrás, etc. (todos eles possuem alguma forma de ação na área da RSE). Por fim, na sessão: “Exemplos que vem de longe”, a Revista apresenta as ações de Responsabilidade Social Empresarial espalhadas pelo mundo



A Razão Social é nos dias atuais do séc. XXI um dos grandes canais de consolidação dos pressupostos e práticas da Responsabilidade Social Empresarial no país. Suas ações vão além da simples publicação de atos da benfeitoria empresarial. É um forte instrumento hegemônico baseado no poder do convencimento, haja vista a sua relação com órgãos importantes na consolidação da RSE como o Instituto Ethos e o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).

Torna-se necessário, reproduzir o conceito de Responsabilidade Social Empresarial apresentado pela Razão Social:

“Se define como forma de gestão pautada pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relacionam e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade”. (RAZÃO SOCIAL, dez. 2008, p.22)

Este conceito construído nos anos de 1990 pelo denominado Grupo de Institutos, Fundações e empresas (Gife) e pelo Instituto Ethos, explicita que Responsabilidade Social Empresarial se trata de uma nova forma de gerir as ações das empresas. Isto coincide com a fala do cientista político Fábiam Echegaray a respeito do movimento de Responsabilidade Social Empresarial:

“o fenômeno tem início nos anos 90, quando a esquerda se preocupava em cobrar das empresas e focar seus discursos nas questões de representações das minorias. As empresas pegaram este canal para criar em torno de si uma imagem politicamente correta”. (RAZÃO SOCIAL, nov. 2007, p. 27)

Desde a formulação do conceito até o presente momento, as ações de Responsabilidade Social Empresarial ganharam corpo e se consolidaram como uma forma de manter a sustentabilidade da própria empresa. De acordo com a fala de Ruy Goerck, vice-presidente da Basf, a Responsabilidade Social Empresarial é positiva porque “o olhar para a

sustentabilidade começa a fazer diferença nos negócios, começa a ser vantagem competitiva” (RAZÃO SOCIAL, ago. 2007).

Muitas explicações são apresentadas na Revista para que as ações de RSE ganhem mais adeptos e dessa forma, se consolidem como novo padrão de relações entre mercado, Estado e sociedade civil, porque as ações de RSE são pensadas para atenderem aos distintos interesses, sempre se adequando a um público alvo. De acordo com pesquisa realizada pelo Gife, com 71 empresas integrantes do grupo, intitulada “*Desafios na Comunicação da Ação Social Privada*”, percebemos as diferentes áreas privilegiadas para a ação social dos empresários:

Educação- 81%

Meio ambiente e desenvolvimento sustentável-26, 8%

Cultura e artes- 23,9%

Saúde- 15,5%

Desenvolvimento comunitário-14,1%

Assistência social-11,3%

Economia popular- 11,3%

Cidadania, direitos humanos e justiça social- 9,9%

Tecnologia e produção de conhecimentos- 8,5%

Fortalecimento de organizações da sociedade civil-2,8% (RAZÃO SOCIAL, dez. 2007, p. 22)

A listagem acima nos evidencia as diversas áreas em que as organizações vinculadas ao Gife preferem atuar. Para os as ações de RSE para o desenvolvimento sustentável se iniciam com a educação. Cada vez mais consolidadas e em diferentes áreas de atuação, as ações de RSE contam com a participação de diferentes setores do mercado. As participações mais expressivas são da Petrobrás e Sistema Firjan. De acordo com a *Razão Social* (julho, 2008, p.20) a Petrobrás selecionou 72 projetos de ONGs para financiar. “Os 72 projetos

selecionados agora incluem uma grande diversidade de áreas de atuação. Há desde qualificação profissional para cegos a ensino de técnicas de artesanato para mulheres de detentos”. A Firjan (assim como outras organizações) possui um setor específico para tratar das questões referentes à RSE, possuindo o que se denomina Conselho Empresarial de Responsabilidade Social.

Diferentemente do conceito de RSE, explicitado anteriormente, percebemos que a Responsabilidade Social Empresarial é uma forma de fazer com que a empresa seja bem vista perante a sociedade, os consumidores e os investidores. Citamos alguns trechos que nos permitiram observar essa característica. Em uma reportagem sobre a parceria entre Natura e a Associação Comunitária *Ciudad Viva*:

“o lançamento do Mapa Verde de Santiago, que, mais do que um manual para ajudar a uma cidade sustentável, mostra que a sociedade civil, quando bem qualificada e forte, consegue quando resolve se unir. Mostra também o valor da parceria com uma empresa que encara o desafio de se aliar às pessoas para fortalecer sua imagem”. (RAZÃO SOCIAL, julho 2008, p.8)

É ainda mais reveladora a fala do srº Jorge Dobao, sócio da Maemfe, sob sua percepção a respeito da Responsabilidade Social Empresarial:

“Hoje em dia, muitas empresas fazem algumas coisas em relação à responsabilidade social por moda. É difícil achar uma companhia realmente responsável, as pessoas querem é vender. Eles fazem as coisas porque os clientes dão mais valor e passam a comprar”. (RAZÃO SOCIAL, jun- 2007, p. 20)

Associada à boa imagem, outra questão torna-se importante para as empresas “socialmente responsáveis”: a valorização do Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Sobre isto, a *Razão Social* nos diz que: “o índice rende mais do que os outros” (dez. 2007, p. 8) e ainda que a Petrobrás “entrou para o seleto grupo de empresas que detém dois dos mais importantes índices de responsabilidade. Do Brasil e do mundo”. (jan. 2007) No caso, a

matéria se referia à Bolsa de Valores de São Paulo e a de Nova York. Outro exemplo da importância do Índice Dow Jones de Sustentabilidade presente na *Razão Social* evidencia-se na nota de reportagem sobre a participação da Usiminas;

“Agora são sete as corporações nacionais que podem ser identificadas, segundo a equipe que coordena a certificação internacional, como “as novas líderes globais de sustentabilidade”. As outras são: Cemig, Itaú, Itausa, Bradesco, Petrobrás e Aracruz Celulose”. (RAZÃO SOCIAL, out. 2007, p.13)

Uma questão fundamental para a ampliação das ações das ONGs por meio da Responsabilidade Social Empresarial, diz respeito à participação do capital internacional, como é o caso dos Estados Unidos e outros países. A participação estrangeira com destinação de verbas é anterior ao “movimento de Responsabilidade Social Empresarial”; de acordo com a *Razão Social* de dezembro de 2007, as doações de empresas americanas podem garantir até 50% de desconto no Imposto de Renda. De acordo com a fala do srº Ornedson Carneiro, diretor-presidente da ONG – Instituto Carvão Cidadão “A Embaixada da Alemanha, por exemplo, acaba de dar R\$ 80 mil à ONG”. (RAZÃO SOCIAL, nov. 2007, p.20). Essa última ONG foi criada por 14 siderúrgicas da Carajás (Estado do Pará) e desenvolve projetos de alfabetização e assistência aos trabalhadores egressos do trabalho escravo na região. Salvar os trabalhadores das atrocidades do capital também é uma das ações perceptíveis na Revista. Também existem outras ações que pretendem melhorar as condições de vida dos trabalhadores por meio de projetos educativos que visam a “emancipação financeira”.

Podemos citar o projeto da Wal-Mart que financia o projeto da Associação Cultural Didá na Bahia, o objetivo do trabalho é “resgatar a cultura e a auto-estima” das mulheres baianas, “afastando-as da prostituição”. O projeto “ajuda a profissionalizar as mulheres (a maioria tem entre 16 e 26 anos), que hoje tocam, viajam pelo mundo, gravam cd e conquistam

independência”. (RAZÃO SOCIAL, julho 2008, p. 14-17) Exemplos não faltam, citamos apenas um dos muitos projetos divulgados.

Achamos necessário comentar a relevância do Instituto Ethos para as ações de RSE. Em um anúncio que é publicado em absolutamente todas as revistas analisadas, o Instituto Ethos aparece como organizador e articulador da parceria entre empresários e Estado. Citamos o Encontro de presidentes, realizado pelo Ethos, que contou com a presença do presidente Lula, do ministro Fernando Haddad (Educação), Patrus Ananias, (Desenvolvimento Social) Paulo Vanucchi, (Direitos Humanos) e Nilcéa Freire (Secretária Especial de Políticas para as Mulheres), além de 253 presidentes de empresas. Neste encontro, os presidentes discutiram entre outras coisas, o trabalho infantil, os salários das mulheres, etc.

### **3.3 – Da universalização à focalização: os projetos educativos das ONGs**

Depois de fazer comentários sobre a Revista *Razão Social*, referindo-nos não apenas aos projetos desenvolvidos no Rio de Janeiro, mas em outros estados do Brasil, trataremos agora, especificamente do espaço geográfico que delimitamos em nossa pesquisa: os projetos realizados no estado do Rio de Janeiro. Seguindo os indicativos explicitados na apresentação dessa dissertação, encontramos 47 projetos educativos com vistas a gerar trabalho e renda, os quais encontram-se organizados no quadro 1 (ver p. 91) Nele indicamos os projetos educativos veiculados na *Razão Social* entre agosto de 2007 a agosto de 2008, as entidades executoras e os respectivos financiadores. Importante comentar que mantivemos algumas palavras e expressões utilizadas pela Revista para descreverem os projetos.

Gostaríamos de comentar nossa dificuldade para encontrar informações específicas sobre os projetos educativos. Em alguns casos, só conseguimos obter informações consultando o site das ONGs. Na *Razão Social*, encontramos reportagens sobre os projetos

educativos cuja organização responsável pela realização não era mencionada, tampouco seu local de execução. Contraditoriamente (ou não por casualidade), não tivemos dificuldade de encontrar o nome das empresas financiadoras. Isto nos fez perceber que para a linha editorial da Revista é fundamental que a empresa financiadora dos projetos seja divulgada.

A análise sobre os projetos educativos sofreu as limitações dadas pela própria Revista. Contudo, precisávamos dar continuidade à pesquisa. Para isso, contamos com as informações veiculadas na internet e com as conversas informais mantidas com os responsáveis pedagógicos dos projetos selecionados. A dificuldade para obter informações a respeito dos projetos educativos nos fez perceber que para os financiadores e organizações não-governamentais, os projetos são “tesouros a serem guardados a sete chaves”. Dado o cuidado das organizações consultadas com esse precioso documento. Portanto o que se sabe dos projetos educativos depende do que se permitiu publicar. Mesmo assim, não pretendemos que os resultados da pesquisa se restrinjam à “aparência do fenômeno” (KOSIK, 1995); o intuito é desvelá-lo. O que se esconde por trás dos projetos educativos de ONGs? O que a análise dos projetos educativos pode nos revelar?

Para iniciar a análise dos projetos educativos, organizamos alguns quadros. Em seguida, refletimos sobre algumas questões que nos inquietam sobre os preciosos projetos educativos formulados e \ou executados por organizações não-governamentais – projetos esses vinculados à Responsabilidade Social Empresarial, visando a formação de jovens e adultos para geração de trabalho e renda.

Quadro 1 – Projetos educativos de geração de trabalho e renda divulgados na *Razão Social*

<b>Data</b>	<b>Projeto</b>	<b>Entidade executora</b>	<b>Financiador(es)</b>
<b>Ago. 2007</b>			
	<b>Projeto de democratização cultural.</b> A ONG trabalha com rádios comunitárias de pequeno porte, produzindo matérias jornalísticas para explica canções populares e seus atores.	ONG Criar Brasil	Votorantim
	<b>Projeto Brasil Social de Natação.</b> Destinado a jovens até 15 anos para fazer da	Sistema FIRJAN-Federação das	Correios, CBDA e Sistema Firjan

	natação um agente de transformação social e melhoria da qualidade de vida.	Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.	
	<b>Projeto Criar- Ensino</b> de operação de programas criados pelas empresas associadas para jovens de baixa renda.	Associação de Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet (Assespro-RJ)	Comitê para Democratização da Informática.
	<b>Formação de boleiros</b> das quadras de tênis do Hotel Sheraton Rio	ONG Ser Alzira	Hotel Sheraton e Força e Movimento.
<b>Set. 2007</b>	<b>Toque de Mão.</b> Beneficiar um grupo de artesãs de baixa renda e escolaridade que moram em Santa Tereza.	Organização Pro-Social	Não informou
	<b>Projeto Social de Natação,</b> destinado a jovens carentes como possibilidade de desenvolvimento social	Sistema FIRJAN-	FIRJAN
	<b>Esporte para todos.</b> Capacitação de treinadores de ginástica artística e atletas de baixa renda.	Qualivida	Gerdau Cosigua
	<b>Tonomundo.</b> Inclusão digital e imersão cultural por meio do acesso à informação via Internet. A idéia é formar uma comunidade virtual para a troca de informações. Presente em 16 estados brasileiros.	Instituto Oi Futuro	Oi
	<b>Cine-Degase-Oficinas,</b> para jovens infratores, eles recebem aulas de roteiro e cenografia.	Instituto Oi Futuro	Oi
	<b>Oficina de Cinema no Interior.</b> Para jovens do interior do estado conhecerem os processos de montagem de um filme.	Instituto Oi Futuro	Oi
	<b>Projeto de capacitação de jovens de 18 a 24 anos,</b> para aprenderem a usar os softwares da Microsiga. As aulas acontecem no Instituto Bola Pra Frente	Instituto de Oportunidade Social	Microsiga
<b>Out. 2007</b>	<b>Comunidade Empreendedora.</b> Aulas de gestão de negócios, contabilidade e marketing.	Fábrica de Sonhos	Alunos do Ibmecc
	<b>Moda em Ação-</b> para qualificar mulheres costureiras	Ação Comunitária do Brasil	FIRJAN e Petrobrás
<b>Nov.2007</b>	Qualificação de mulheres afro-descendentes em condição de vulnerabilidade para a construção civil.	Sistema FIRJAN	Petrobrás
<b>Dez.2007</b>	<b>Orquestra de Cordas da Grotta-</b> Para jovens carentes de Niterói. Ensino prático e teórico de música.	Brazil Foundation	Fundação Ford, Firjan e outros recursos estrangeiros de empresas e pessoas.
	Qualificação de artesãs e venda em rede de comércio justo do artesanato produzido.	Instituto Realice	Fundação Avina (Suíça)
	<b>Empresário Sombra-</b> Programa de empreendedorismo para aproximar universitários do mundo corporativo.	Junior Achievement	Shell
	Discussão e debate sobre a inclusão de deficientes no mercado de trabalho. Conscientização dos empresários sobre a empregabilidade dos deficientes.	Ibase	Agências Internacionais de Cooperação Empresas, Fundações

			ou Institutos empresariais brasileiros
	Capacitação de jovens carentes para atuarem na área de hotelaria.	Youth Career Initiative	Onze hotéis do Rio de Janeiro. (Os nomes não foram divulgados)
<b>Jan. 2008</b>	Projeto de ensino técnico para aumentar as habilidades dos jovens em empreendedorismo .	Alcoa Foundation	Alcoa
	Capacitação de jovens infratores que cumprem pena em instituições próprias, na área eletroautomotiva e eletromecânica.	FIRJAN	Firjan, Governo do Estado e Tribunal de Justiça.
	Laboratório de produção cultural com tecnologia da informação e comunicação, arte e cidadania para capacitar e gerar renda para os jovens de Magé.	ONG Rio Voluntário	Ampla
	<b>Projeto Ancora-</b> Qualificação de pequenos empresários para ingressarem na prática de Responsabilidade Social e assim participarem da cadeia de valor e ampliarem sua renda.	Instituto Ethos	Sadia, O Boticário e Fiat
	<b>Programa de Valorização do Jovem</b>	Instituto Coca-cola Brasil	Coca-Cola Foundation
<b>Fev.2008</b>	<b>Projeto Embratel Educação-</b> Qualificação de jovens de escola pública em informática e comunicação.	Instituto Embratel	Embratel
	<b>Arte Indústria-</b> Treinamento de modelos para desfile do Fashion Rio e confecção das roupas para o desfile.	Ação Comunitária do Brasil	Petrobrás e Firjan
	<b>Projeto Crescer e Viver-</b> Qualificação nas artes circenses para jovens que vivem em áreas de risco	Rede Circo do Mundo Brasil	Cirque du Soleil
	<b>Centro de Ópera Popular da Acari.</b> Oficinas artísticas para capacitar moradores para atuarem em óperas populares.	Instituto Oi Futuro	Oi
	<b>Craque na Escola, Craque de bola-</b> Para formar jogadores e ocupar o tempo dos jovens, evitando que ingressem na criminalidade.	Viva São Gonçalo	Prefeitura municipal de São Gonçalo
<b>Mar.2008</b>	<b>Aprendizes da Liberdade-</b> Para jovens infratores de 16 a 24 anos receberem educação básica do Sesi e qualificação profissional do Senai. Para a reinserção social com emprego e renda.	ONG Rio Solidário	Sistema Firjan
<b>Abril 2008</b>	<b>Mão na massa-</b> Profissionalização de mulheres de comunidades carentes na área da construção civil.	Não informada	Petrobrás, Eletrobrás, Firjan e Seconci.
	<b>Geração Oi-</b> Educação para a sociedade do conhecimento. Ensinam os jovens de escolas públicas a usarem os programas e softwares para capacitá-los para o mercado de trabalho.	Instituto Oi futuro	Oi
	Gerar trabalho e renda para 30 donas de casa integrantes do programa SOS Crianças Desaparecidas.	Fundação para a Infância e Adolescência	Firjan e Fundo Interamericano.
	<b>Programa de Valorização do Jovem-</b> Destinado aos jovens que podem abandonar a escola pública, para que atuem como monitores de outros estudantes mais novos. Os jovens selecionados, entram em contato	Instituto Coca-cola Brasil	Coca-Cola Foundation



	com indústrias, gráficas e outras instituições de trabalho para vislumbrar um futuro no mercado.		
<b>Maio 2008</b>	<b>Programa de Valorização do Jovem</b>	Instituto Coca-cola	Coca-Cola Foundation
	<b>Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais</b> – Curso para ensinar a metodologia e ferramentas para avaliar o resultado econômico de projetos sociais.	Fundação Itaú Social	Itaú
	Qualificação de jovens estudantes do ensino médio de Mangaratiba no programa Office da Microsoft.	Oxigênio Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais	BRQ- Tecnologia e informação
	Programa com foco na educação e comunicação para jovens de baixa renda	Unicef	BT
	<b>Cozinha Comunitária</b> – Produção e gestão comercial de alimentos, para produtores rurais e suas esposas da baixada fluminense.	FIRJAN	Holcim, Sistema Firjan, Fundação Interamericana
	Qualificação de jovens de Japeri na operação de equipamentos e manutenção do campo de golfe.	Instituto Oi Futuro	Oi
<b>Jun. 2008</b>	Ensinar a operação de equipamentos e manutenção do campo de golfe, para atender crianças de escolas públicas de Japeri e Engenheiro Pedreira.	Instituto Oi Futuro	Oi em parceria com a Associação de Golfe Público de Japeri.
<b>Jul.2008</b>	<b>Plano de Ação Familiar</b> - Profissionalizar os pais das crianças atendidas no Hospital da Lagoa.	Associação Saúde Criança Renascer	Ashoka, Avina, Skoll Foundation e Schwab Foundation.
	Qualificação de agentes da ONG angolana DW.	Ibase	Agências Internacionais de Cooperação Empresas, Fundações ou Institutos empresariais brasileiros
	<b>Programa de Introdução ao Mundo dos Negócios</b> , para alunos do 7º ano do Ensino Fundamental. Os voluntários da Light ensinaram, em cinco encontros, organização, administração, carreiras, produção, marketing e venda pessoal	Junior Achievement	Light
<b>Ago.2008</b>	<b>Projeto Constelação</b> -Formação de professoras comunitárias, moradoras de comunidades carentes do entorno do Instituto.	Instituto Superior de Educação Pró-saber	Não divulgado
	<b>Projeto Mão na Massa</b> - Capacitação de mulheres com idade de 18 a 45 anos para a construção civil	Federação de Instituições Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro	Eletrobrás
	Financiamento de oficinas de desenho, pintura, grafite e fotografia para jovens carentes da região do Museu Bispo do Rosário.	Instituto Avon	Avon
	<b>Manguezarte</b> – Projeto de reciclagem de materiais sólidos recolhidos no entorno da Baía de Guanabara para a produção de artesanato.	ONG Guardiões do Mar	Petrobrás

Podemos destacar muitos projetos, não necessariamente pela sua importância para a vida do trabalhador. Para tal, precisaríamos de uma pesquisa empírica, na qual consultássemos diretamente a população beneficiada por esses projetos. São projetos de geração de trabalho e renda na área da Educação Física, Cultura, Informática, Artesanato, Hotelaria, Mecânica, Construção Civil, Formação de Professoras, formação de jovens empreendedores e formação para ampliar as possibilidades de empregabilidade do trabalhador. Nos anos de 2007 e 2008, foram os seguintes os números de projetos:

- Educação Física – 4
- Cultura – 8
- Informática – 7
- Artesanato- 3
- Hotelaria – 1
- Mecânica – 2
- Construção Civil – 3
- Formação de professores – 1
- Empreendedorismo – 7
- Empregabilidade - 6

Importante comentar que três (3) projetos se repetiram em edições diferentes. Destaco também que um (1) projeto (divulgado na Revista de abril 2008) não possui nenhuma descrição de seus objetivos e conteúdo, sendo divulgado apenas os nomes dos financiadores: Federação das Industrias do Estado do Rio de Janeiro- Firjan em parceria com o Fundo Interamericano. Como é possível observar no quadro, indica-se que a Fundação para Infância e Adolescência – FIA vai contribuir para geração renda para 30 mães do programa “Crianças desaparecidas”.

De uma maneira geral, o público alvo dos projetos pertencente à fração da classe trabalhadora mais expropriada. São jovens de 15 a 25 anos, homens e mulheres desempregados em idade economicamente ativa, todos “moradores de áreas carentes” e de “baixa renda”. Alguns projetos encontrados limitam a idade dos atendidos, variando de 15 a

25 anos, caracterizando o cumprimento de ações para ocupar o tempo livre na juventude. Em alguns casos, os projetos chegam a explicitar claramente que o objetivo é manter o jovem ocupado e assim impedir que ingresse na criminalidade.

Exemplo de projeto para permitir o ingresso do trabalhador nos nichos de mercado são os projetos de construção civil para mulheres (historicamente um espaço ocupado por homens). Outro objetivo dos projetos educativos para mulheres é impedir e até retirá-las da prostituição. Sobre os projetos de informática, podemos dizer que os mesmos servem para anunciar a inclusão digital do trabalhador e também para a formação do quadro de reserva da empresa financiadora, já que os cursos ensinam a operar o programa construído por ela.

No quadro acima, é importante observar que os projetos educativos que envolvem a Educação Física divulgam o esporte e a formação do atleta como forma de promover a melhoria das condições de vida, estimulando o desenvolvimento dos talentos individuais. Dentro dessa perspectiva, a Educação Física é entendida como instância capaz de reduzir conflitos e promover conformidades, exatamente pelo seu caráter esportivo conter a imposição de regras e limites.

Outra questão fundamental a ser explicitada é a participação do capital internacional no financiamento dos projetos, o que demonstra a articulação entre os interesses nacionais e estrangeiros no que diz respeito às práticas educativas de ONGs. Segundo a Revista, o investimento dos empresários estrangeiros garante descontos no imposto de renda em seus países de origem, assim como possibilita a construção de um diferencial no mercado, o fato de contribuírem para ações sociais no “terceiro mundo”. De acordo com Lúcia Neves (2005) acreditamos que são ações que contribuem para que a hegemonia do capital se perpetue por meio do incentivo à solidariedade da classe dominante para com a classe dominada, dessa forma, manteria a ordem e evitaria contestações. São ações que camuflam uma evidente e crescente falta de políticas públicas que garantam os direitos da classe trabalhadora.

Não são apenas os empresários incentivam projetos educativos; os organismos internacionais também. Podemos citar a participação do Banco Mundial, o qual por meio do Fundo de Apoio a Parcerias- FAP destina recursos para que haja o diálogo e a colaboração entre sociedade civil, Estado e BM ([www.abong.org.br](http://www.abong.org.br) acesso em julho de 2007). A grande preocupação do Banco Mundial é com a eficiência econômica dos projetos.

Os projetos educativos de ONGs vinculados às ações de Responsabilidade Social Empresarial são considerados como expressão de um projeto maior que busca garantir a hegemonia do capital sobre o trabalho, tendo em conta as necessidades econômico-sociais demandadas pelo regime de acumulação flexível. Tomando por base os escritos de Gramsci (1999), podemos considerar que os projetos educativos são aparelhos privados de hegemonia e como tal, são próprios para promover a direção cultural e intelectual. A relação de hegemonia percebida nos projetos educativos é reafirmada a partir de Gramsci (1978, p.37) porque toda relação de hegemonia é essencialmente uma relação pedagógica.

Em nossa análise, não podemos desconsiderar que o financiamento dos projetos educativos por parte do Estado e dos empresários é para intervenções pontuais (Montaño,2007; Beghin, 2005 e Demo, 2001). Isso se confirma com a leitura mais atenta de projetos como o Projeto de Capacitação de Jovens de 18 a 24 anos, divulgado na *Razão Social* de setembro de 2007. O mesmo se evidencia no projeto de capacitação de jovens carentes para atuarem na área de hotelaria, divulgado na Revista em dezembro de 2007.

Gostaríamos de destacar os projetos educativos que visam a formação para o empreendedorismo. De acordo com essa perspectiva, os projetos incentivam o protagonismo dos jovens; dessa forma, eles os “beneficiados” os responsáveis por garantir suas estratégias de sobrevivência, sem precisar contar com a ajuda do Estado (e, tampouco com a organização da classe trabalhadora na luta para superar as contradições entre capital e trabalho). Em última instância, podemos dizer que esses projetos que incentivam o empreendedorismo se tratam de

ações que caminham numa perspectiva desintegradora, uma vez que reforçam a idéia de que os trabalhadores, individualmente, precisam criar condições favoráveis para a manutenção da vida.

Percebemos que projetos incentivados ora por empresários, ora pelo Estado, ora pela parceria entre ambos se constituem como políticas de focalização, em uma substituição à formulação de políticas públicas universais. A focalização justifica-se como forma de suprir determinadas demandas sociais de uma determinada parcela da população, a qual se encontra desprovida de determinados serviços públicos. A educação deixa de ser uma ação pública e passa a ser reflexo de ações de Responsabilidade Social Empresarial, podendo se dar em parceria e colaboração entre Estado, mercado e sociedade civil.

A fim de obtermos maiores esclarecimentos a respeito das relações que se estabelecem entre os financiadores e as ONGs, por meio dos projetos educativos, nos aproximamos de algumas ONGs para direcionar nosso olhar, tentando apreender a essência de alguns projetos educativos para gerar trabalho e renda veiculados na Revista *Razão Sócial*. Destacaremos os seguintes projetos:

a) Projeto Manguezarte, desenvolvido pela ONG Guardiões do Mar e financiado pela Petrobrás;

b) Projeto NAVE, desenvolvido pelo Instituto Oi Futuro, financiado por essa empresa de telecomunicações em parceria com o governo do Estado.

c) Projeto Aprendizes da Liberdade, desenvolvido pela ONG Rio Solidário, com financiamento do sistema FIRJAN e do governo do Estado;

d) Projeto Formação de Professoras do Programa Constelação, desenvolvido pelo Instituto Superior de Educação Pró-Saber, com financiamento da Ipiranga, Ultra, IBM, Instituto Dynamo, Rede Globo, UNESCO, SESI-RJ, etc.

O projeto Manguezarte é desenvolvido pela Guardiões do Mar. Essa ONG foi fundada em julho de 1998, tendo como presidente o Sr. Pedro Belga. Sediada no bairro Boa Vista, em São Gonçalo. A ONG recebe financiamento da Petrobrás e desenvolve diversos projetos que pretendem aliar educação ambiental e geração de renda. São “atividades voltadas ao reaproveitamento de materiais recicláveis, que agregadas à prática artesanal, promovem geração de renda às famílias atendidas”. O público alvo do trabalho da ONG são os moradores do entorno da Baía de Guanabara, em sua maioria pescadores, catadores de caranguejo, catadores de lixo e suas famílias. De acordo com representantes da ONG, o objetivo dos projetos é “atender a jovens e adultos que se apresentavam em situação de vulnerabilidade social. Dessa mesma forma, descobrimos o trabalho de artesãos do município, que hoje estão sendo capacitados e orientados à desenvolver plenamente suas capacidades.”

(GUARDIÕES DO MAR. Disponível em: [www.guardioesdomar.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=56&Itemid=96](http://www.guardioesdomar.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=96))

Na página *web* da Petrobrás, o Manguezarte consta como uma das muitas ações de Responsabilidade Social e Ambiental da empresa, como sendo ações que possibilitam o desenvolvimento e a cidadania, de forma a contribuir com o “desenvolvimento local, regional e nacional, gerando a inserção social, digna e produtiva, de pessoas e grupos que vivem em risco social no Brasil.” Além de ser financiadora do projeto a Petrobrás ainda compra os produtos da Manguezarte “como forma de contribuir para a auto-sustentabilidade das comunidades atendidas.” (PETROBRÁS. Disponível em: [www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/PetrobrasFomeZero/BrindesSociaisIndex.asp](http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/PetrobrasFomeZero/BrindesSociaisIndex.asp))

Manguezarte dá nome a uma cooperativa de artesãos da Praia da Luz (Itaóca, São Gonçalo) que foi criada pela ONG Guardiões do Mar. A cooperativa fica em um prédio

simples, de um andar, em uma rua que corta o manguezal, nas margens da Baía de Guanabara. Nos primeiros anos de 2000, era um projeto de artesanato destinado às senhoras do local. A ONG ofereceu as oficinas de artesanato para as senhoras da localidade e no decorrer do curso, as senhoras demonstraram preocupação com a poluição do mangue – local onde vivem e de onde seus maridos tiravam sustento. Então, desenvolveu-se um projeto que aliava geração de renda e educação ambiental; as senhoras foram profissionalizadas e passaram a atuar conjuntamente na produção de artesanato, no qual são usados pedaços coloridos de plásticos que serviram de embalagens para outros produtos, formando os mosaicos que adornam as peças de decoração. O projeto Manguezarte se ampliou e hoje conta também com o trabalho dos pescadores e catadores de caranguejo. Ou seja, era inicialmente um projeto para gerar renda para as mulheres e por conta da problemática ambiental, o projeto abarcou também os homens.

Em conversa informal com um pescador da ilha, ele nos disse que as condições do mar e do mangue já não permitem mais que se retire o sustento naquele local. Realmente, a poluição do mar e do mangue é muito grande, o que impede o desenvolvimento de novos peixes e caranguejos. Isso explica a adesão dos homens no trabalho de artesanato. Em entrevista concedida à Elaine Dias, da Fundação Gol de Letra, o presidente Pedro Belga afirmou: “Os artesãos de comunidades de baixa renda enxergam grandes possibilidades com esta prática” (DIAS, Disponível em: [www.goldeletra.org.br/secao.6.aspx?materia=45&sm=sm51](http://www.goldeletra.org.br/secao.6.aspx?materia=45&sm=sm51))

Nossa aproximação ao projeto Manguezarte nos permite inferir que um dos objetivos do trabalho da Guardiões do Mar não está sendo alcançado: “preservar e proteger ecossistemas naturais usando de estratégias que levem ao desenvolvimento auto-sustentável, tratando o homem, como principal componente do meio.” Acreditamos que a Manguezarte possa pensar que a preservação ambiental esteja acontecendo por meio do trabalho que

realizam, usando o mosaico ecológico no qual produzem suas peças. A participação dos homens no projeto também nos demonstra que o trabalho de preservar o ecossistema daquela localidade não se efetivou. Além de o lixo permanecer naquela localidade da Baía de Guanabara, sabemos que a preservação ambiental e o bem estar dos trabalhadores que ali residem, deve ter como pressuposto uma ação que intervenha naquilo que produz o desequilíbrio do ecossistema, ou seja, requer a luta contra os desmandos do capital.

Mencionamos aqui as características de mais um projeto de Responsabilidade Social Empresarial, o projeto NAVE, desenvolvido pelo Instituto Oi Futuro, na verdade, atentamos para a quantidade de vezes em que o Instituto apareceu na Revista, como financiador e como executor de projetos educativos para geração de trabalho e renda. Embora não seja um projeto pensado e/ou executado por uma ONG propriamente dita, consideramos importante chegar mais perto. Esse fato se justifica pela similitude entre as ações que o Instituto desenvolve e as ações de organizações não-governamentais e porque as organizações se confundem no cenário social. Será o Instituto Oi Futuro uma ONG? Nessa organização nos aproximamos do projeto NAVE - (Núcleo Avançado em Educação- Colégio Estadual José Leite Lopes). Esse projeto é mantido pelo Instituto Oi Futuro que tem sua sede localizada no Flamengo, bairro da cidade do Rio de Janeiro. O Instituto foi fundado em 2001 como consequência do trabalho do Projeto Telemar Educação e o Museu do Telefone, tornando-se o instituto de responsabilidade social da empresa Oi, que funciona em uma antiga central telefônica. O Instituto mantém e organiza projetos em parceria com o poder público e com outras empresas no intuito de difundir e ampliar o uso da tecnologia. Além do projeto NAVE, o OI Futuro mantém outros projetos que envolvem a juventude e os meios de comunicação e informação.

O prédio do NAVE - Colégio Estadual José Leite Lopes foi inaugurado em maio de 2008. De acordo com o próprio Instituto, o projeto se desenvolve com a parceria entre as Secretarias de Estado de Educação e de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. O NAVE -



Colégio Estadual José Leite Lopes atende aos jovens selecionados para cursar o ensino médio. O objetivo do NAVE é contribuir para a inovação da educação; foi uma proposta idealizada pelo educador Antonio Carlos Gomes da Costa. O currículo do NAVE é articulado com o currículo básico proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação- 1996, os estudantes participam das disciplinas voltadas para a formação em programação de jogos, geração de multimídia para televisão digital e roteiros interativos. Na verdade, o projeto consiste em adicionar tecnologias da informação e comunicação em todas as disciplinas ministradas na escola. Até o presente momento, a escola só trabalha com os jovens que têm interesse em tecnologia. Os inscritos passaram por um processo seletivo para se matricularem na escola. Atualmente são 176 alunos, mas pretende-se ampliar até 600 vagas. “Para o governador Sérgio Cabral, esta unidade é referência não só na rede pública, como para as escolas particulares”. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.educacao.rj.gov.br/index5.aspx?tipo=categ&idcategoria=437&idItem=2720&idsecao=13>

O NAVE é todo equipado com aparelhos tecnológicos modernos e os alunos selecionados têm contato com todo esse aparato, acreditamos que o objetivo seja o de desenvolver novas tecnologias para ampliar a comunicação, contando com a criatividade dos jovens usuários e interessados nessa tecnologia da comunicação, informação e entretenimento.

Percebemos que esse projeto está em acordo com as características da Era da Informação. A era da informação é assim chamada pela velocidade nas comunicações e informação, promovendo o conhecimento quase que instantâneo dos fatos no mundo e também pelo fato de o conhecimento precisar estar em constante renovação. De acordo com essa perspectiva, o conhecimento deve ser produzido e apropriado pelo mercado consumidor, no qual o conhecimento deve ser produzido em níveis mais rápidos.

“Estamos vivendo em plena Era da Informação, em que o recurso organizacional mais importante – o capital financeiro – está cedendo o pódio para outro recurso imprescindível – o capital intelectual. É o conhecimento e sua adequada aplicação que permitem captar a informação disponível para todos e transformá-la rapidamente em oportunidade de novos produtos ou serviços, antes que os concorrentes consigam fazê-lo”. (CHIAVENATO, 1999).

A nosso entender, a citação acima explicita a concepção presente no projeto NAVE de que o conhecimento pode promover o desenvolvimento da economia. É quase lugar comum, nos textos dos economistas a menção da prosperidade na economia como consequência dos investimentos em educação, mas “esquecem” de mencionar as desigualdades provocadas pelo aumento da acumulação de capital e afirmam categoricamente que “a prosperidade econômica de um país é resultado direto de sua bolsa de recursos humanos. E os recursos humanos dependem da qualidade do sistema educacional” (OLIVEIRA, 2001). É o conhecimento tomando lugar de mercadoria, como disse Hunt (1981, p.28) citando Marx: “o capitalismo faz da força produtiva humana uma mercadoria em si mesmo...”.

Mencionamos agora algumas características observadas no projeto Aprendizes da Liberdade, esse projeto é resultado da parceria entre a ONG Rio Solidário, Sistema Firjan, Tribunal de Justiça e Conselho Nacional de Justiça. A ONG Rio Solidário foi fundada em março de 2007 pela primeira dama do Estado, a Sr<sup>a</sup> Adriana Ancelmo Cabral. A ONG foi criada com a intenção de desenvolver ações sociais relacionadas com o Governo do Estado. Acreditamos que esse fato seja a representação do entendimento social a respeito do “terceiro setor” , como exemplificação de que é preciso haver um setor específico para cuidar das questões sociais emergentes, dissociadas da formulação de políticas públicas universais em favor da construção de projetos focalizados. A Rio Solidário conta também com o apoio do Governo Federal, para os projetos nas áreas de proteção às mulheres, aos idosos e estímulo à

cidadania. Dessa forma, percebemos que o poder público promove a sua ausência e terceiriza sua presença, delegando a outras organizações o cumprimento de ações sociais.

De acordo com a Rio Solidário, o projeto Aprendizes da Liberdade tem o objetivo de resocializar jovens infratores de 14 a 18 anos internos do Degase-(Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas) assim como, possibilitar a inclusão dos jovens no mercado de trabalho. O Estado ofereceu espaços físicos para a realização dos cursos e acompanhamento social e psicológico; as aulas acontecem no Centro de Capacitação Profissional do Degase, na Ilha do Governador. Com o currículo de um curso do SENAI, os jovens têm acesso às oficinas, equipamentos de trabalho, aulas de Leitura e Matemática, Cidadania e Ética, Relações Humanas, Meio Ambiente, Qualidade, Saúde e Segurança e Empreendedorismo. Nesse projeto, os jovens recebem um certificado de Mecânica Automotiva e Eletromecânica de Motos. Os cursos têm duração de dez meses, completando um total de 800 horas. Observamos que o Aprendizes da Liberdade está em acordo com as ações das políticas de assistência à juventude formalizadas no governo Lula (2002-2009). Desenvolvida pela Secretaria Nacional de Juventude a partir de 2005, a Política Nacional para a Juventude conta “com a participação de organizações da sociedade civil que desenvolvem ações voltadas para a juventude.” (MARQUES. Disponível em: [www.rachelmarques.org.br/atuacao/pronunciamentos/texto.asp?ID=142](http://www.rachelmarques.org.br/atuacao/pronunciamentos/texto.asp?ID=142)). Em uma leitura mais atenta do texto das políticas para a juventude conseguimos fazer algumas associações com o projeto Aprendizes da Liberdade, essas associações se dão exatamente nas questões referentes às ações que possibilitam ao jovem ingressar e se manter no mercado de trabalho, percebemos contudo, que as ações do projeto são de ressocialização do jovem infrator com medidas que envolvem educação para o trabalho socialmente aceitável. Ainda devemos considerar as características de controle social do infrator e a formação de um novo exército de sobrantes. Mais uma questão de similitude entre o Projeto Aprendizes da Liberdade e as

ações das políticas para juventude, está de acordo com os indicativos das políticas para a juventude que essas devem atender aos jovens em situação de vulnerabilidade social:

“O Brasil tem 48 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos, dos quais 34 milhões têm entre 15 e 24 anos. É nesta faixa etária que se encontra a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade.” ( PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em : [www.planalto.gov.br/secgeral/frame\\_juventude.htm](http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm) )

A citação acima abre um precedente para analisarmos o projeto de formação de professoras leigas comunitárias do Instituto Superior de Educação Pró-Saber. Esta organização está sediada no bairro Humaitá, funciona em um belíssimo prédio, com salas de trabalho em diferentes ambientes, dentro do próprio prédio e ao ar livre, podemos considerar que são espaços físicos que se diferenciam da escola tradicional. O Pró-Saber foi fundado em 1987, iniciando seus trabalhos com o oferecimento de atendimento psicopedagógico às crianças das comunidades do entorno do Instituto, que possuíssem dificuldades de aprendizagem. A partir desse trabalho, o Instituto ampliou sua área de atuação, atendendo não somente as crianças com dificuldades de aprendizagem, mas também as professoras das creches comunitárias. A partir de 2004 o Instituto tornou-se o que é hoje: um Instituto Superior de Educação. Dentre muitos projetos desenvolvidos pelo programa Constelação está o projeto de formação de professoras leigas em serviço, esse projeto disponibiliza aulas de nível superior gratuitamente no período de três anos para as professoras, elas são moradoras das comunidades do entorno do Instituto e atuam nas creches comunitárias do local onde residem. O currículo do curso respeita as indicações propostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9294/96), no qual constam as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Psicologia, além de Português, Matemática, etc.

O curso de formação de professoras leigas funciona no período noturno, já que as professoras trabalham no período da manhã e da tarde. É um curso destinado às jovens moradoras de “áreas de risco”, para aprimorar o trabalho de educar as crianças da comunidade em que residem. As estudantes já atuam como professoras da educação infantil nas creches comunitárias, então o projeto é de formação em serviço, para aproveitar o conhecimento que elas já têm, conhecimentos esses que foram adquiridos com o trabalho. De acordo com o Instituto Pró-saber o objetivo é de que as professoras adquiram melhores condições de competitividade com a qualificação em nível superior e também para que possam atuar como líderes comunitárias, buscando melhorias nas condições de vida para si próprias e para os outros.

Ao final dos três anos de estudo, as professoras recebem a habilitação em Educação Infantil apenas, não podendo atuar em outros níveis de ensino, só mesmo nos primeiros anos da educação infantil e na creche. O projeto é coordenado por Jayna Cosmo e a coordenação pedagógica do curso de formação de professoras é de Madalena Freire. Para que as aulas sejam gratuitas, o Instituto mantém parceria com diversas empresas: Ipiranga, Ultra, IBM, Instituto Dynamo, Rede Globo, UNESCO, SESI-RJ, etc.

Acreditamos também que esse projeto está em acordo com os indicativos das políticas para a juventude adotadas pelo Governo Federal a partir de 2005. Na verdade, essa é uma questão fundamental nos projetos educativos para geração de trabalho e renda: adequar a juventude ao mercado de trabalho e às exigências do mercado. Percebemos claramente que nos projetos os objetivos são o de priorizar a juventude nas ações educativas, assim como priorizar aqueles que residem em “áreas de risco”. Os projetos caminham na direção de promover a idéia de que dessa forma seria possível evitar que os jovens ingressem na criminalidade, e que os conhecimentos adquiridos com as ações educativas salvaram a juventude das contradições do capital.

Lembramos que as informações acima são oriundas da Revista da *Razão Social*, das páginas da Internet de cada organização, das reportagens de Internet sobre o trabalho desenvolvido por essas organizações e ainda, das conversas informais com os responsáveis pedagógicos dos quatro projetos mencionados

Mas que tipo de educação se pretende? Em quais pressupostos os projetos educativos estão baseados? Como explicitado anteriormente, dentro da *Razão Social*, escolhemos os projetos educativos executados e/ou planejados por organizações não-governamentais, vinculados às ações de Responsabilidade Social Empresarial, com vistas a gerar trabalho e renda para jovens e adultos. Esses projetos têm características muito semelhantes já que se tratam de projetos pensados a partir de interesses comuns aos empresários: obter, por meio da divulgação de suas ações “socialmente responsáveis” a construção da boa imagem da empresa. Como assinalamos no Capítulo III,

“Hoje em dia, muitas empresas fazem algumas coisas em relação à responsabilidade social por moda. É difícil achar uma companhia realmente responsável, as pessoas querem é vender. Eles fazem as coisas porque os clientes dão mais valor e passam a comprar”(RAZÃO SOCIAL, jun. 2007, p. 20)

A fala acima, foi extraída de uma entrevista do srº Jorge Dobao, sócio da empresa Maemfe , e aqui rerepresentada para explicitar a preocupação dos empresários “socialmente responsáveis” em relação aos projetos educativos. Entre outras coisas, a fala do srº Jorge Dobao nos leva a inferir que a importância dos projetos na vida do trabalhador é menor do que a importância de divulgar as boas ações sociais dos empresários. Dentro da perspectiva da Responsabilidade Social Empresarial, os projetos educativos servem, entre outras coisas, para dar visibilidade aos financiadores, (TIRIBA E AGUIAR, 2008) para que as empresas sejam percebidas como empresa “cidadã”, responsável por uma exploração amenizada por conta dos incentivos aos projetos sociais.

Podemos perceber que os projetos educativos são formulados a partir de problemas sociais latentes, como o desemprego e pobreza por exemplo. No nosso entendimento são projetos pensados para minimizar as contradições entre capital e trabalho. Dessa forma, pretendem dar a idéia de que estão resolvendo o que é mais imediato na vida do trabalhador. Isso se evidencia nas imagens que acompanham as reportagens dos projetos publicados na *Razão Social*: o “beneficiado” sempre aparece sorridente pelo benefício recebido (mesmo esse esteja no meio do “lixão”, sentado numa cadeira quebrada numa casa de pau-a-pique).

Verificamos a existência de projetos educativos que, ao fragmentar a educação do trabalhador, promovem a geração de trabalho e renda em diferentes frentes, como forma de incluir os trabalhadores nos nichos do mercado de trabalho. Conforme Rummert (2008) a educação que é destinada aos trabalhadores tem sido, historicamente, uma instância que sofre as influências de ações focalizadas para formar mão-de-obra desejada pelo mercado de trabalho. Os projetos educativos analisados cumprem sua função dualista, pois são projetos pensados especificamente para a classe trabalhadora mais expropriada, os jovens e adultos de baixa renda. Isso se evidencia ainda mais com a análise dos projetos divulgados na Revista.

Por último, consideramos interessante comentar os rumos das ações do governo municipal em relação à parceria com as organizações não-governamentais, no caso, nos referimos à aprovação de um projeto de lei da prefeitura do município do Rio de Janeiro, o projeto é sobre a administração de serviços públicos, propondo a criação das Organizações Sociais (OSs). De acordo com o jornal “O Globo” (maio, 2009, p. 13) a intenção da prefeitura do Rio “é que cada organização fique responsável por , no máximo, 20 unidades. Atualmente, somente a ONG Associação Amigos da Gente tem convênios para gerir 155 creches, num total de R\$ 38 milhões”. Mas somente as ONGs com mais de dois anos, poderão ser consideradas OSs. A seleção das ONGs será feita por um conselho ainda em processo de criação. Com isso percebemos que as ações governamentais, cada vez mais, contribuem para

um padrão de atendimentos dos direitos sociais subjetivos por intermédio de organizações não governamentais, o que mudou foi só o nome, mas a relação de parceria é a mesma.

Em “Considerações finais” seguiremos nossa análise sobre os projetos educativos de geração de trabalho e renda, formulados e/ou executados por organizações não-governamentais, vinculados às ações de responsabilidade social empresarial.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve como objetivo - analisar as dimensões político-educativas de projetos de geração de trabalho e renda – projetos esses associados às ações de responsabilidade social empresarial desenvolvidas por organizações não-governamentais. Mais uma vez, explicitamos que nossas informações foram limitadas ao que estava publicado na Revista *Razão Social* e nas páginas da Internet de cada organização não-governamental, acrescentadas de visitas e entrevistas semi-estruturadas. Podemos dizer que, de uma maneira geral, o objetivo foi alcançado; assim, no momento das “considerações finais” recuperaremos, de forma sintética o que foi apreendido.

Ao longo da dissertação, resgatamos a gênese histórica das organizações não-governamentais, assinalando sua relação com os movimentos sociais de resistência à ditadura militar de 1964 (apoiados por frações da igreja católica, identificadas com a Teologia da libertação) e posteriormente, a partir de fins da década de 1980, sua apropriação pelo Estado e pelo empresariado. Fizemos referência ao processo de superação da crise do regime fordista, o que ressoou no Brasil em 1990, com a reestruturação produtiva e a reforma do Estado de Bem-Estar Social. A partir desse fato, entendemos que houve a expansão das ONGs, o que veio ao encontro do ajuste necessário entre regime de acumulação flexível e o modo de regulação do Estado. O Estado foi reformado e adequado às políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que o modo de acumulação flexível se instalava e se consolidava no Brasil. Essas mudanças afetaram sobremaneira a classe trabalhadora, resultando no desemprego estrutural, na precarização das relações de trabalho, no descumprimento dos direitos trabalhistas

acordados em contratos, além da retração do Estado no cumprimento de direitos sociais subjetivos e da formulação de políticas universais.

Evidenciamos a existência de articulações políticas e econômicas entre Estado, mercado e sociedade civil para amenizar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Assim, a última década do século XX é marcada pelo crescimento exponencial do número de ONGs, as quais buscam atender, por meio da parceria público-privado, as diversas “comunidades carentes”. A atuação das ONGs no tratamento da questão social está direta ou indiretamente relacionada ao chamado “terceiro setor”, o qual seria um setor distinto do Estado e do mercado, responsável por “resolver”, por meio de programas focalizados, os problemas sociais causados no plano da estrutura da sociedade de classes.

Localizamos os projetos educativos de geração de trabalho e renda, desenvolvidos por organizações não-governamentais do Rio de Janeiro, como ação de Responsabilidade Social Empresarial. Esses projetos podem ser entendidos como ações de cunho social do setor privado em parceria com Estado. Entendemos que os projetos caminham rumo às exigências de adequação do trabalhador ao mercado de trabalho, porém, de forma subordinada, por meio de projetos educativos aligeirados.

Como instância social pertencente a uma determinada totalidade, a educação do trabalhador é, em grande medida, o reflexo dos ajustes estruturais do modo de produção capitalista. A partir dos interesses dos empresários e do Estado, pode ser percebida como educação de classe, pela sua estrutura dualista, ora propedêutica, ora imediata ao mundo do trabalho. Isso se evidencia pelos programas de governos, pelos projetos educativos e pelas ações empresariais. Não são ações de ruptura da ordem, mas sim, de conformidade à lógica de educação que atenda às exigências do mercado. Nestas condições, podemos dizer que os projetos educativos oriundos de ações de Responsabilidade Social Empresarial são práticas focalizadas e aligeiradas, não contribuindo para a emancipação da classe trabalhadora. Sendo

expressão dos desejos dos empresários e do Estado. Os projetos encontrados na Revista *Razão Sócia* não nos indicam que a educação do trabalhador seja uma forma de mediação da emancipação humana, tal qual acreditamos.

Entendemos que os projetos educativos são ações oferecidas nas comunidades onde reside a população mais pobre, na tentativa de conformar, por meio das práticas educativas, para a sociabilidade desejada à manutenção do sistema capitalista. Dessa forma, identificamos os projetos educativos como práticas pedagógicas que parecem ser úteis a um processo de socialização e formação do trabalhador para o trabalho precário. De uma maneira geral, o conhecimento imediato que se pretende alcançar é aquele que possibilite que o trabalhador se mantenha vivo.

Os projetos são diferentes, mas caminham para uma mesma lógica: contribuir para o empreendedorismo e a empregabilidade do trabalhador. Não se apresentam como práticas de emancipação da classe trabalhadora, no sentido de torná-los conscientes do processo de exploração do sistema capitalista. Nesse sentido, inferimos que os pressupostos da Responsabilidade Social Empresarial contém os indicativos para explicar a intenção dos empresários na promoção desses projetos educativos: obter lucros com construção da boa imagem da empresa perante o mercado consumidor.

Em nossa pesquisa de cunho teórico e empírico, descobrimos que o universo das organizações não- governamentais é bastante complexo (e, por que não dizer “híbrido”?). Na verdade, voltamos ao ponto inicial de nossa investigação: Afinal, o que é uma ONG?

No caso da Oi Futuro, por exemplo, por que incluímos seu projeto educativo em nosso estudo de caso? Se organização não-governamental é toda organização privada não lucrativa que atende o setor público (Abong *apud* PEDROSO, 2008), incluímos esse Instituto em nossa listagem por dois motivos, pelo menos. Em primeiro lugar, porque o Instituto elabora, executa e financia projetos sociais de “responsabilidade social empresarial”. Em

segundo lugar, porque a própria Oi

Futuro e seus representantes a definem como uma organização não-governamental, o que nos faria redimensionar o conceito de ONG. Para completar o quadro de polissemia da expressão “organização não-governamental” própria Abong não deixa claro seu significado. Em suas listagens divulgam nomes de associações, fundações, institutos, etc. que contam com financiamento do Estado e dos empresários. Não existe uma definição legal para o termo ONG, o que existe é um reconhecimento público construído historicamente graças às ações sociais desenvolvidas por essas organizações, tanto no Brasil quanto no mundo.

Outra questão importante relacionada à definição de ONGs, diz respeito à participação do Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas nas ações de Responsabilidade Social Empresarial, o que manifesta a apropriação pelo capital de organizações sabidamente comprometidas com articulação dos movimentos sociais. O fato de o Ibase aparecer muitas vezes como parceira do Instituto Ethos e, ao mesmo tempo ser filiada à Abong, explicita que estar associado ou não à Abong não é o único indicativo do compromisso histórico das ONGs com os movimentos sociais. Se, de acordo com Martins (2002) pode-se considerar ONG uma formação societária, organizada espontaneamente pela sociedade civil, sem finalidade econômica lucrativa, que ocupam o espaço público pela necessidade de atender aos interesses sociais, o que faz o Ibase, criado em 1980, na Revista *Razão Social*? Podemos afirmar que, em última instância, Herbet de Souza preconizava a importância da parceria entre Estado, empresários e ONGs ?

Como Marx, pensamos que

“até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata – apesar de sua validade para todas as épocas, são contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto das condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas. (MARX, 1978, p. 120).

Neste sentido, para analisar os projetos educativos das “organizações não-governamentais” que promovem ações de “responsabilidade social empresarial” acreditamos ser necessário historicizar a categoria ONG. Em outras palavras, é preciso perceber que, acompanhando as diversas materialidades históricas, essa vai ganhando novos contornos e significados. Se, na gênese histórica as ONGs atuavam como forma de resistência á ditadura militar, podemos inferir que, a partir da década de 1990, passam a atuar, inclusive, em parceria com o Estado e o mercado. Afinal, o que é uma ONG?

## BIBLIOGRAFIA

**ABONG.** Disponível em: [www.abong.or.br](http://www.abong.or.br). Acesso em: 28 jan. 2008.

**AGÊNCIA BRASIL** Disponível:  
<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/02/20/materia.2009-02-20.3289729573/view>  
acesso em 26 fev 2009.

ARRUDA, Marcos. **ONGs e Banco Mundial: é possível colaborar criticamente?** Rio de Janeiro: PACS, 1995.

BEGHIN, Nathalie. **Filantropia empresarial: nem caridade, nem direito.** São Paulo: Cortez, 2005.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

CASTELL, Robert. **As metamorfoses da questão social; uma crônica do salário.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. Olhando para frente: As preocupações com as organizações do futuro. **Gestão de pessoas.** 1999.

**COMO CRIAR SUA ONG?** São Paulo: CETS/EAESP/FGV, 2000. Disponível em:  
<[http://www.paranafundacoes.com.br/como\\_criar\\_ong.pdf](http://www.paranafundacoes.com.br/como_criar_ong.pdf) 2000>

COUTINHO, Joana A . **ONGs: caminhos e (des)caminhos. Lutas Sociais,** São Paulo, v. 13/14, p. 57-65, 2005. Disponível em: <[www.Pucsp.br/neilsdownloads/v13\\_14joana.pdf.350k](http://www.Pucsp.br/neilsdownloads/v13_14joana.pdf.350k)>

DELUIZ, Neise, GONZALES, Wânia e PINHEIRO, Beatriz. **Ongs e Políticas Públicas de Educação Profissional: propostas para a Educação dos Trabalhadores. 2003.** Disponível em< <http://www.senac.br/BTS/292/boltec292d.htm>>. Acesso em maio 2007.

DELUIZ, Neise. **Sociedade civil e as políticas de educação de jovens e adultos: a atuação das ONGs no Rio de Janeiro.** In: Revista Educação e Cultura contemporânea. Vol 3 - nº 5-1º sem. De 2006.

DEMO, Pedro. Brincando de solidariedade: política de primeira-dama. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O comunidade solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2001.p.43-68.

DIAS, Elaine. Admirável mundo novo. Disponível em:  
[www.goldeletra.org.br/secao.6.aspx?materia=45&sm=sm51](http://www.goldeletra.org.br/secao.6.aspx?materia=45&sm=sm51).

FERNADES, Rubem C. O que é o 3º setor? In: IOSCHPE, E. (Org). **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada. In: **Revista Tempo**. Rio: Relume-Dumará . Depto História da Univ. Fed. Fluminense. nº 3, junho.1997. p. 34-58.

FONTES, Andréa. A responsabilidade social empresarial em questão: o pensamento pedagógico do Instituto Ethos. **Trabalho necessário**, Niterói, ano 3, nº 3, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br-trabalhonecessário> .

**FOLHA DE SÃO PAULO**. São Paulo, p. 6, 24 abril 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades**. Boletim Técnico do SENAC , set-dez 1985.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere** v.2. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luis Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUARDIÕES DO MAR. O relacionamento institucional. Disponível em: [www.guardioesdomar.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=56&Itemid=96](http://www.guardioesdomar.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=96) .

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 5ª ed. São Paulo: Loyola,1992.

HOBBSBAUM, Eric J. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra. 1987.

IBGE. **Pesquisa mensal de empregos: Junho de 2008**. Disponível em: [www.ibge.br](http://www.ibge.br) Acesso em 14 jul. 2008.

IPEA. **Pesquisa Ação Social das Empresas**. Disponível em < [http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articleofb4.html?id\\_article=110](http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articleofb4.html?id_article=110). Acesso em 5 maio 2009.

KOSÍK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

KUENZER, Acácia Zeneide. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval, SANFELICE, José Luís (org). **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Autores Associados. 2005

LANDIM, Leilah Assumpção. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome**. Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional da UFRJ, 1993. Vol.1

LANDIM, Leilah. Entrevista.p. 27-35.In: **PROPOSTA**.Editora FASE. nº 81, junho-agosto.1999.

LEITE, Márcia Pereira. Crise da cidadania: em foco um dos cenários das ONGs. In: **PROPOSTA**.Editora FASE. nº 81, junho-agosto.1999, p 6-11.

LISBOA, Armando de Melo. **Terceiro setor**. In: CATTANI, A. David (Org.) A outra economia: Veraz, 2003. p.253 – 260.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchausem**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCKÁCS, George. **História e consciência de classe**. PCUS. 1960.

MARQUES, Raquel. Políticas para a juventude. Disponível em: [www.rachelmarques.org.br/atuacao/pronunciamentos/texto.asp?ID=142](http://www.rachelmarques.org.br/atuacao/pronunciamentos/texto.asp?ID=142)

MARTINS, Paulo Haus. **Institutos, Fundações, ONGs, OSCIPs e Filantrópicas (ou os Nomes e os Fatos)** [ 2002] Disponível em [www.inforum.insite.com.br/arquivos/4682/diferencas.rtf](http://www.inforum.insite.com.br/arquivos/4682/diferencas.rtf). Acesso em: 13 out 2008.

MARTINS, André S. **Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo**. Niterói: UFF, 2007. 284 p. (Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MARX, Karl. **Para a crítica da Economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **Ideologia Alemã**: a contradição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. I. (Os economistas) São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**.São Paulo: Boitempo,2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez. 2007.

NERFIN, Marc. Desafios, Possibilidades e Perspectivas. In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs: IBASE e PNUD**. Rio de Janeiro, 1992. p,95-118.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley, PRANKO, Marcela Alejandra e MENDONÇA, Sonia Regina de. Capital Social. In: **ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO**. Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2006.

**O ESTADO DE SÃO PAULO**. São Paulo, p.1- 8, agosto. 2004.

**O GLOBO**. Rio de Janeiro, p. 13, maio. 2009.



OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. **As organizações da sociedade civil: as organizações de educação**. Cadernos de Pesquisa, nº112, março. 2001.p. 61-83.

OLIVEIRA, Sonia Maria Bittencourt de. **Escola serve para quê? O grande desafio da educação é ensinar a pensar**. Exame. fev.2001. p.10.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2006.

PEDROSO, Jociane Martins. **A consolidação do público não-estatal nas políticas educacionais: um estudo a partir da transferência de fundos públicos para as ONGs**. Revista Histedbr on-line, Campinas, nº 30, p. 175-194, jun. 2008. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/30/index.html>.

PETROBRÁS. Responsabilidade Social e Ambiental. Disponível em: [www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/PetrobrasFomeZero/BrindesSocialIndex.asp](http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/PetrobrasFomeZero/BrindesSocialIndex.asp).

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Geral da Presidência da República. Juventude. Disponível em: [www.planalto.gov.br/secgeral/frame\\_juventude.htm](http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm).

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas :Autores Associados, 1998.

RUMMERT, Sonia Maria. Jovens e adultos trabalhadores e a escola. A riqueza de uma relação a construir. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 117 – 129.

RUMMERT, Sonia Maria. **Gramsci, trabalho e educação: jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil atual**. Lisboa: Educa- Unidade de I & D de Ciências da Educação. 2007.

SANTOS, Bárbara Cristina Felismino dos. **Educação Profissional: um estudo de caso**. 2005. Trabalho monográfico. Universidade Estácio de Sá.

SAVIANE, Demeval. **A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas**. 9ª ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIAMI e SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, trabalho e educação**. Autores Associados: Campinas, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Núcleo Avançado de Educação é inaugurado no Rio. Disponível em: [www.educacao.rj.gov.br/index5.aspx?tipo=categ&idcategoria=437&idItem=2720&idsecao=13](http://www.educacao.rj.gov.br/index5.aspx?tipo=categ&idcategoria=437&idItem=2720&idsecao=13).

**SEFOR- SECRETARIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL.** Quadro referencial: múltiplos desafios. Brasília, 1995.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Herbert. As ONGs na década de 90. In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs: IBASE e PNUD.** Rio de Janeiro, 1992. p. 140-145.

SOCZEK, Daniel. **ONGs e democracia: metamorfoses de um paradigma em construção.** Curitiba: Juruá Editora, 2007.

TENÓRIO, Fernando G. (Org). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada.** Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2001.

TIRIBA, Lia e AGUIAR, Sonia. **Responsabilidade social empresarial, responsabilidade/** In: TIRIBA, Lia Trabalho, educação e economia popular solidária (Relatório final de pesquisa), UFF, 2008, p. 71-74.

TIRIBA, Lia. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. **Jornal dos economistas**, dez. 2003.

TITTON, Mauro. **O princípio educativo do trabalho e o trabalho enquanto princípio educativo : ampliando o debate com os movimentos de luta social.** Disponível em: [www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4589--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4589--Int.pdf) . Acesso em 20 dez. 2008.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

**VEJA.** Ed. Abril, nº 32, ago. 2006.

VILLAR. Pierre. **Iniciação ao vocabulário da análise histórica.** Portugal: Edições João As da Costa. 1985.

WALTER, Carlos. Ampliar conhecimentos evit

WOOD. Ellen. **Classe como processo e como relação.** In: Democracia contra Capitalismo, S. Paulo: Boitempo, 2002.

YORDAKY, Wagner. A autogestão como princípio educativo – a educação no contexto da economia solidária. In: PARO, Vitor. **A teoria do valor em Marx e a educação.** São Paulo: Cortez, 2006. p. 191-215.

ANEXO 1- Listagem de todas as organizações não-governamentais que desenvolvem projetos de geração de trabalho e renda, publicadas na *Razão Social*, no período de agosto de 2007 a agosto de 2008, com suas respectivas datas de fundação

Ibase – 1980  
Instituto Avon – 2003  
Instituto Itaú Social – 2003  
Instituto Oi Futuro – 2001  
Ong Criar Brasil- 1994  
Assespro-RJ – 1976  
Ong Ser Alzira – 2003  
Organização Pro-Social – 2005  
Qualivida – 2002  
Instituto de Oportunidade Social – 1998  
Ong Fábrica de Sonhos – não informa  
Ação Comunitária do Brasil – 1969  
Sistema Firjan- não informa  
Brazil Foundation – 2000  
Associação Realice – 2003  
Junior Anchivement – 1919  
Youth Career Initiative – 1995  
Alcoa Foundation – 1952  
Ong Rio Voluntário – 1997  
Instituto Ethos – não informa  
Instituto Embratel – 2001  
Rede Circo do Mundo Brasil - não informa  
Ong Viva São Gonçalo – 2004  
Instituto Rio Solidário - não informa  
Fundação para a Infância e Adolescência – 1995  
Oxigênio Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais – 1988  
Unicef – 1950  
Associação Saúde Criança Renascer – 1991  
Federação de Instituições Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro – 1957  
Instituto Superior Pró-Saber – 1987

ANEXO 2 - Listagem de todos os financiadores de projetos educativos citados nas Revistas selecionadas.

- Petrobrás
- Eletrobrás
- Embratel
- Correios
- Prefeitura municipal de São Gonçalo
- Governo do Estado do Rio de Janeiro
- Tribunal de Justiça
- Light
- Oi
- Itaú
- Microsiga
- Seconci
- Ampla
- O Boticário
- Votorantin
- Gerdau Cosigua
- Força e movimento
- Ibmec
- Comitê para Democratização da Informática
- Avina
- Fundação Ford
- Cirque du Soleil
- Skoll Foundation
- Schwab Foundation
- Fundação Avina
- Coca-Cola Foundation
- Shell
- Fundo Interamericano
- Fiat
- Hotel Sheraton
- Holcin
- Firjan
- BRQ- tecnologia
- Sadia
- Alcoa
- CBDA
- Agências Internacionais de Cooperação
- BT
- Ashoka
- Avon

ANEXO 3 - Listagens das organizações executoras ou formuladoras de projetos educativos.

1) criadas até 1989 e 2) fundadas a partir de 1990. Ambas seguidas do ano de fundação e seus respectivos projetos na área de educação para gerar trabalho e renda.

1) Criadas até 1989

<b>Assespro-RJ</b> - 1976 – Projeto Criar, ensino de operação e programas de computador.
<b>Ação comunitária do Brasil</b> – 1969 – Moda em Ação, qualificação de costureiras. Arte Indústria, qualificação de modelos e costureiras.
<b>Junior Achievement</b> – 1919 – Programa de Introdução ao Mundo dos negócios. Projeto Empresário Sombra
<b>Alcoa Foundation</b> – 1952 – Ensino técnico para aumentar o empreendedorismo dos jovens.
<b>Oxigênio Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais</b> – 1988 – Qualificação de jovens para usarem programas de computador.
<b>Federação de Instituições Benéficas do Estado do Rio de Janeiro</b> – 1957 – Projeto Mão na Massa.
<b>Ibase</b> – 1980 – Qualificação de agentes de ONG angolana.
<b>Unicef</b> – 1950 – Educação e comunicação de jovens de baixa renda.

2) Fundadas a partir de 1990

<b>Ong Criar Brasil</b> – 1994 – Projeto de Democratização Cultural
<b>Instituto de Oportunidade Social</b> – 1998 – Projeto de capacitação de jovens na área da informática.
<b>Ong Ser Alzira</b> – 2003 – Formação de boleiros da quadra do Hotel Sheraton.
<b>Organização Pro-Social</b> – 2005 – Projeto Toque de Mão
<b>Qualivida</b> – 2002 – Capacitação de treinadores de Ginástica Artística.
<b>Ong Fábrica de Sonhos</b> – s.d. Projeto Comunidade Empreendedora.

<b>Brazil Foundation</b> – 2000 – Orquestra de Cordas da Grotta.
<b>Instituto Realice</b> – 2003 – Qualificação de artesãs e articulação do comércio justo.
<b>Youth Career Initiative</b> – 1995 – Capacitação de jovens carentes na área de hotelaria.
<b>Ong Rio Voluntário</b> – 1997 – Laboratório de produção cultural com tecnologia da comunicação e informação.
<b>Instituto Embratel</b> – 2001- Qualificação de jovens na área da tecnologia da comunicação e informação.
<b>Ong Viva São Gonçalo</b> – 2004 – Formação dos jovens jogadores e ocupação do tempo livre.
<b>Instituto Rio Solidário</b> – 2007 – Aprendizizes da Liberdade (Ong criada pela primeira dama do estado do Rio de Janeiro)
<b>Instituto Ethos</b> – s.d. Projeto Âncora para inserir pequenas empresas na lógica da Responsabilidade Social e assim aumentarem seus lucros.
<b>Fundação para a Infância e Adolescência</b> – 1995 – Gerar trabalho e renda para 30 mães de crianças desaparecidas.
<b>Instituto de Oportunidade Social</b> – 1998 – Capacitação de jovens na área de informática.
<b>Instituto Oi Futuro</b> – 2001 – Tonomundo. Cine-Degase. Oficina de cinema no interior. Centro de Ópera Popular de Acari. Qualificação dos operadores de equipamentos e manutenção do campo de golfe.
<b>Instituto Coca-Cola</b> – 1999 – Programa de Valorização do Jovem.
<b>Fundação Itaú Social</b> – 2003 – Programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais.
<b>Instituto Avon</b> – 2003 – Oficinas de desenho, pintura, grafite e fotografia.
<b>Sistema Firjan</b> – s.d. Projeto Brasil Social de Natação. Qualificação de mulheres para construção civil. Projeto de Capacitação de jovens infratores. Projeto Cozinha Comunitária
<b>Associação Saúde Criança Renascer</b> – 1991 – Qualificação dos pais de crianças atendidas no Hospital da Lagoa.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)